

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ÉRIKA MORETINI

Processo de criação do Distrito Criativo Sé/República na cidade de São Paulo

São Carlos-SP
2023

ÉRIKA MORETINI

Processo de criação do Distrito Criativo Sé/República na cidade de São Paulo

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo.

Linha de Pesquisa: Cidade, Arte e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Ruy Sardinha Lopes

São Carlos-SP
2023

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M845p Moretini, Érika
Processo de criação do distrito criativo Sé/República na cidade de São Paulo / Érika Moretini; orientador Ruy Sardinha Lopes. -- São Carlos, 2023.
149 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Economia criativa. 2. Distrito criativo. 3. Cidade criativa.
4. Arranjo Produtivo Local - APL.
5. Política pública. I. Sardinha Lopes, Ruy, orient.
II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo – CRB – 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: **Érika Moretini**

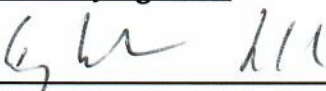
Título da dissertação: "Processo de criação do Distrito Criativo Sé/República na cidade de São Paulo".

Data da defesa: **18/05/2023**

Orientador: Prof. Dr. Ruy Sardinha Lopes

Comissão Julgadora:

Resultado:



Prof. Dr. Ruy Sardinha Lopes
(IAU/USP)

Não votante




Prof. Dr. Marcel Fantin
(IAU/USP)

aprovada



Profª Drª Magaly Marques Pulhez
(UNIFESP)

APROVADA



Prof. Dr. Marco Antonio de Almeida
(FFLRP/USP)

APROVADA

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Ruy Sardinha Lopes, que, com carinho e habilidade, conduziu-me pelo caminho da pesquisa, da observação e da escrita; aos colegas do NEC – IAU.USP pela presença, pelo apoio e pela colaboração durante o período de desenvolvimento da pesquisa, que se deu em tempos difíceis, em que enfrentávamos o isolamento e o distanciamento impostos pela pandemia de covid-19.

Agradeço à Universidade de São Paulo e ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo pela estrutura oferecida e pela rápida adequação ao momento de isolamento social.

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe e minha filha, duas fontes de amor, apoio, carinho e incentivo. Elas me fazem forte. Aos meus tios Ana Maria e Francisco pela presença e força.

Agradeço à Luiz Miyasaka, amigo e fotógrafo, por ter me acompanhado na pesquisa de campo e, ao meu lado, feito todos os registros fotográficos utilizados neste trabalho.

Meu muito obrigada às mulheres que caminham comigo cotidianamente, amparando-me, clareando meu caminho e tornando meus passos firmes: Elza Miyasaka, responsável por me fazer acreditar na construção da caminhada na universidade, Leila Heck, Tania Registro, Mari Marfim, parceiras de toda hora.

Aos amigos queridos, que completam a seleta lista de pessoas que amo imensamente e que estiveram ao meu lado nessa jornada: Marcelo Pucci Bessa Lima, Sumi Kawasaki e Marco Almeida, muito obrigada!

RESUMO

MORETINI, E. **Processo de criação do Distrito Criativo Sé/República na cidade de São Paulo**. 2023. Dissertação (Mestrado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2023.

A presente dissertação procura analisar o processo que deu origem à criação do Polo de Economia Criativa – Distrito Criativo Sé/República, inserido no Plano de Desenvolvimento Estratégico da região central cidade de São Paulo em 2014. A região central, alvo de constantes políticas públicas de desenvolvimento urbano ao longo de sua história, em especial aquelas de caráter culturalista, tornou-se alvo, a partir dos anos 2000, de uma nova camada discursiva e de um conjunto de ações em torno da chamada “economia criativa”, que levaram à proposição de um arranjo produtivo local voltado para as atividades criativas (APL criativo).

A pesquisa teve como ponto de partida uma revisão bibliográfica visando à compreensão do processo histórico que traduz a trajetória que inseriu a cultura no campo das políticas públicas na cidade de São Paulo, a partir de 1936, quando foi criado o Departamento de Cultura e Recreação do município, e no governo federal, durante as duas primeiras décadas do século XXI. Faz parte, ainda, da revisão bibliográfica o apontamento das principais ideias e conceitos que referendam o discurso da economia e das cidades criativas e de sua tradução para os cenários do governo da cidade de São Paulo e do governo federal.

A pesquisa empírica se divide em: identificação e análise da legislação pertinente ao recorte proposto para essa dissertação; identificação do processo de inserção do Polo de Economia Criativa – Distrito Criativo Sé/República no texto do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo; realização de entrevistas com profissionais ligados diretamente à proposta de criação do Distrito Criativo Sé/República e ao território central e, por fim, mapeamento da realidade concreta percebida pela pesquisadora com a lente dos conceitos identificados pelo referencial teórico adotado. Ao se analisarem as tramitações entre as esferas governamentais, o papel de alguns agentes envolvidos, a formação da nova paisagem urbana daí decorrente, bem como os conflitos e questões observados no território circunscrito pelo Distrito Criativo Sé/República, pretende-se contribuir para o melhor entendimento das relações que envolvem os setores ditos criativos e as dinâmicas urbanas contemporâneas na cidade de São Paulo, expondo, por exemplo, como as relações capitalistas se manifestam ao evocarem as manifestações culturais como catalisadoras de forças presentes nas relações socioespaciais e temporais ao terreno de controle ideológico dominante.

Palavras-chave: Economia criativa. Distrito Criativo. Cidade criativa. Cultura. Arranjo Produtivo Local – APL.

ABSTRACT

MORETINI, E. **Creation process of the Sé/República Creative District in the city of São Paulo. 2023.** Dissertation (Master). Institute of Architecture and Urbanism, University of São Paulo, São Carlos, 2023.

This dissertation aims to analyze the process that led to the creation of the Creative Economy Hub - Sé/República Creative District, integrated into the Strategic Development Plan of the central region of São Paulo city in 2014. The central region, which has been the target of constant public policies for urban development throughout its history, especially those of a cultural nature, became the focus, starting in the 2000s, of a new discursive layer and a set of actions around the so-called "creative economy," which led to the proposition of a local productive arrangement focused on creative activities (creative local productive arrangement).

The research started with a literature review aimed at understanding the historical process that translates the trajectory that introduced culture into the field of public policies in the city of São Paulo, starting in 1936 when the Department of Culture and Recreation of the municipality was created, and in the federal government during the first two decades of the 21st century. The literature review also includes the identification of the main ideas and concepts that support the discourse of the creative economy and creative cities, and their translation to the scenarios of the city government of São Paulo and the federal government.

The empirical research is divided into: identification and analysis of the legislation relevant to the proposed scope of this dissertation; identification of the process of integrating the Creative Economy Hub - Sé/República Creative District into the text of the Strategic Master Plan of the city of São Paulo; conducting interviews with professionals directly involved in the proposal for the creation of the Sé/República Creative District and the central territory; and, finally, mapping the concrete reality perceived by the researcher through the lens of the concepts identified in the adopted theoretical framework. By analyzing the procedures between government spheres, the role of some involved agents, the formation of the new urban landscape resulting from it, as well as the conflicts and issues observed in the territory delimited by the Sé/República Creative District, the aim is to contribute to a better understanding of the relationships involving the so-called creative sectors and contemporary urban dynamics in the city of São Paulo, exposing, for example, how capitalist relationships manifest themselves by evoking cultural expressions as catalysts of forces present in socio-spatial and temporal relations within the dominant ideological control terrain.

Keywords: Creative economy. Creative District. Creative city. Culture. Local Productive Arrangement – LPA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perímetro do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Paulista/Luz, conforme apresentado pelo PDE 2014. 81

Figura 2 – Perímetro do Polo de Economia Criativa (PEC) – Distrito Criativo Sé/República, conforme definido pelo PDE 2014. 91

Figura 3 – Perímetro do Distrito Criativo com equipamentos culturais públicos e privados nas proximidades da Catedral da Sé e na região da Luz..... 108

Figura 4 – Perímetro do Distrito Criativo com equipamentos culturais públicos e privados na região da República e Consolação..... 114

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Fotografia 1 – Theatro Municipal de São Paulo, 2022.....99
- Fotografia 2 – Agência Centro do Sebrae na Rua 24 de Maio, ao lado do Theatro Municipal. Transferida para a região em 2018, propõe apoio aos empreendedores da região para estruturarem e formalizarem seus negócios.....100
- Fotografia 3 – Sesc 24 de Maio. Ao fundo estão o Theatro Municipal e a agência do Sebrae, localizados na Rua 24 de Maio, na esquina com a Rua Dom José de Barros. Os equipamentos do Sesc SP são considerados fundamentais para atender a população jovem que busca atividades artísticas e de esportes....
..... 101
- Fotografia 4 – Entrada principal da Galeria Olido, ao lado da Galeria do Rock, na avenida São João, em conjunto com outros equipamentos culturais nas proximidades, compõem a cena cultural alternativa da região..... 102
- Fotografia 5 – Galeria Olido com as atividades retomadas após a flexibilização das restrições impostas pela pandemia..... 103
- Fotografia 6 – Centro Comercial Presidente, voltado a imigrantes refugiados e ilegais e à população negra. Localizado na Rua 24 de Maio, ao lado da Galeria do Rock..... 104
- Fotografia 7 – A presença da Cavalaria Montada da Polícia Militar do estado de São Paulo é comum nas ruas da República. Nesse momento, transitavam em frente ao centro comercial onde estão instalados os comércios voltados à população imigrante da região. 105
- Fotografia 8 – Crianças sentadas com a mãe, que não quis ser fotografada, em frente ao Sesc 24 de Maio e ao lado do centro comercial onde está instalado o comércio voltado à população imigrante..... 105
- Fotografia 9 – Vistas do exterior do edifício do Centro Comercial Presidente. Salões de beleza para a população negra. 106
- Fotografia 10 – Galpão do Folias – Sede do grupo de teatro Folias. O espaço, anteriormente, era ocupado por uma igreja. Na região desde os anos 2000, mantém-se ativo mesmo após a pandemia de covid-19. 110
- Fotografia 11 – Arte de rua, grafite de poesia de Arnaldo Antunes na lateral de edifício na Avenida São João..... 110
- Fotografia 12 – Rua Direita esquina com José Bonifácio, local dos mais emblemáticos do centro de São Paulo no século XX..... 111

Fotografia 13 – Página inicial da plataforma digital *A Vida no Centro*, que veicula informação sobre as atividades realizadas no centro. 112

Fotografia 14 – Paisagem da Rua Direita, visivelmente pouco ocupada por transeuntes e com comércios representados por franquias de marcas conhecidas no Brasil. O grafite na lateral do prédio marca presença da arte de rua que se espalhou por toda a região central. 112

Fotografia 15 – A Ocupação 63 é um movimento único no território por reunir artistas da América Latina em um edifício. No dia em que estivemos na Ocupação, chegamos com a polícia, que trazia uma intimação. Curioso que, nos dois prédios onde está a população imigrante, constatamos a presença da polícia.... 115

Fotografia 16 – Vista da fachada do edifício da Ocupação 63, 2022..... 115

Fotografias 17 – Edifícios ocupados por movimentos de moradia na Avenida Ipiranga..... 117

Fotografias 18 – Ocupações por moradia na Avenida São João..... 117

Fotografia 19 – Ação de Zeladoria na Praça da Sé. À frente, os fiscais, escoltados pela polícia militar, recolhem em um caminhão os pertences das pessoas em situação de rua. Em seguida, vem o caminhão pipa, jogando água para lavar o calçamento da praça e expulsar quem tenha ficado.....123

Fotografia 20 – Praça Patriarca, por onde há um acesso à Galeria Prestes Maia. A cobertura tem servido para abrigar as barracas da população em situação de rua. O local está ao lado da sede do executivo municipal.....124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Crescimento da População Paulistana	27
Quadro 2 – Escopo dos setores criativos – Unesco – 2009	58
Quadro 3 – Escopo dos Setores Criativos – Ministério da Cultura – 2011	59
Quadro 4 – Valores médios do m ² na cidade de São Paulo	83
Quadro 5 – Indicadores para a região central	93
Quadro 6 – Relação das atividades identificadas na região)	94
Quadro 7 – Relação das instituições mapeadas no Centro de São Paulo, sendo 14 de apoio e 8 de execução	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIU – Área de Intervenção Urbana

AEICP – Área Especial de Interesse da Cultura e da Paisagem

APLS – Arranjos Produtivos Locais

APAC – Associação Pinacoteca de Arte e Cultura

AVC – Associação Viva o Centro

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional de Habitação

CASP – Caritas Arquidiocesana de São Paulo

CCBB – Centro Cultural Banco do Brasil

CA – Coeficiente de Aproveitamento

CNLU – Comissão Normativa da Legislação Urbanística

CNI – Companhia Nacional da Indústria da Construção

DC – Distrito Criativo

DEM – Democratas

DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo

DOSP – Diário Oficial de São Paulo

DPH – Departamento de Patrimônio Histórico

EMURB – Empresa Municipal de Urbanização

FGTS – Fundo de Garantia por tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

FLM – Frente de Luta por Moradia

HIS – Habitação de Interesse Social

IAB – Instituto dos Arquitetos Brasileiros

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano

ISS – Imposto sobre Serviços

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual + (sinal usado para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo)

MBA – Movimento Cine Belas Artes

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

MINC – Ministério da Cultura

MMRC – Movimento de Moradia da Região do Centro

MST – Movimento Sem Teto

MSTC – Movimento Sem Teto do Centro

MSTRU – Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NESTA – Fundo Nacional para Ciência, Tecnologia e Artes do Reino Unido

OIs – Operações Interligadas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OU – Operação Urbana

OUA – Operação Urbana Anhangabaú

OUC – Operação Urbana Centro

PDE – Plano de Desenvolvimento Estratégico

PEC – Polo de Economia Criativa

Pitu – Programa Integrado de Transportes Urbanos

PIU – Projeto de Intervenção Urbana

PL – Projeto de Lei

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP – Parceria Público-Privada

PROCENTRO – Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido Republicano

PRB – Partido Republicano Brasileiro

Procult – Desenvolvimento da Economia da Cultura

PRO-MAC – Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais

PRP – Partido Republicano Paulista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PURA – Projeto Urbano de Reconexão com o Alimento

PV – Partido Verde

Redesist – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

SEC – Secretaria de Economia Criativa

SEHAB – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano

SEMPLA – Secretaria de Planejamento

SESC – Serviço Social do Comércio

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

SPC – Secretaria de Políticas Culturais

TDC – Instrumento Transferência do Direito de Construir

TICP – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem

TPC – Território de Interesse da Cultura –

ULC – Unificação das Lutas de Cortiços

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

USP – Universidade de São Paulo

VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

ZEPEC – Zona Especial de Preservação Cultural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – SÃO PAULO, METRÓPOLE CULTURAL E CRIATIVA	23
1.1 SÃO PAULO E A “VOCAÇÃO” CULTURAL DA REGIÃO CENTRAL: BREVE HISTÓRIA DAS INTERVENÇÕES “CULTURAIS” NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	24
1.2 DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO AO EMPREENDEDORISMO CRIATIVO	38
CAPÍTULO 2 – UMA NOVA AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO: OS TERRITÓRIOS CRIATIVOS	45
2.1 ECONOMIA E CIDADES CRIATIVAS: IDEIAS FORA DO LUGAR?.....	46
2.2 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL E DISTRITOS CRIATIVOS.....	55
2.3 TERRITÓRIOS CULTURAIS E CRIATIVOS NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	62
CAPÍTULO 3 – O POLO DE ECONOMIA CRIATIVA SÉ/REPÚBLICA: O PRIMEIRO DISTRITO CRIATIVO DO BRASIL	69
3.1 O PLANO DIRETOR DE 2014: AGENTES, INSTITUIÇÕES, MARCOS REGULATÓRIOS.....	70
3.2 TERRITÓRIOS DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM (TIPC) – PAULISTA/LUZ.....	79
3.3 DISTRITO CRIATIVO SÉ/REPÚBLICA NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	82
3.4 O DISTRITO CRIATIVO PELA LENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL.....	91
3.5 PARA ALÉM DA AÇÃO DO EXECUTIVO PAULISTANO.....	97
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	131
ANEXOS	138

A inserção da cultura no contexto das políticas públicas na cidade de São Paulo vem de longa data. Numa linha do tempo, poderíamos retomar o final do século XIX, quando houve o primeiro fluxo de crescimento da cidade e quando a presença dos “Barões do Café” marcou a paisagem urbana que se estruturava.

Com a República, os governos locais se organizaram e, durante todo o século XX, a perspectiva das ações governamentais paulistas para a cultura pôde ser identificada em um processo temporal e espacial, repleto de conectividade complexa e dissimulada entre a realidade vivida no cotidiano e sua percepção.

Durante a observação das políticas governamentais para a cidade de São Paulo, conforme indicado acima, a percepção de pontos nodais que marcam a especificidade de um dado momento da realidade paulistana expressou a possibilidade de, a partir deles, elaborar-se a proposta de pesquisa que foi realizada nesta dissertação.

Propõe-se, portanto, analisar um desses marcos, que se deu em 2014, com o processo de criação de um Arranjo Produtivo Local Criativo na região central da cidade de São Paulo, a partir das potencialidades e dos limites da chamada economia criativa para o desenvolvimento urbano dessa região.

Partindo da aprovação do Plano de Desenvolvimento Estratégico do município de São Paulo e das diretrizes para a criação do Polo de Economia Criativa – Distrito Criativo Sé/República – PEC/DC, procurou-se identificar as especificidades na construção da política pública do PEC, assim como a realidade paulistana do território compreendido pelo Distrito Criativo – Sé/República.

As políticas urbanas e culturais para o município de São Paulo apresentam um corolário singular desde o início da configuração da metrópole, no século XX. A velocidade do crescimento populacional e da complexidade das relações socioespaciais impactaram o modo como as lideranças locais estabeleceram as propostas modernizantes e as políticas públicas que delineariam o modelo de desenvolvimento implementado na cidade a partir da década de 1930, período em que se deu a configuração do pensamento moderno na gestão pública da cidade e que levou à criação do Departamento de Cultura e Recreação do município, em 1935, quando, pela primeira vez, institucionalizou-se um órgão voltado às ações culturais na cidade.

Gestada por um grupo de amigos modernistas, entre eles Paulo Duarte, Mário de Andrade e Sérgio Milliet, a proposta foi apresentada ao prefeito Fábio Prado, que publicou o Ato 861, em 30 de maio de 1935, oficializando o departamento e a política de gestão cultural para o município.

Foi um momento singular e representativo, pois a área foi concebida por expoentes do movimento modernista de São Paulo e implantada durante a gestão de um integrante da família Prado, expressão do mecenato cultural paulista e expoente da elite política e econômica de então. O primeiro diretor do Departamento de Cultura e Recreação foi Mário de Andrade, convidado graças à indicação de Paulo Duarte, que tinha acesso direto ao prefeito Fábio Prado e lhe propôs a criação do departamento e a nomeação de Mário (RAM, 2015).

A criação do departamento delineou um arranjo institucional que consistiu na aproximação entre a elite política e os movimentos artísticos, particularmente os liderados por Mário de Andrade e Paulo Duarte. Daí em diante, o aprofundamento das políticas públicas orientadas pela perspectiva modernizante deu-se numa crescente, os planos se apresentaram como a perspectiva que racionalizaria o crescimento urbano, traduzindo a racionalidade que se apresentava “perfeita” para acompanhar o crescimento da metrópole e das relações de produção baseadas na reprodução do capital no ambiente urbano brasileiro.

Mesmo que a “guinada cultural” do capitalismo – que confere centralidade econômica à cultura – esteja ligada às tentativas de saída da crise estrutural do capitalismo nos anos 1970/1980; ou, ainda, para nos estendermos mais no tempo, ao ponto de inflexão dos anos 1960, chamada pela UNESCO de “década da cultura”, será nos anos 1990, sob inspiração do Novo Trabalhismo inglês, que uma “nova economia”, centralizada nas chamadas “indústrias criativas” entrará em cena.

Nesse percurso, o deslize semântico observado para a eleição de um novo denominador comum – da “cultura” à “criatividade” – foi essencial não somente para a incorporação de novos setores – como a moda, os jogos eletrônicos, o segmento de software, design entre outros – àqueles tradicionalmente reconhecidos como “culturais” (ADDUCI; NOAVIS, 2019), mas também para a criação do consenso em torno do impacto econômico desse setor, agora dito “criativo”.

Considerando-se as formações metropolitanas essenciais aos processos de produção, reprodução e consumo capitalistas, quer ao reunir as vantagens da economia de escala, quer absorvendo grandes quantidades de capital e força de

trabalho, quer constituindo-se como o *lócus* de sua reprodução (HARVEY, 2005), não causa espanto o fato de, numa época de “urbanização planetária” e sob uma economia fortemente assentada no consumo e nos serviços, a paisagem urbana contemporânea também se conformar aos interesses do capital.

Ideólogos da economia criativa, como Landry e Florida, estruturaram os ditames do modelo de desenvolvimento a partir da criatividade, ancorando-a no espaço urbano sob a denominação de cidade criativa. Caracterizada pela dinâmica organizacional que promove a cultura, as artes e incentivos ao ambiente criativo marcado pelo contexto histórico que o gerou, esses autores, entre outros, elaboraram argumentos que inseriram a qualidade de vida, a estética e o consumo na estrutura dos modos de vida do ambiente criativo (CRUZ, 2017).

No Brasil, a partir de 2002, ganhou força a proposta de Arranjo Produtivo Local como alternativa de fomento ao desenvolvimento econômico, alinhando-se à orientação das políticas públicas do governo federal sob a legenda do “neodesenvolvimentismo” (DE MARCHI, 2012). Ao mesmo tempo, as discussões sobre a economia criativa se aproximam do vetor de desenvolvimento calcado pelos Arranjos Produtivos Locais, culminando na criação da Secretária de Economia Criativa, no Ministério da Cultura, em 2011.

Na cidade de São Paulo a aprovação, em 2014, do Plano Diretor Estratégico (PDE), contendo a criação do Polo de Economia Criativa (PEC) – Distrito Criativo Sé/República, é representativa do processo da inserção da economia criativa nas políticas públicas locais e marca o ponto de partida deste estudo.

Procedimentos metodológicos

Sem intenção de reduzir a totalidade do processo histórico, determinados aspectos foram selecionados por colaborarem para alinhar as informações relevantes na construção de um panorama lógico de interpretação da realidade em foco e elaborado pela pesquisadora. Esta dissertação é, portanto, uma elaboração subjetiva, realizada a partir dos recortes privilegiados, considerando-se variáveis que contribuíram para o entendimento da cena urbana central de São Paulo na atualidade, diante dos referenciais metodológicos preestabelecidos.

Além da revisão bibliográfica sobre o tema, a pesquisa foi baseada no método histórico e qualitativo, a partir dos quais foram realizadas leituras e análise de

documentos públicos e sobre a realidade empírica do território central da cidade de São Paulo.

Foram realizadas remotamente nove entrevistas, semiestruturadas, entre os anos de 2021 e 2022, com agentes públicos e privados da cidade que participaram da elaboração do projeto de lei para o Distrito Criativo Sé/República e atuavam na região central até o momento da finalização da pesquisa.

O anonimato dos entrevistados foi mantido para preservar as fontes, considerando que alguns ocupam cargos de confiança no serviço público. No corpo do texto, as referências às entrevistas aparecerão com as abreviaturas de E01 a E08. A lista de entrevistados está no Anexo 1.

Por meio da revisão bibliográfica, foram construídas as bases para além do entendimento da documentação apreciada. Foi possível reconstituir o processo histórico pela perspectiva de marcadores com significado para a compreensão da realidade contemporânea inserida no perímetro do Distrito Criativo Sé/República, de modo a permitir a compreensão da trajetória realizada pela inserção da cultura no cenário das políticas públicas da cidade de São Paulo, particularmente das políticas voltadas para a região central da cidade.

A pesquisa empírica sobre o território do Distrito Criativo foi feita levando-se em conta o questionamento sobre a perspectiva narrativa de que a região é detentora de referências culturais paulistanas.

Durante cinco dias, caminhamos pela região procurando identificar pontos de referência cultural, onde estão e quais as possibilidades de ocupação do espaço no seu entorno. A pesquisa de campo contou com a colaboração de um morador da região, que, além de realizar o trajeto com a pesquisadora, contribuiu para ampliar o grau de compreensão das relações no espaço urbano central.

No primeiro dia, foram visitadas as imediações da Praça da Sé, compreendendo a Praça, o Pateo do Collegio, o Largo São Bento e as ruas Quintino Bocaiúva, Senador Feijó, Benjamin Constant, Direita, Floriano Peixoto, Roberto Simonsen, Boa Vista, e Libero Badaró.

No segundo dia, recomeçamos pelo Largo São Francisco e fizemos o seguinte percurso: Rua Riachuelo, Rua do Ouvidor, Praça Patriarca, Viaduto do Chá, Praça Ramos de Azevedo, Rua 24 de Maio, Rua Dom José de Barros, Avenida São João, Vale do Anhangabaú, Largo Paissandu, Avenida Rio Branco, Avenida Ipiranga, Praça

da República, Avenida São Luís, Rua da Consolação, Praça Roosevelt, Rua Caio Prado, Parque Augusta.

No terceiro dia, o roteiro foi: Praça da República, Rua Marques de Itu, Avenida Amaral Gurgel, Largo do Arouche, Avenida Duque de Caxias, Rua Santas Ifigênia, Rua dos Andradas, Rua General Osório, Rua Mauá, Rua do Triunfo, Rua dos Gusmões, Avenida Casper Líbero, Praça da República.

No quarto dia, o trajeto extrapolou as fronteiras do Distrito Criativo, transitando pela Vila Buarque e Campos Elíseos. No quinto dia, o trajeto foi pela região da Bela Vista.

O foco foi direcionado para mapear equipamentos culturais e/ou instituições de referência para as atividades culturais e criativas, para, a partir delas, observar como o entorno se estrutura e manifesta, seja pela presença/ausência de pessoas e/ou das características das ocupações dos espaços e suas consequências.

Estrutura da dissertação

A dissertação está dividida em três capítulos, além da Introdução e das Considerações finais. No Capítulo 1 – “São Paulo, metrópole cultural e criativa”, apresentado em duas partes, “São Paulo e a ‘vocação’ cultural da região central: breve história das intervenções ‘culturais’ na cidade de São Paulo” e “Do planejamento estratégico ao empreendedorismo criativo”), procurou-se construir o panorama histórico das questões que forjaram a vocação cultural da cidade de São Paulo e os impactos das políticas adotadas na segunda metade do século XX. Esse capítulo indica as bases pelas quais foi possível a presença de certo discurso da economia e da cidade criativa para o município de São Paulo.

No segundo capítulo – “Uma nova agenda para o desenvolvimento: os territórios criativos” –, apresenta-se o desenvolvimento dos conceitos economia e cidades criativas e Arranjos Produtivos e como se deu a relação entre eles e o território central da cidade. Esse capítulo está dividido em “Economia e cidades criativas: ideias fora do lugar?”; “Arranjo Produtivo Local e Distritos Criativos” e “Territórios culturais e criativos na cidade de São Paulo”.

O terceiro capítulo – O Polo de Economia Criativa Sé/República: o processo de criação do Distrito Criativo – traz a leitura da criação do distrito propriamente dito. Direcionando a abordagem para a construção e da própria lei que propõe o Distrito

Criativo, foram identificados os principais sujeitos que elaboraram o projeto, assim como os que atuaram para a aprovação da lei na Câmara de Vereadores, e as conexões entre eles.

Por fim, foi realizado um mapeamento da região central, trazendo concretude para o que, de fato, está acontecendo no território.

Nas considerações finais, procurou-se tecer o fio condutor dos capítulos anteriores, de modo que fossem evidenciadas suas conexões e articulações para a compreensão do processo de criação do Distrito Criativo – Sé/República.

CAPÍTULO 1 – SÃO PAULO, METRÓPOLE CULTURAL E CRIATIVA

A compreensão das intervenções culturais no centro da cidade de São Paulo¹, entendidas enquanto elementos de um processo – ora como resultado, ora constitutivas das causas – de movimentos históricos, remete-nos às primeiras décadas do século XX – ou até à última década do século XIX –, quando as elites paulistas procuravam se reposicionar no cenário nacional ao mesmo tempo que forjavam um estado local capaz de imprimir o perfil que as representasse.

Foi a partir da ascensão dessas elites que o panorama que insere a cultura no foco das políticas públicas começou a ser forjado pelo projeto modernizante capitaneado pelo capital industrial paulista. Em função desse ponto de partida e do processo histórico observado pela lente das políticas para a região central, é possível tecer a trama que construiu a cidade de São Paulo como Capital Cultural.

1.1 SÃO PAULO E A “VOCAÇÃO” CULTURAL DA REGIÃO CENTRAL: BREVE HISTÓRIA DAS INTERVENÇÕES “CULTURAIS” NA CIDADE DE SÃO PAULO

Nos primeiros anos da República, o Partido Republicano Paulista – PRP – conduziu a marcha da elite agrária paulista e as transformações das primeiras décadas do século XX. Com eles, veio a necessidade de mudança do paradigma cultural, de construção da estratégia de se desvincular do passado colonial escravista e de abrir a porta para a modernidade, para o pensamento iluminista e positivista, expresso pela industrialização e pela imagem construída da elite e de São Paulo enquanto representantes legítimos do século XX.

Para tanto, essa elite se reconfigurou e galgou o controle do Estado, pautando o que a diferenciaria das demais elites nacionais em busca pelo poder econômico e político. É claro que a compreensão desse processo não se deu ao mesmo tempo em que foi construído, mas ao longo do desencadear do conhecimento sobre essa realidade.

Sem nenhuma intenção de produzir uma narrativa totalizante da história sobre o período, recuperaremos aspectos importantes que se deram ao longo do século XX

¹ Entendemos por centro da cidade de São Paulo parte da região compreendida pela subprefeitura da Sé, particularmente compreendida pelo Centro Histórico, a Praça da Sé, a República, o Arouche, a Região da Luz e Santa Ifigênia. Fonte: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Mapa_Sub\(1\).jpg](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Mapa_Sub(1).jpg). Acessado em 11 de novembro de 2022.

e colaboram para a compreensão de nosso objeto, que é a criação do primeiro Distrito Criativo do Brasil, na cidade de São Paulo, em 2014.

Entre as evidências factuais que marcaram o processo que recuperaremos, está a Semana de Arte de 1922. Para além do movimento artístico, a Semana trouxe consigo a presença de setores das elites paulistas como patrocinadores e apoiadores. Importante dizer que, nos anos 1910 e 1920, uma elite industrial se constituía, movimentando as relações sociais do espaço urbano de forma distinta, com a presença, inclusive, do movimento operário.

Outro marco foi a derrota dos paulistas, em 1932, quando tentaram retomar o controle do governo nacional por meio de um levante armado, com o objetivo de destituir do cargo o presidente Getúlio Vargas, que havia “tomado” o poder em 1930.

Esse cenário de reconfiguração interna das fez com que novos setores procurassem alternativas para recompor o perfil pelo qual no futuro seriam identificados. A elite industrial paulista encontrou esses espaços e o estado continuou protagonizando o controle do desenvolvimento econômico do país, efetuando uma costura de retalhos que montou uma cobertura que funcionou, ao longo de décadas, para recolocar a elite no centro do poder novamente.

A elite evocou um passado bandeirante heroico, reforçou a ideia de que São Paulo era uma região abandonada pela metrópole portuguesa – livre, então, dos infortúnios e males herdados da administração colonial – e ainda valorizou a herança europeia, introduzida pelo grande número de imigrantes europeus chegados em terras paulistas para trabalhar nas lavouras de café entre 1850 e 1920, principalmente, afastando-se do passado colonial e escravocrata.

Houve o investimento na construção de um imaginário com características culturais que colocassem a elite de São Paulo como uma camada da população diferente do resto do país, o “excepcionalismo paulista” (SOUZA, 2022), expondo e valorizando uma elite empreendedora, branca, com mentalidade europeia e moderna; uma “renovação cultural” que cumpriu o “papel de regenerar a importância paulista no âmbito nacional” (ARRUDA, 2015, p. 12), tarefa que é aprimorada até nossos dias.

É importante dizer que, já na última década do século XIX, havia a formação de uma elite, em São Paulo, composta por imigrantes enriquecidos, cafeicultores e industriais, que buscavam marcar seu espaço na cidade (MARINS, 2019). Essa

presença heterogênea ajudou a fortalecer a identidade que se procurava para os paulistas.

Nas últimas décadas do século XIX e no começo do século XX, a cidade crescia muito rapidamente e o centro se expandia, ultrapassando o Viaduto do Chá, deixando para trás o que havia ficado conhecido como o “centro velho” (BISPO; PEIXOTO, 2019). As elites paulistas, instaladas na cidade de São Paulo, buscavam outras regiões, como, por exemplo, o bairro de Campos Elíseos, seguindo na direção sudoeste, para Santa Cecília, Higienópolis e avenida Paulista.

A partir dos anos 1930, os frutos do pensamento que se forjou puderam ser vistos concretamente em instituições como a Universidade de São Paulo (USP), inaugurada em 1934, o Museu Arte de São Paulo (MASP), de 1947, o Museu de Arte Moderna, criado em 1948, e o mecenato cultural, todas “obras” expoentes da mentalidade que buscava ser expressão da modernidade, da qual a elite paulista pretendia ser a mais autêntica representante.

Um fato importante no processo de “reposicionamento” da elite paulistana foi a criação do departamento de Cultura e Recreação na prefeitura de São Paulo, em 1935, que formalizou as políticas culturais que começavam a se estruturar diante da perspectiva moderna.

Após a Segunda Guerra Mundial, particularmente a partir dos anos 1950, certa euforia tomou conta do cenário brasileiro:

Estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência de traços que nos singularizavam povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância...” (ARRUDA, 2015, p. 23).

Modelou-se a matéria-prima para uma dada noção do “novo” paradigma de desenvolvimento e de progresso que se edificava, ou seja, houve um esforço em se fazer crer que a construção de uma “nova” nação, ancorada por características culturais, faria o moderno acontecer, estabelecendo paradigmas para o novo se relacionar com o tradicional (ARRUDA, 2015, p. 24).

A elite paulista estava alerta para ocupar o espaço de vanguarda pretendido. O crescimento da cidade de São Paulo sedimentou-se como o momento econômico favorável promovido pela implantação da indústria automobilística. Sua população passou de pouco mais de 239 mil, em 1920, para 2.198.096 de habitantes, em 1950,

batendo o recorde de Taxa de Crescimento Geométrico Anual, alcançando o maior índice de sua série histórica desde 1900².

Quadro 1 – Crescimento da População Paulistana

Anos	População	Taxa de crescimento*
1900	239.820	4,5
1920	579.033	4,2
1940	1.326.261	5,2
1950	2.198.096	5,6
1960	3.781.446	4,6
1970	5.924.615	3,7
1980	8.493.226	1,2
1991	9.646.185	0,9
2000	10.434.252	0,8
2010	11.253.503	12. 396.372 (estimada)

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

* Taxa de Crescimento Geométrico Anual

São Paulo consolidou-se como metrópole nos anos 1950, sedimentou a ideia do planejamento urbano enquanto instrumento de gestão da cidade e teve o primeiro Plano Diretor do município elaborado e aprovado, mantendo a centralidade no núcleo comum das diferentes regiões que se espalhavam pelo território expandido.

O centro se manteve como o elo das diferentes regiões, lugar ocupado pelo poder econômico e estatal, o que consideramos que aconteceu até a década de 1990 (ainda que, nesse momento, estivesse em processo de transformação). O crescimento dos setores médios urbanos e de uma geração que se relacionava de outra maneira com a modernidade se intensificou a partir dos anos 1950, longe da tradição e do passado.

Segundo Arruda, nesse momento, o cientificismo foi elevado ao maior nível até então, encontrando expressão, por exemplo, na poesia concreta, tipicamente paulista, inspirada pela cultura da imagem; na sociologia de Florestan Fernandes, um pensamento baseado na razão científica moderna, chegando nas duas expressões emblemáticas de então: a televisão e a publicidade (ARRUDA, 2015).

² Fonte: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php.

Diante da complexidade do crescimento urbano e da mentalidade racionalista do momento, a cidade pensada a partir da noção de planejamento (planificação), com as propostas de remodelação e mudanças planejadas, ganhou vigor em São Paulo.

Em 1951, houve a aprovação do Plano de Melhoramentos, que dava continuidade ao Plano de Avenidas e pautava investimentos visando ao IV Centenário da cidade, em 1954. Esse momento foi o marco da introdução do “novo moderno”, que indicaria o sentido de desenvolvimento que a cidade tomaria com base na planificação capitaneada pelo urbanismo planejador.

A industrialização acelerada pelo setor automobilístico, na região metropolitana (Região do ABC), foi decisiva para abandonar o modelo baseado na economia cafeeira e na ferrovia. Era chegada a hora do “moderno”, de inspiração norte-americana, modelar a sociedade brasileira, em geral, e a paulistana, em particular.

A cidade de São Paulo tornou-se a metrópole central no modelo de desenvolvimento proposto, constituindo-se como o maior cenário desse desenvolvimento, que, para se manter enquanto tal, deveria atender às demandas do setor produtivo por infraestrutura, e assim o fez. Foi então que se estruturaram os sistemas viário e de abastecimento de água, glebas de terra etc. como conhecemos até hoje. Demandas sociais eram escamoteadas, abandonadas em prol do dinamismo que o modelo de desenvolvimento econômico impunha à “grande” São Paulo.

A cidade burguesa que emergiu se colocou como “genuíno estilo urbano de vida”, representante único do “progresso inelutável”, em que o passado foi afastado e o presente representaria a multiplicidade da vida moderna; “vivia-se a sensação de suspensão da história, (...) a urbanização representa e assegura a evolução para situações sociais de vida historicamente desejáveis no Brasil.” (ARRUDA, 2015, p. 34).

A representação cultural da elite paulistana apoiou-se no culto da renovação como expressão do modelo a ser seguido: o núcleo familiar branco, com casa própria e carro para sua locomoção – a “família margarina” –, encobrendo todas as tensões e contradições existentes, oriundas da complexidade de um crescimento voltado para sustentar a burguesia industrial, priorizando o rodoviarismo, empurrando para a periferia a classe trabalhadora, escamoteando e escondendo os conflitos que se estabeleciam no espaço urbano, fazendo crer que o caminho era único, atribuindo legitimidade para o discurso ideológico.

O processo iniciado na segunda metade do século XX, na cidade de São Paulo, provocou mudanças na ocupação do centro, que, até então, era espaço de residências das elites e de serviços voltados a elas e passou, gradativamente, a ser deixado pelas classes dominantes, que transferiram suas residências para outros setores, levando com elas o comércio e os serviços ligados a elas.

As sedes dos poderes públicos seguiram o mesmo caminho e, aos poucos, as atividades do mercado imobiliário e do sistema financeiro na região central também foram reduzidas. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, deu-se uma mudança significativa na ocupação da região central, que chegou aos anos 1970 bastante modificada. A presença das camadas populares no centro se acentuava numa crescente vertiginosa, na medida em que se tornava ponto de conexão de diferentes linhas do transporte público, ao mesmo tempo que a depreciação dos imóveis e dos serviços oferecidos na região se efetivava.

A mudança de perfil do centro da cidade, com a popularização das atividades que ali se estabeleceram, particularmente na década de 1970, resultou na construção da imagem de um centro onde imperavam aspectos negativos, um lugar com ambientes deteriorados, violentos, degradados, para os quais havia a necessidade de recuperação, para que outro “tipo” de gente pudesse circular pela região.

Esse discurso ideológico associou a ocupação popular do centro à ideia de degradação e violência, desconsiderando a diversidade de relações econômicas e sociais que concretamente marcava o território central e que expressava a diversidade própria da cidade de São Paulo. Um discurso que procurou construir o entendimento de que o diferente e as diferenças existiam enquanto anomalia, algo a ser eliminado, exterminado.

Entre os anos 1950 e 1970, o movimento de abandono do centro nuclear pela elite econômica se acentuou. Os empreendimentos imobiliários tomaram outro rumo, assim como os setores de comércio e serviços voltados à elite, e buscaram aceleradamente o sentido sudoeste. Os investimentos imobiliários – que viabilizaram aportes de capital para financiamentos habitacionais, ainda que fossem voltados para famílias com renda entre 3 e 5 salários mínimos –, fortalecidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), braço do Sistema Financeiro de Habitação, favoreceram, na verdade, camadas da elite paulistana que deles se valeram para adquirir novos imóveis na região da Paulista, entre outras (NOBRE apud KARA JOSÉ, 2015).

Vale ressaltar o papel, no imaginário do brasileiro, daquilo que o “sonho da casa própria” representava (e representa), lançando sobre o espaço urbano uma noção que vai além do “ser proprietário”, imprimindo outra dimensão econômica à habitação, transformando-a em investimento, atribuindo-lhe valor de uso e valor de troca:

a habitação carrega em seu âmago, simultaneamente, dois valores: valor de uso, referente às questões próprias da casa como meio de sobrevivência, e valor de troca, no qual considera-se a moradia uma mercadoria, um objeto passível de negociação e símbolo de um *status* social (OLIVEIRA apud SUMI *et al.*, 2020, p. 124).

Esse processo fortaleceu o capital imobiliário e permitiu que ele integrasse, com o capital financeiro e o Estado, o grupo que, de fato, direcionou o movimento da urbanização da cidade de São Paulo, no geral, e da região central, em particular (PETRELLA, 2017). Outro fator importante, nesse cenário, foi a construção dos primeiros *shoppings centers* na cidade, colaborando para a diminuição do comércio de rua e fortalecendo o investimento imobiliário nas regiões onde se instalaram.

Enquanto isso, no centro, a forte presença das camadas populares, seja por lá morarem, pelo trabalho ou, ainda, por utilizarem o transporte coletivo, provocou o comércio a se adaptar para atender essa população. Esse movimento foi ampliado com a chegada do metrô, tendo sido a linha norte-sul, com o trecho entre Santana e Jabaquara, inaugurada entre 1974 e 1978 e a linha leste-oeste, no trecho Santa Cecília – Itaquera, inaugurada entre 1979 e 1988, com a estação da Sé como ponto de conexão entre elas e com outras estações ao redor (São Bento, Luz, Liberdade, Anhangabaú e República), também localizadas na região central da cidade.

O aumento da acessibilidade ao centro por meio de transporte coletivo – lembrando que as elites estavam enclausuradas em seus automóveis – colaborou decisivamente para que o centro fosse caracterizado não só como uma região popular, mas, principalmente, como um lugar em decomposição, desconstrução, desqualificação.

Somando-se ao contexto, a partir dos anos 1970, a ideia de patrimônio histórico passou a permear a compreensão sobre os espaços da cidade. Bairros como Sé, Luz, Campos Elíseos seriam, algum tempo depois, reconhecidos como lugar da memória paulistana, reduzindo a memória ao patrimônio arquitetônico construído e tornando-se símbolos de todos os paulistanos. Expressões como renovação, requalificação, reabilitação começaram a ser utilizadas para definir as ações necessárias para fazer o centro retomar seu papel “original” e de referência, não apenas para a elite, que o

deixara pouco tempo antes, mas para todos os cidadãos paulistanos. A região central passou a ser conhecida pela divisão entre o “centro velho”, onde está a Praça da Sé em direção ao Vale do Anhangabaú, e o “centro novo”, região entre o Vale do Anhangabaú e a Av. Amaral Gurgel – estando a Praça da República no meio do caminho.

É possível, portanto, resgatar o início das ações públicas no sentido de “revitalizar” o centro de São Paulo e, com elas, a noção de que a região central era um espaço que deveria ser transformado, recuperando o “sentido” que havia sido perdido por conta da ocupação popular.

Nos anos 1970/1980, foram exemplos de políticas voltadas para o centro da cidade: o Plano Centro (Olavo Setúbal/1975-1979); o Plano Revitalização da Área Central (Reynaldo de Barros/1979-1982); o Projeto Luz Cultural (Mário Covas/1983-1985) (KARA JOSÉ, 2010, p. 27) e a proposta da EMURB, ainda durante a gestão Mário Covas, para trazer a sede do executivo municipal para o Palácio das Indústrias, no Parque D. Pedro II, assim como o projeto iniciado durante a gestão de Jânio Quadros (1986-1988), que estabeleceu o Grupo Intersecretarial para o Parque D. Pedro II e iniciou a recuperação do parque com a remoção dos canteiros de obras do metrô, o redimensionamento do terminal de ônibus e o ajardinamento de algumas áreas.

Em razão do processo acima descrito para a cidade de São Paulo que fundamenta a perspectiva de que “a cultura é instrumentalizada como produto e lógica potencializada por uma ideologia desenvolvimentista” (SANTOS, 2010, p. 09), inserindo uma nova camada no planejamento público, o da “reestruturação urbana”, redimensionando a metrópole e inserindo-a na nova lógica de produção do espaço e de reprodução do capital, em que o centro ora é considerado como deteriorado, ora como “nova centralidade”, região que, por meio de políticas públicas, será objeto de revitalização (SANTOS, 2010).

Embora não haja consenso sobre o alcance e os resultados de tais políticas, podemos afirmar que não houve transformação no perfil que o centro vinha assumindo enquanto espaço de moradia e comércio populares e um grande ponto de encontro de diferentes modais de transporte urbano, além de alguns escritórios de grandes empresas e bancos que se mantiveram no local.

A gestão de Luiza Erundina (1989-1992), por ser o primeiro mandato após a Constituição de 1988, assumiu a prefeitura de São Paulo carregada de significado e expectativa para se ver cumprir a nova Constituição e deixar para trás a ditadura militar efetivamente. A proposta de aumento da participação popular por meio dos conselhos; uma nova política educacional, tendo Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação; a perspectiva para as políticas culturais baseadas na Cidadania Cultural, definida e defendida por Marilena Chauí, então secretária da Cultura e do Esporte; Ermínia Maricato como secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano constituíram um momento de muita efervescência e discussões. Nesse momento, as ações públicas municipais para o centro procuraram integrar a melhoria da paisagem urbana e de seus espaços públicos com a preservação do patrimônio histórico.

Durante a gestão de Luiza Erundina, o Departamento de Projetos Especiais da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) apresentou o projeto de “Renovação Urbana do Parque D. Pedro II e Entorno”, que abrangia a transferência da sede do executivo municipal para o Palácio das Indústrias, recuperando uma proposta elaborada durante a gestão de Mário Covas.

Nesse projeto, o Parque é redesenhado no sentido de se criar um quadro urbano compatível com essa função prestigiosa a desempenhar e que se choca frontalmente com o uso da Avenida do Estado como via preferencial de carga e com uso do solo do entorno.

A implantação plena desse projeto requer, assim, a rápida conclusão do anel viário metropolitano, desviando esse tráfego do centro e possibilitando a implantação de áreas industriais a leste, propostas pelo atual Plano Direto, no sentido de reverter parte das demandas de transporte da região. (PMSP, 1992, p. 32).

A proposta para a região era, a partir da transferência da sede do executivo municipal, reposicionar todo o território para que atendesse às novas funções com a vinda da prefeitura. A transferência do executivo se deu em 1992 e, segundo Kara José, amparada por Villaça, significou uma alteração no padrão de comportamento das gestões municipais de São Paulo implementadas até então, que seguiam o movimento das elites econômicas no sentido sudoeste.

Houve, no centro da cidade, além da restauração do Palácio, a conclusão das obras do Vale do Anhangabaú, do Boulevard São João e a restauração da Casa da Marquesa. Houve, também, o fomento aos serviços culturais no centro, como na Biblioteca Mário de Andrade; a transferência do Arquivo Histórico Municipal, em 1990, para a Casa número 1, na antiga Rua do Carmo, atual Rua Roberto Simonsen, uma edificação restaurada, ao lado do Solar da Marquesa, que, por sua vez, foi

transformado em espaço de exposição; a realização de atividades culturais das mais diversas; a realização de shows no Vale do Anhangabaú.

A volta de diversos setores da Secretaria da Cultura para a região propunha, a partir da presença do Estado, a ocupação dos espaços públicos do centro para além da moradia, do trabalho ou da conexão de transporte público. A gestão de Luiza Erundina promoveu a associação entre a “melhoria da paisagem urbana e de seus espaços públicos com a preservação do patrimônio histórico” (KARA JOSÉ, 2010, p. 28).

Para reintegrar e atrair a iniciativa privada ao território central, desde então foram apresentadas, pelo executivo municipal, a Operação Urbana para o Vale do Anhangabaú (1991) e a Operação Urbana Centro, criada em 1993 e implementada em 1997, mais a Lei de Fachadas³ (LM 12.350-97), aprovada e regulamentada.

A Operação Urbana – OU – é um instrumento que propõe o investimento privado em obras no espaço público e de infraestrutura, por meio de outorga onerosa de exceções à legislação vigente, com instrumentos de flexibilização do zoneamento, que ofereciam benefícios para empreendimentos privados.

A OU Anhangabaú – OUA – propunha um conjunto de obras que visava à região do Vale do Anhangabaú um melhor aproveitamento dos imóveis e à preservação do patrimônio histórico, além de um modelo de gestão compartilhada entre a Empresa Municipal de Urbanização – EMURB –, a Secretaria de Planejamento – SEMPLA –, a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB –, a Secretaria Municipal de Cultura – SMC – e outras duas instâncias criadas para tal: a Comissão Normativa da Legislação Urbanística – CNLU –, composta por treze representantes do poder público e onze da sociedade civil, e o Grupo de Trabalho Intersecretarial, composto por seis representantes de departamentos públicos e responsável pela análise das propostas, solicitação de diretrizes para os projetos de restauro e conservação aos órgãos competentes.

A gestão dos recursos ficou a cargo da EMURB. O alcance da OUA não foi longe: apenas sete propostas foram apresentadas, entre elas a regularização da Bolsa de Valores, regularização com reforma da Bolsa de Mercadorias e Futuros e a reforma

³ Instituída pela lei municipal nº 12.250/97, concedeu incentivo fiscal aos proprietários de imóveis ou aos patrocinadores das obras de recuperação externa e conservação de imóveis localizados na Área Especial de Intervenção, objeto do Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo – PROCENTRO. Depois, em 2006, a lei foi revista, gerando a Lei nº 14.223/2006, que ficou conhecida como Lei Cidade Limpa.

e ampliação da sede da Eletropaulo, para transformá-la em um *shopping center*, o que significava, segundo verificou Kara José, o desinteresse do capital por investimento em potencial construtivo na região (KARA JOSÉ, 2010).

Outro aspecto importante da década de 1990 foi o fortalecimento dos movimentos por moradia, concretizando e expondo os conflitos relativos às carências de habitação no centro de São Paulo. Diversos movimentos por moradia no centro se organizaram a partir de então. Teria sido a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), formada a partir da reunião de reivindicações antes isoladas de moradores de cortiços na Mooca, no Brás, em Santa Cecília, no Ipiranga, em Barra Funda, entre outros, a causa da organização do movimento, em 1991 (AQUINO, 2010). Nesse mesmo ano, foi publicada a Lei nº 10.928-91, Lei Moura, que dispunha sobre as condições de moradia em cortiços e definia o escopo de atuação do executivo municipal, naquele momento, para regularizar a habitação em cortiços como um objeto de políticas públicas.

As ocupações na região começaram em 1997, quando ocorreu a primeira ocupação no centro de São Paulo organizada pela ULC, em que 1500 famílias ocuparam, por 51 dias, um casarão da Rua do Carmo, na região de Campos Elíseos, de propriedade da Universidade de São Paulo – USP (FRUTOSO; KATO, 2019 apud BLOCH, 2007). É importante chamar atenção para o fato de que havia, ao mesmo tempo, uma avalanche de despejos de cortiços no centro da cidade em 1997:

Nós não tínhamos o que fazer com essa população. Para você ter uma ideia, tinha dia que tinha três despejos de cortiço. E era... parecia aquilo que eu te falei, um caminhão de boi indo para o matadouro, aquilo era o despejo. O que eu sempre costumo dizer é que a população do cortiço, ela está muito mais vulnerável para ir para a rua, para ir para o albergue. Ou voltar para outro cortiço. Porque a porta da saída é essa. E essa população vale menos do que o lixo da cidade de São Paulo. Se você pegar quanto a prefeitura investe na questão social da cidade e o quanto ela gasta com o lixo da cidade, quem tem mais valor? Com certeza é o lixo... E aí nós começamos essa discussão. (AQUINO, 2010, p. 10 – Depoimento da líder Verônica Kroll, que migrou do Movimento de Cortiços para o Movimento Sem Teto do Centro – MSTC).

A partir de então, o movimento que reivindicava moradia popular no centro da cidade de São Paulo cresceu e se tornou diverso, originando uma dezena de siglas que o identificam: Movimento Sem Teto do Centro – MSTC –; Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST –; Movimento de Moradia da Região do Centro –

MMRC –; Frente de Luta por Moradia – FLM –; Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana – MSTRU –, entre outros.

Em 2018, eram cerca de 43 prédios ocupados, com 3,3 mil famílias⁴. Articulados, esses movimentos utilizavam a estratégia de ocupação para reivindicar que o direito à moradia fosse garantido no espaço central da cidade, por meio de ações de ocupações de prédios abandonados/desocupados, estratégia de luta dos movimentos que, desde os anos 1990 até hoje, se mantém na área central, pressionando o poder público para incluir a moradia popular no centro das políticas públicas para a região.

O processo de ocupação do centro enquanto local de moradia das populações trabalhadoras só cresceu e se fortaleceu, estruturando um novo e importante personagem no cenário de disputas pelo território central da cidade. Até os nossos dias, o movimento por moradia e por ocupações de prédios que estavam vazios é um dos mais fortes na região central.

Outra personagem protagonista dessa história, que se organizou para representar os empresários, proprietários e entidades civis da região, foi a Associação Viva o Centro – AVC –, introduzindo mais uma camada discursiva na retórica sobre o centro. Criada em 1991, teve como primeiro presidente Henrique Meirelles, então presidente do Banco de Boston no Brasil. Propôs recolocar o centro expandido (centro mais os bairros ao norte) como ponto inicial para restabelecer o papel de metrópole mundial para a cidade de São Paulo.

Em publicação, a instituição afirma que seu objetivo é focar no desenvolvimento urbano a partir da região central como ambiente nevrálgico para a solução das contradições da cidade, pois é uma região, ao mesmo tempo, problemática e promissora:

... é o lócus de onde deverão surgir as respostas para os formidáveis desafios urbanísticos, sociais e econômicos que se colocam para a inserção de São Paulo na ordem mundial globalizada. Visto até aqui como um território insolvente, ele é na realidade o território fecundo de São Paulo. Mercê de sua própria condição histórica, de sua carga simbólica, da qualidade coletiva e cívica de seus espaços e de seu extraordinário potencial, o Centro Metropolitano é a única região a partir da qual se poderá elaborar um projeto da cidade compatível não só com suas demandas sociais e de participação democrática na condução do seu destino, mas também com a relevância que São Paulo assume no âmbito do Mercosul e da economia mundial. (ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, 1996, p. 3).

⁴ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/dez-dos-43-predios-ocupados-por-movimentos-por-moradia-no-centro-de-sp-ja-foram-vistoriados-apos-desabamento.ghtml>.

As expressões “território insolvente, “projeto de cidade, “carga simbólica”, “qualidade de vida” são colocadas como dados desestruturantes da cidade, e não como uma interpretação construída sobre valores preestabelecidos.

Nessa discussão, o perfil para o centro que a AVC desejava é um território que sirva de “porta de entrada” ou “cartão postal” para a elite paulistana apresentar “sua” produção cultural e o “caráter” estruturante da “sua” atuação para a formação da nação; um espaço urbano que seja cenário para imagens e espetáculos voltados para o mundo, desconsiderando a existência de outros agentes, como se fossem coadjuvantes e desnecessários para o produto que se quer apresentar. Uma proposta que estivesse conectada aos discursos internacionais de desenvolvimento urbano, que viabilizou uma série de experiências de Parcerias Público-Privadas (PPPs), quando ainda eram inéditas no Brasil, para a recuperação de prédios históricos da região da Luz, como a Estação Júlio Prestes, que contou com investimentos do Banco de Boston e onde se instalou a Sala São Paulo, e na Estação da Luz, que, mais tarde, passou a abrigar o Museu da Língua Portuguesa.

Objetivamente, a AVC foi um dos agentes que influenciaram a modelagem das ações públicas na década de 1990, particularmente as políticas estaduais, contribuindo para a mudança de cenário na gestão pública e para a afirmação da ideia de que o centro deve ser protagonista no desenvolvimento da cidade de São Paulo, uma cidade mundial, na economia globalizada, sede de serviços financeiros, serviços públicos de excelência, polo difusor de cultura, de tecnologia de ponta, telecomunicações, corporações e organismos supranacionais (AVC, 1996).

Em grande medida, foi por causa da pressão exercida pela AVC que, segundo Kara José (2010), a legislação urbanística para o centro foi repensada, sendo criado o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo – Procentro –, em 1993, e as Operações Urbanas. Esse, sim, parece-nos ter sido um ponto que expressa uma guinada no que diz respeito às políticas para o centro da cidade de São Paulo.

Os prefeitos que sucederam Luiza Erundina foram Paulo Maluf (1993-1997) e Celso Pitta (1997-2001), ambos ligados a partidos conservadores. Paulo Maluf manteve seu perfil de grandes obras e parcerias polêmicas com as empreiteiras e o centro da cidade não recebeu muita atenção. Celso Pitta tentou manter o mesmo esquema de Maluf, ainda que se distanciando, depois de algum tempo, pois enfrentou maior oposição, sofrendo inúmeras acusações de irregularidades em sua gestão.

Corrupção e desvio de dinheiro público foram acusações pelas quais ele foi investigado pela Polícia Federal.

Em entrevista à *Folha de São Paulo*, Pitta afirmou o que teria feito ao centro da cidade:

Em primeiro lugar, a limpeza da cidade, principalmente da área central, onde removemos os camelôs. Era um desafio para todos os prefeitos, que nunca tinha sido encarado com a determinação e o sucesso que nós tivemos. Além da parte propriamente estética, essa tarefa reduziu substancialmente a criminalidade da área central. As estatísticas de ocorrências da delegacia de Polícia Civil da área central mostram que antes havia um índice 100 de ocorrências policiais, que baixou para 20 após a desocupação. (*Folha de São Paulo*, 13 de dezembro de 1998).

O trecho acima deixa evidente a retomada da perspectiva que enxergava o centro como um lugar a ser higienizado. A retirada do comércio popular e das pessoas em situação de vulnerabilidade, seja por falta de emprego ou por falta de moradia, sinalizava para a “limpeza” do centro, lembrando que o Brasil estava em um momento de recessão, quando o número de desempregados no país se aproximava de 6% da população economicamente ativa (CAMARGO; NERI; REIS, 2000).

A década de 1990, portanto, representa, para o cenário brasileiro e paulista, um ponto de inflexão no cenário das relações socioeconômicas que se estabeleceram e o início de um novo marco regulatório se apresentou, por um lado, em função da nova Constituição e, por outro, pela estabilidade econômica gerada pelo controle da inflação e pelas políticas neoliberais adotadas pelos governos FHC, circunstâncias importantes para construir o caminho das políticas públicas que viriam, no século XXI, no Brasil e particularmente em São Paulo.

Uma particularidade desse momento, foi a configuração de uma política específica para o centro da cidade de São Paulo, a princípio pelas Operações Urbanas, depois pelos Projetos de Intervenção Urbana – PIUs –, culminando na criação do Polo de Economia Criativa – Distrito Criativo Sé República, compondo o conjunto de ideias que fortaleceu a noção de requalificação do centro de São Paulo a partir da recuperação do patrimônio arquitetônico, da transferência de importantes estruturas da administração pública para a região até a estruturação e fortalecimento de uma nova ferramenta de gestão, que foi a Ocupação Urbana e a organização da AVC, diretamente responsável pela defesa dos interesses das instituições financeiras e empresariais do centro, além da atuação do governo do estado para a região.

Parece-nos ser possível identificar, na década de 1990, pontos embrionários e contrapontos de novas políticas que, no século XXI, foram implementadas na região do centro da cidade de São Paulo.

Nos capítulos 1 e 2, daremos sequência a esse panorama e nos aprofundaremos nas políticas públicas voltadas ao centro, ressaltando a fase de alternância de poder entre PT e PSDB, no executivo da prefeitura. A reformulação do modo de ocupação do centro da cidade de São Paulo, que, até então, vinha mantendo suas funções nucleares, deu-se na segunda metade do século XX, intensificando-se a partir dos anos 1970.

A urbanização pautada pela industrialização, a expansão das fronteiras urbanas e a prevalência da mobilidade pelo sistema rodoviário, associadas a um novo modelo de gestão urbana, fizeram o centro deixar de ser o lugar das elites, sendo, aos poucos, deixado para trás por elas. As elites seguiram para a Avenida Paulista, depois para Av. Faria Lima, em seguida rumaram para a Av. Eng. Luís Carlos Berrini, na região sul da cidade, mantendo o vetor de crescimento no sentido sudoeste durante todo o século XX e levando com elas os setores de serviços, comércio e o poder público.

Foi nesse contexto que a oferta de produtos imobiliários diferenciados ganhou relevância no processo de urbanização, passando a ser o insumo para os capitais que gerenciavam o desenvolvimento urbano, definindo, inclusive, o que aconteceria ao centro.

1.2 DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO AO EMPREENDEDORISMO CRIATIVO

A construção das políticas públicas dos anos 1990 para a cidade de São Paulo, particularmente na segunda metade da década, foi redefinida pelo ideário das políticas neoliberais incentivadas pelo governo federal. Palavras do presidente da República Fernando Henrique Cardoso afirmaram que São Paulo seria a principal candidata à cidade mundial do país e foram um incentivo importante para que a gestão da cidade se firmasse no caminho da projeção internacional.

Importante lembrar que a herança da gestão de Luiza Erundina implementou um conjunto de políticas para a região central e chamou a atenção de uma população jovem e ligada a movimentos culturais para a ocupação dos espaços públicos centrais, o que, acredita-se, gerou uma demanda que, subitamente, não foi mais reconhecida pelo governo que a sucedeu, mas não deixou de existir.

Ao mesmo tempo, a AVC fazia o papel de representação do capital instalado na região central e somava forças no mesmo sentido, além de ter havido dois mandatos municipais – de Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000) – que atuaram para fortalecer o consenso entre as classes dominantes e o poder público na cidade, mas que, apesar da Ocupação Urbana Centro – OUC –, não valorizaram as políticas para o centro, e sim concretizaram, de fato, ações voltadas ao desenvolvimento dos setores sudoeste e para compor alianças com o capital imobiliário (KARA JOSÉ, 2010).

A ideia de “cidade mundial” ou “global”, que trata da capacidade competitiva internacional das cidades por meio de vantagens comparativas para atrair empresas multinacionais e fluxos de capital financeiro internacional numa economia globalizada, atribuindo à cidade, como se faz a um produto, valor de troca, assumiu um corolário distinto na cidade de São Paulo.

A presença da vocação cultural já no centro dos processos sociais, desde o início do século passado, foi retomada para justificar políticas para a cidade global, amparada pela metrópole cultural, assim como a pujança de sua economia por meio da industrialização. A construção do espaço urbano na expansão sudoeste, às margens da Marginal Pinheiros, da Avenida Luiz Carlos Berrini, onde se instalaram centros empresariais “ultramodernos” e bairros de negócios verticalizados, compõem o cenário que, nos anos 1990, dava a ideia de que São Paulo integraria as cidades globais.

Um cenário aclamado pela mídia, em especial a grande imprensa (que ainda eram os veículos convencionais – TV, jornais e revistas), que apresentava uma região sul como adaptada aos padrões internacionais, com a presença da tecnologia da informação cada vez maior. O turismo de negócios integrou a ideia de que São Paulo estava no fluxo do capital internacional, e a veiculação frequente na mídia da presença de homens de negócios do mundo todo em São Paulo, para propor novos investimentos, ajudou bastante. O discurso que colocava o capital imobiliário como agente do desenvolvimento que retroalimentava o processo de crescimento econômico, esperado pela sociedade, incentivou as ações do governo local.

O amálgama de todos esses elementos forjou a São Paulo da década de 1990, onde tudo o que interessava era justificar o desenvolvimento que proporcionaria melhor qualidade de vida para todos, deixando sem relevância as desigualdades e

exclusões sociais da cidade, que foram deslocadas para uma dimensão perversa, onde não havia o que ser feito; apenas o tempo e o desenvolvimento nos moldes do planejamento estratégico da sociedade resolveriam.

Outra razão pela qual as ideias sobre a cidade mundial encontraram terreno fértil foram as condições de restrição orçamentária herdadas pelo avanço de políticas neoliberais de estabilização monetária e pela ideia de estado mínimo.

A perspectiva do investimento privado, regulado pela Parceria Público-Privada – PPP –, planejada estrategicamente por meio de metodologias específicas, foi apresentada como um discurso racional e único, capaz de colocar no rumo das soluções os problemas que impediam o desenvolvimento. Foi construída uma imagem que fazia todo o sentido, utilizando-se do recurso midiático. A ascensão de novas tecnologias, somadas à demonização dos governos em função de casos de corrupção cada vez mais identificados, fortalecia a alternativa de transferir funções públicas para a iniciativa privada, tida como exemplo de competência e de honestidade. Era o cenário perfeito.

O incentivo para a expansão das atividades urbanas no sentido sudoeste foi ainda mais valorizado, causando alguns dissensos dentro do setor dominante. Um exemplo prático foi a expansão da “Nova Faria Lima” sobre os bairros residenciais de classe média/alta da Vila Olímpia, um conflito entre “valor de uso” e “valor de troca” do espaço urbano, em que setores de uma mesma burguesia disputaram o valor de um território urbano, sendo o estado acionado para “arbitrar” o conflito.

O Plano Diretor de 2002 refletiu o resultado desse conflito, definindo apenas um quarteirão, na Vila Nova Conceição, próprio para atividades comerciais, exatamente onde estava localizada a loja de comércio de luxo Daslu, e o restante do bairro continuou residencial. O caso traduz o quanto o governo municipal estava sendo impactado pelas forças dominantes locais (PETRELLA, 2017).

Ainda que os conflitos internos da classe dominante tenham existido, não foram capazes de alterar o sentido do vetor de crescimento da cidade para o sudoeste, mas isso serviu como parâmetro para a diferença de força que se tinha quando se tratavam de reivindicações de outro grupo de cidadãos. Atos de pessoas que invadiam um prédio desocupado da área central reivindicando moradia, diante de governos como os de Maluf e Pitta, não representavam nada além de ações criminosas de invasão de propriedade privada, mesmo que tal propriedade não estivesse cumprindo as funções sociais estabelecidas pela legislação.

Em São Paulo, projetos específicos para algumas regiões utilizando as Operações Urbanas – OU – foram apresentados. Esse instrumento de gestão urbana nos moldes dos anos 1990 trazia, em si, a ideia principal de realizar obras públicas a partir de parcerias público-privadas como uma alternativa para que o Estado angariasse fundos para viabilizar grandes intervenções urbanas, ainda que, na prática, o investimento público tivesse subsidiado o privado. *A priori*, as OU deveriam ser realizadas sem a injeção de dinheiro público. Os recursos necessários viriam pela comercialização do solo, ou seja, pela comercialização seria arrecadado o valor necessário à intervenção. Para vender é preciso ter quem queira comprar, portanto o solo comercializado não poderia estar em qualquer lugar, mas, sim, onde houvesse interesse de compradores. Foi esse interesse que direcionou as decisões políticas de planejamento urbano para as OU e impôs a necessidade de que o governo fizesse investimentos prévios para que o investimento da iniciativa privada se desse de maneira segura, sem correr riscos ou reduzindo-os ao máximo. Um problema é que esses investimentos públicos feitos para garantir os ganhos do capital privado não eram computados na OU, gerando a falsa impressão de que era a iniciativa privada que estava fazendo todo o investimento. As gestões de Maluf e Pitta, na prefeitura de São Paulo, realizaram investimentos importantes nas frentes imobiliárias, seja por meio das OU Nova Faria Lima e Águas Espraiadas ou pelo orçamento público da Secretaria de Vias Públicas, que chegou a ter 50% do total destinado às áreas das classes altas (FERREIRA, 2004).

Os resultados das OU por meio de PPPs estavam além das obras e em consonância com o movimento de reformas neoliberais do poder público para transformá-lo em instrumento meramente regulador do mercado e voltado a criar condições favoráveis para a rentabilidade do investimento privado. Eram os moldes de um novo urbanismo, em que a racionalidade moderna do funcionalismo deu lugar ao “urbanismo *ad hoc*”, que colocou a negociação caso a caso como padrão, fragmentando o tecido urbano e a ação do estado, que se voltava para projetos de renovação urbana em menor escala em áreas ditas degradadas, pretendendo atender à noção de cidade mundial (SARAGOÇA, 2016).

Para gerenciar esse modelo, distintas formas de governança urbana⁵ foram organizadas com maneiras diferentes de apropriação do poder e de tomada de decisão, considerando-se as particularidades regionais e locais, portanto não era uma governança única, mas, sim, diversa. Essa perspectiva pode enveredar para o favorecimento unilateral de setores da sociedade civil, ainda que não seja o único resultado possível, se pensarmos na perspectiva das “máquinas de crescimento urbano”⁶ apresentada por Ferreira, que direciona consensos entre as elites dominantes e o poder público – consensos que, se forem alimentados pelo consentimento dado pela participação popular, tanto melhor para que prevaleçam.

O surgimento da centralidade na margem sul do rio Pinheiros, na década de 1990, gerou oportunidades para o capital local, e não para o capital financeiro internacional. Foram os fundos públicos os financiadores da produção imobiliária da região, condição que favoreceu a formação de um grupo de empreendedores nacionais capazes de atuar em megaprojetos, comuns nas cidades globais, o que favoreceu a propagação da ideia de que São Paulo poderia integrar o mesmo cenário, o que, de fato, não aconteceu.

A atuação desse grupo de empreendedores foi fundamental para arrematar a coalizão entre as elites fundiárias urbanas e o poder público para definir os investimentos na cidade segundo os interesses privados e fundamentando a “máquina de crescimento urbano” (FERREIRA, 2004; SARAGOÇA, 2016). Apesar de instrumentos de intervenção urbana terem sido utilizados anteriormente, a mudança das diretrizes fundadoras da organização econômica, reorientadas para o neoliberalismo, provocou a transformação na maneira como esses instrumentos se constituíam e o que eles realizavam.

O urbanismo que tinha a perspectiva da cidade como um todo articulado deu lugar ao urbanismo pontual, focado em ações específicas, construídas “estrategicamente” para determinadas regiões, dando outra conotação aos

⁵ Harvey (2005) elabora uma perspectiva de análise baseada na reorientação das posturas de governança urbana, que, a partir dos anos 1970, assumem uma dinâmica para além da abordagem administrativa, expressa pelo empreendedorismo e colocando-a para além do governo administrativo.

⁶ Para Ferreira (2004), a noção de “máquinas de crescimento” construída por Logan e Molotch evidencia a importância das especificidades locais na configuração do modelo de acumulação de capital. Portanto, segundo Ferreira, “deve-se entender a cidade, além de um espaço da acumulação de capital, como um espaço para se viver, o que cria uma outra dimensão de conflitos sociais, também relacionada com aqueles entre capital/trabalho, mas mais intensamente ligada ao cruzamento dos interesses pelo valor de troca (o espaço como mercadoria capitalista) e o valor de uso (o espaço como lugar de se viver, como um bem consumido)” (LOGAN; MOLOTCH apud FERREIRA, 2004).

instrumentos de intervenção urbana desde sua concepção. As OU, por exemplo, existem desde o Plano Diretor do Município de São Paulo 1985, elaborado na gestão de Mário Covas (PSDB – 1983-1985). Nessa oportunidade, com instrumento definido, foram propostas Operações Urbanas para 35 casos diferentes, mas nenhum foi levado adiante.

Na gestão de Jânio Quadros (PTB – 1986-1989) foi aprovada, por decurso de prazo, a Lei do Desfavelamento, sancionada em dezembro de 1986, sem enfrentar a Câmara de Vereadores. Segundo Bonduki (1996), a lei favorecia as incorporadoras que se achavam cerceadas pela Lei de Zoneamento. Essa lei foi, mais tarde, rebatizada como Operações Interligadas – OIs. Foi a primeira vez que houve a previsão de “solo criado”⁷, conceito estabelecido para que houvesse a transferência, para os cofres municipais, de parte do valor precificado da terra, que se dava em função do uso e da ocupação do solo. Além disso, a lei autorizava a mudança na caracterização do uso do solo, do direito de construir acima do permitido ou do aumento da taxa de ocupação de terrenos onde houvesse a transferência de favelas, desde que o município fosse reembolsado por isso.

A comercialização dessas “excepcionalidades” era realizada lote a lote, devendo ser analisada individualmente pela Comissão Normativa de Legislação Urbana (CNLU) da SEMPLA (Secretaria de Planejamento). Não havia a perspectiva de vinculação da proposta a qualquer projeto urbanístico maior; bastava atender ao “desfavelamento” e efetivar o reembolso.

Num primeiro momento, estabeleceu-se que o reembolso deveria ser feito em construção de unidades habitacionais de interesse social (HIS), sem guardar qualquer relação com a quantidade de famílias desabrigadas. Logo depois, ainda em 1986, o Decreto nº 26.913 determinou a mudança na forma de pagamento e passou a ser efetivado em valores equivalentes para o Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS), facilitando ainda mais a adesão de incorporadoras (SARAGOÇA, 2016).

A gestão de Luiza Erundina (1989-1992) apresentou a OU como uma ferramenta de intervenção. O instrumento foi incluído na Lei Orgânica do Município,

⁷ Segundo Saragoça, solo criado é um instrumento que permite recuperar o valor do preço da terra decorrente do processo de urbanização e da necessidade de correções e injustiças geradas pela lei de zoneamento, o que pode ser entendido como um acréscimo ao direito de construir para além do coeficiente básico de aproveitamento, estabelecido por lei (SARAGOÇA, 2016, p. 65).

autorizando o executivo municipal a obter recursos na iniciativa privada para a realização de obras (SÃO PAULO, 1990). Havia a previsão de cinco OU: Anhangabaú, Água Espraiada, Água Branca, Faria Lima-Berrini e Paraisópolis, todas no setor sudoeste da cidade.

A Operação Urbana Anhangabaú teve início por conta da demanda por políticas para o centro, que já sofria com o estigma de lugar decadente e deteriorado, percepção ainda mais impactada pela reforma realizada no Vale, que, para os críticos, havia retirado seu lugar de referência como cartão postal da cidade, tornando-se lugar de manifestações públicas e peça do Plano de Avenidas de Prestes Maia.

A AVC, representando os empresários da região, atuava no sentido de fazer a região se fortalecer economicamente e retomar seu protagonismo, mas a imagem da Avenida Paulista já ocupava o lugar, no ideário das pessoas e dos governos, de centro financeiro da cidade, onde estavam as sedes do capital empresarial da cidade, do estado e do país.

Diante desse cenário, logo após a conclusão da obra do Vale do Anhangabaú, o executivo deu início à OUA, com previsão de duração de 3 anos, capitaneada pela Empresa Municipal de Urbanização – EMRB –, com o objetivo de produzir interesse do investimento privado na região central. Apesar dos inúmeros benefícios para o capital privado, apenas sete propostas foram apresentadas e consideradas insignificantes, de acordo com o que era proposto. Entre as propostas apresentadas, as de reformas prevaleceram, havia uma para a construção de um hotel. Estavam, entre elas, a regularização da Bolsa de Valores de São Paulo e a regularização e reforma para o aumento da área da Bolsa de Mercadorias e Futuros; houve também a proposta para a reforma e ampliação de parte da sede da Eletropaulo para ser transformada em *shopping center*.

O pouco interesse de investidores na região colocou por terra a concepção – que deu origem à OUA – de que haveria uma demanda reprimida de investimentos para a região do centro em função do zoneamento (o potencial construtivo desse setor é um dos mais altos da cidade). O sinal foi dado. O capital disponível para investimento, particularmente o imobiliário, não se interessava pela região (KARA JOSÉ, 2010) e reforçava a tese de que o resultado de uma Operação Urbana em São Paulo dependeria de sua localização e dos anseios do mercado imobiliário.

CAPÍTULO 2 – UMA NOVA AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO: OS TERRITÓRIOS CRIATIVOS

Ainda que, na esteira de pensadores como Fredric Jameson (2000), possamos remeter a “guinada cultural” do capitalismo – que confere inaudita centralidade econômica à cultura – às tentativas de saída da crise estrutural do capitalismo nos anos 1970/1980 ou, ainda, para nos estendermos mais no tempo, ao ponto de inflexão dos anos 1960, chamados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – de “década da cultura”, foi nos anos 1990, sob os auspícios do Novo Trabalhismo inglês, que uma “nova economia”, centralizada nas chamadas “indústrias criativas” entrou em cena.

Foi nesse contexto, em que as relações de produção se afastaram do “fordismo”, transformando a estrutura produtiva por meio de uma veloz jornada tecnológica, chegando à Indústria 4.0⁸, que assumiu o *status* de protagonista da produção mundializada.

Coadunando nesse processo, o deslize semântico observado para a eleição de um novo denominador comum – da “cultura” à “criatividade” – foi essencial não somente para a incorporação de novos setores – como a moda, os jogos eletrônicos e o segmento de software, design, entre outros – àqueles tradicionalmente reconhecidos como “culturais” (ADDUCI; NOAVIS, 2019), mas, também, para a criação do consenso em torno do impacto econômico desse setor, agora dito “criativo”, que, localizado no espaço urbano, caracterizaria as cidades criativas.

2.1 ECONOMIA E CIDADES CRIATIVAS: IDEIAS FORA DO LUGAR?

Foi nos anos 1990, na Austrália, que o conceito de criatividade foi apropriado pelo campo político como a base para o reposicionamento da economia. Diante da crise internacional e da globalização, o governo australiano propôs como alternativa para o país uma política que enfrentasse a avalanche da cultura de massa e das novas tecnologias, particularmente da informação.

⁸ A Indústria 4.0 é uma expressão usada para identificar uma etapa do desenvolvimento dos processos industriais que busca o aumento da produtividade e a diminuição dos custos de produção por meio da automação e de elevada tecnologia. Utiliza sistemas “inteligentes” e “autônomos” de fábricas e máquinas robóticas, além da nanotecnologia e da produção aditiva, conectados em rede e com o consumidor. Os processos de produção são descentralizados (LEE; KAO; YANG, 2014) (LASI *et al.*, 2014) (LARIZZA, 2016) (TRENTESAUX, BORANGIU; THOMAS, 2016) (SOMMER, 2015) (SHAFIQA *et al.*, 2015) (WANG *et al.*, 2015).

Foi nesse contexto que a expressão “Nação Criativa” foi usada pela primeira vez, propondo uma política que potencializasse o valor econômico de aspectos da cultura local, de forma que as indústrias culturais tradicionalmente relacionadas à cultura de massa alcançassem outro patamar, que colocaria na dimensão das relações de troca valores simbólicos, como a identidade local.

A revolução na tecnologia da informação e a onda de cultura de massa global potencialmente ameaçam o que é distintivamente nosso. Com isso, põem em risco nossa identidade e as oportunidades que as gerações presente e futuras terão de crescimento intelectual e artístico e autoexpressão. (...) Temos que acolhê-la (a revolução da informação) como acolhemos a diversidade com a qual a imigração pós-guerra nos presenteou, reconhecendo que podemos transformar o poder notável dessa nova tecnologia em um propósito cultural criativo e democrático. Ela pode nos informar e enriquecer. Pode gerar novos campos de oportunidade criativa. (DEPARTMENT OF COMMUNICATIONS, INFORMATION TECHNOLOGY AND THE ARTS apud REIS, 2011).

A proposta do governo australiano foi apresentada sob o argumento que a política fortaleceria a cultura local e a transformaria em produto a ser disputado no mercado internacional trazido pela globalização, evitando a perda da singularidade da cultura australiana. Ao assumir o governo britânico, o primeiro-ministro inglês Tony Blair (1997-2007), do Partido Trabalhista, inspirado pelas ideias australianas e tendo um contexto de crise para enfrentar, substanciou seu projeto para o Reino Unido com a perspectiva da criatividade no centro de seu programa para o país.

Um mapeamento realizado pelo governo inglês identificou os setores econômicos com maior potencial de desenvolvimento e, entre eles, estavam as atividades pautadas pela criatividade, habilidade e pelo talento individuais com base na propriedade intelectual. O resultado foi que o governo do Reino Unido incorporou, em sua proposta econômica, o fomento às atividades como artes visuais, mídia, design, música, audiovisual, artesanato, novas mídias e softwares.

No Reino Unido, Blair (1997 apud CUTHBERT, 2005, p. 166, tradução nossa) apostava na criação de “uma nação onde os talentos criativos de todas as pessoas poderiam ser usados para construir uma verdadeira economia empresarial para o século XXI” e a sua capital não poderia deixar de ser o centro das discussões nacionais acerca das cidades criativas. (FRAGALLE, 2019, p. 82).

Não tardou para que esse discurso ancorasse no espaço urbano e se constituísse como uma alternativa ao momento de crise econômica, apresentando a cidade como ambiente para o desenvolvimento econômico, agora pautado pelo planejamento e pela regeneração urbanos, dados a partir da criatividade e da inovação.

Se, como já apontou Harvey (2005), assim como vasta literatura, a relação intrínseca entre o capital e a espacialidade urbana pode ser percebida pela presença de aglomerações de produção em grandes centros urbanos, com o objetivo de minimizar custos de circulação e tempo de giro, são, portanto, as formações metropolitanas essenciais aos processos de produção, reprodução e consumo capitalistas, quer ao reunir as vantagens da economia de escala, quer absorvendo grandes quantidades de capital e força de trabalho ou, ainda, constituindo-se como o *locus* de sua reprodução.

Não causa espanto o fato de que, numa época de “urbanização planetária” e sob uma economia fortemente assentada no consumo e nos serviços, a paisagem urbana contemporânea também se conformasse aos interesses do capital e se colocasse como instrumento da economia globalizada. A proposta de conformação das relações sociais no espaço urbano regido pela criatividade despontou como modelo para enfrentar a crise e apontar novos instrumentos para o desenvolvimento econômico.

Tido como o primeiro autor a usar a expressão “Cidade Criativa”, Charles Landry, arquiteto britânico, publicou, em 1995, com Franco Bianchini, o livro *The Creative City*, no qual atribui papel fundamental à cultura como processo de criação estética e funcional tanto pela carga simbólica quanto pelo impacto econômico e turístico que pode trazer (REIS, 2011).

A cidade criativa é mais do que o simples desenvolvimento de atividades criativas ou da economia criativa, caracterizando-se, sobretudo, pela dinâmica organizacional na promoção da cultura e das artes, pelos estímulos do ambiente criativo e pelo papel da história e da tradição na criatividade. De modo específico, o ambiente criativo se caracteriza pelo contexto urbano, no qual as pessoas são incentivadas a comunicar, participar e compartilhar (LANDRY, 2011). Desse modo, a qualidade de vida, a estética e o consumo são insumos a que o ambiente criativo procura dar resposta. (CRUZ, 2017, p. 18).

É preciso haver um ambiente urbano que promova o desenvolvimento da criatividade e de pessoas criativas, uma associação entre a infraestrutura urbana e a

infraestrutura mental – a força de trabalho qualificada que é capaz de gerar a propriedade intelectual e, portanto, moldar o ambiente urbano, tendo em vista o fortalecimento da economia criativa, na perspectiva da proposta de Blair e Landry. É fundamental, assim como a importância da atuação dos gestores públicos para modelar políticas que potencializem e apoiem o desenvolvimento da cidade criativa, que eles próprios sejam empreendedores e estratégicos na construção da cidade criativa. Trazer a perspectiva cultural para moldar o planejamento, ao mesmo nível de questões tradicionais como habitação e transporte, deve ser central para a cidade criativa nos moldes propostos pelos autores (FRAGALLE, 2019). É essencial, na perspectiva de Landry, o entendimento do espaço urbano como o “lócus” da criatividade. Sua singularidade é dada pelos recursos culturais e criativos existentes, o que o caracterizam como um contexto único, ou seja, a cidade criativa, para Landry, é caracterizada pela unicidade e singularidade dos espaços urbanos, que são, por sua vez, alimentados pela identidade e manifestações culturais nele constituídas (REIS, 2011), estabelecendo um vínculo fundante entre cultura e criatividade.

Repensando apontamentos feitos anteriormente, podemos inferir que a noção de cidade criativa nasceu da leitura que se fez do contexto da época. Havia a presença das atividades culturais desde os anos 1960 como instrumentalizadoras das relações sociais. Capturá-las para uma abordagem economicista faz parte do processo de desenvolvimento da sociedade contemporânea e facilita a abordagem ideológica de manutenção das relações de produção capitaneadas pelo capital.

Ao lado de Landry, Richard Florida, economista estadunidense, foi outro defensor da economia criativa e suas ideias serviram para justificar, em muitos casos, políticas governamentais adotadas em diferentes países. Trazer o que esses autores propõem serve de referência para o conjunto de justificativas que são utilizadas por diferentes governos para implementar políticas voltadas à cidade criativa. Para Florida, há uma “classe criativa”, que são os trabalhadores ligados ao conhecimento, como cientistas, engenheiros, designers, publicitários, artistas, entre outros, mas, então, o que diferenciaria os trabalhadores criativos dos não criativos?

De acordo com Florida, a diferença está em que a classe trabalhadora convencional é remunerada para executar uma tarefa, enquanto a criativa é remunerada para criar e tem consideravelmente mais autonomia e flexibilidade do que as outras (FLORIDA, 2011). Essa afirmação não é suficiente para indicar a existência

de uma nova classe e não reflete a realidade, mas, seguindo na leitura de Florida, o fato de a classe criativa ter mobilidade permite que haja concorrência entre países, cidades ou empresas por contratá-la.

Portanto, diferentemente do que diz Landry sobre a criatividade estar relacionada com o espaço onde é realizada a criação, de certa forma, Florida aboliu essa relação determinante entre o espaço urbano e a criatividade. Para ele, os profissionais criativos podem ser atraídos para outros lugares levando consigo o insumo para o trabalho criativo. Na perspectiva de Florida, uma cidade ou região, para se fortalecer enquanto criativa, precisa, além das potencialidades “convencionais” atribuídas pela cultura local, atrair a classe criativa, integrando seus habitantes a esse novo cenário e considerando a mobilidade como elemento importante no contexto das cidades criativas.

Florida criou o “Índice de Criatividade”⁹ para medir o quanto uma cidade é criativa. Na sua perspectiva, a criatividade é um recurso humano inesgotável e capaz de gerar valor econômico e vantagem competitiva, gerando um processo capaz de sustentar e garantir a competitividade das cidades. Florida conseguiu levar o seu “Índice de Criatividade” a dezenas de países e, mesmo recebendo inúmeras críticas, o resultado delegou escala “global” (ao menos para os países ocidentais) para a discussão sobre a economia e as cidades criativas (REIS, 2011). A metodologia de Florida foi muito questionada, mas, até recentemente, tem sido aplicada, levando-se em conta os 3Ts: talento, tecnologia e tolerância.

Cidades como Londres, Barcelona e Lisboa figuram entre as capitais europeias que se constituíram em exemplos de cidades criativas. A perspectiva de transformar uma realidade em criativa compôs o ambiente das políticas públicas, tornando-se uma ação efetiva para muitos governos, acreditando que seria capaz de promover desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas o resultado tem mostrado que, necessariamente, não é isso o que se alcança.

A perspectiva do pensamento sobre as cidades criativas remete à discussão de Arantes (1998) sobre a “isca cultural”, referindo-se ao processo que captura a cultura, a criatividade e a inovação para o campo das atividades econômicas como

⁹ O Índice de Criatividade é fundamentado na teoria dos 3Ts, que avalia: a tolerância, ou seja, o fato de uma cidade possuir uma cultura aberta às diferenças, possuindo, assim, maior facilidade em criar novas ideias e modelos produtivos; o talento, em outras palavras, a presença da “classe criativa”, e a existência de uma concentração de empresas de tecnologia. (FRAGALLE, 2019, p. 81; REIS, 2011, p. 38).

uma maneira de construir uma nova camada ideológica sobre as relações capitalistas de produção, amparando o modelo que imputa valor econômico às expressões simbólicas e aos corpos humanos.

Na primeira década do século XXI, seja pelo contexto internacional, em que o tema era muito presente, pela defesa da noção ampliada e antropológica de cultura ou, ainda, por conta da política desenvolvimentista, a economia criativa ganhou espaço na atuação dos governos e de instituições privadas no Brasil. Foi nesse momento que o país procurou sua inserção no que estava sendo articulado como uma alternativa para gerar valor a partir do capital humano e/ou simbólico, por meio da criatividade e da inovação, o que faria girar a roda da geração de riqueza, apresentando-se como uma vantagem competitiva entre diferentes mercados.

É importante citar a 11ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD –, fórum intergovernamental permanente das Nações Unidas, realizada na cidade de São Paulo, em 2004, quando foi produzido um documento nomeado “Consenso de São Paulo”¹⁰ e onde foram inscritos os resultados possíveis sob o incentivo da economia criativa, constituindo um marco no cenário nacional e o reconhecimento da importância da cultura e da criatividade para o desenvolvimento no Brasil.

Foi em fala durante a Conferência que Gilberto Gil (2004), então ministro da Cultura, apresentou e justificou a proposta de realização do Fórum Internacional das Indústrias Criativas, em Salvador, afirmando que a indústria criativa é a atividade econômica que mais cresce no mundo e, dada a força da cultura e da criatividade das pessoas no Brasil, é considerada a matéria-prima dessa atividade.

O Fórum seria uma oportunidade para promover o movimento de incentivo à economia criativa. O evento aconteceu em 2005 e contou com a participação de delegados de países como África do Sul, Argentina, Benin, Burkina Faso, Canadá, China, Colômbia, Coreia do Sul, Finlândia, Gana, Itália, Jamaica, Mali, México, Portugal, Senegal e Trinidad e Tobago, além de representantes de organizações internacionais, como: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD –, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD –, Organização Internacional do Trabalho – OIT –, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO

¹⁰ https://unctad.org/en/Docs/tidl380_en.pdf

–, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, entre outras, e a sociedade civil de diversos países.

O resultado do encontro foi a “Carta de Salvador”¹¹, que indicou o Brasil para sediar o Centro Internacional das Indústrias Criativas, visando a uma cooperação Sul-Sul, o que nunca foi concretizado (REIS, 2011). O rebatimento dessa discussão nas políticas governamentais se apresentou trazendo um conjunto de ações, uma delas foi a criação do Programa BNDES para Desenvolvimento da Economia da Cultura – Procult –, em 2006, voltado à cadeia do audiovisual. No ano de 2009, o escopo do programa foi ampliado para integrar as cadeias do patrimônio cultural, espetáculos ao vivo, fonográfico, editorial e livrarias (REIS, 2011). No mesmo ano, o governo federal criou a Coordenação Geral de Economia da Cultura e Estudos Culturais, dentro da Secretaria de Políticas Culturais (SPC) (BRASIL, 2016).

A efervescência da discussão sobre a economia criativa era constante, tanto que o Ministério estabeleceu como tema para o Eixo 4 das conferências nacional, estadual e municipal o debate sobre cultura e economia criativa, reafirmando que a economia criativa deve ser encarada como uma estratégia de desenvolvimento e, portanto, deve integrar as conferências para discutir um conjunto de ações que a impulsionem, assim como o financiamento, por meio de incentivo fiscal, a garantia da sustentabilidade das cadeias produtivas e a geração de trabalho e renda (BRASIL, 2009).

A discussão avançou, culminando na criação, no âmbito do Ministério da Cultura, em 2011, da Secretaria Nacional de Economia Criativa (BRASIL, 2013), representando a introdução institucional de uma “nova agenda” nas políticas públicas brasileiras (LOPES, 2015). Inserida na política “neodesenvolvimentista”¹², do governo petista, a secretaria representava, nas palavras da então secretária, Claudia Leitão:

¹¹ Fonte: <http://thacker.diraol.eng.br/mirrors/www.cultura.gov.br/site/index.html%3Fp=836>. Última consulta em 11/01/2023.

¹² O “neodesenvolvimentismo” é um programa que foi colocado em prática na primeira década do século XXI, a partir do primeiro governo Lula, e consiste em viabilizar uma política econômica e social para o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal vigente no país. Para tanto, implementa políticas de recuperação do salário mínimo e aumento do poder de compra das camadas mais empobrecidas; aumento do orçamento do BNDES para financiamento de grandes empresas nacionais; apoio à exportação de mercadorias e capitais por parte de empresas brasileiras; manutenção da demanda agregada em momentos de crise e incremento do investimento estatal em infraestrutura. Essas são as principais diretrizes do modelo. Outras discussões podem ser encontradas em Bresser Pereira (2012), Wilson Cano (2012) e Reinaldo Gonçalves (2011) (BOITO JR., 2012, p. 5).

o desejo de construir um novo desenvolvimento para o Brasil, de forma transversal com os demais ministérios, agências de fomento, instituições internacionais, sistema S, universidades, segmentos criativos, poderes legislativo e judiciário, estatais, institutos de pesquisa, organizações do terceiro setor, enfim, com os estados e municípios brasileiros. Mas, para a construção de um novo desenvolvimento, é necessário a construção de uma nova mentalidade econômica. Diferentemente da economia tradicional “taylorista”, a economia criativa se caracteriza pela abundância e não pela escassez, pela sustentabilidade social e não pela exploração de recursos naturais e humanos, pela inclusão produtiva e não pela marginalização de indivíduos e comunidades. (BRASIL, 2011, p. 14).

Extraímos dessa afirmação algumas considerações. Uma delas é a de que o Ministério da Cultura chamou para si o protagonismo no desenvolvimento econômico, alinhando as ações da secretaria com o modelo de desenvolvimento econômico proposto pelo governo. Aqui, como em outros contextos internacionais, procurou-se uma alternativa para enfrentar a crise (nesse caso de 2008) e, devido às condições próprias do estágio de desenvolvimento do Brasil, a proposta foi baseada na comercialização de bens e serviços, em que o ato criativo atribuiu valor simbólico como elemento fundamental na definição do preço, o que resultou em produção de riqueza cultural e econômica (MINC, 2011), e não na propriedade intelectual, como na Europa.

No Plano de Ação apresentado para o período entre 2011 e 2014, foram estabelecidos os vetores de atuação para a economia criativa, inserindo as políticas do Ministério dentro do escopo do desenvolvimento econômico. Ainda que estivessem em consonância com a política do governo federal, os desdobramentos não foram os esperados. Em 2015, a Secretaria de Economia Criativa foi extinta, sinalizando sua total perda de aderência às políticas do ministério. Daí em diante, a situação só piorou. Em 2016, houve o golpe parlamentar contra o governo Dilma Roussef, seu vice, então, assumiu a presidência; o Ministério da Cultura perdeu força e não foi extinto graças à pressão do segmento artístico por todo o país. Com a ascensão do governo Bolsonaro (2019-2022), a pá de cal selou o fim do Ministério e sua redução à Secretaria Especial de Cultura.

Outras instituições se atentaram para a economia criativa na primeira década do século XXI, muito incentivadas pelos dados trazidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, que, a partir de um convênio celebrado com o Ministério da Cultura em 2004, buscava desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural a partir da “produção (oferta) de bens e

serviços, gastos das famílias e do governo e as características da população ocupada no setor”, de modo a permitir que indicadores fossem criados e utilizados em pesquisas e estudos, bem como no planejamento e na tomada de decisão de governos e instituições privadas. A instituição mantém, em sua plataforma, dados, publicações e relatórios referentes ao Sistema de Informação e Indicadores Culturais.

Os relatórios referentes aos períodos de 2003-2005 e 2007-2010, quando analisada a oferta de bens e serviços culturais, apontam para um movimento de crescimento da representatividade das atividades culturais, sendo a maioria do mercado ocupada por microempresas. O relatório publicado em 2013 mostra que o rendimento médio real mensal dos trabalhadores da Cultura era superior aos rendimentos da população ocupada no total das atividades produtivas: em 2007, era igual a R\$ 1.258,00 e, em 2012, era de R\$ 1.553,00 (IBGE, 2007 e 2013).

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN – foi protagonista importante no cenário em que se discutia a economia criativa no Brasil. Investiu em atividades voltadas ao setor, realizou o Fórum Empresarial da Moda e do Audiovisual (2001), publicou o Mapa do Desenvolvimento, inserindo a economia criativa (2006), e logo depois realizou o evento internacional Rio Criativo (2008) para discutir o tema. Em 2012, começou a realizar o Mapa da Indústria Criativa, o que foi feito até 2022.

Não obstante o discurso hegemônico que exalta as potencialidades de tais investidas – como a valorização da mão-de-obra local, a geração de renda, o indivíduo como ponto focal das relações urbanas etc. –, vários são os autores que ressaltam seu lado negativo, como a geração de espaços urbanos exclusivos e excludentes, os processos de gentrificação, a mercadificação dos espaços e serviços públicos (EZPONDA; GARCÍA; DURÁN, 2013). Há discussões sobre a maneira literal com que se busca apropriar da noção de cidade criativa para outras realidades, como a brasileira, por exemplo.

Ana Carla Reis, defensora da introdução das políticas promotoras das cidades criativas na realidade brasileira, chama atenção para o problema da importação das noções propostas para uma realidade distinta, apontando a falta de “adequação” do conceito para os contextos locais (REIS, 2011), mas ela para por aí, considerando apenas a necessidade de readequação dos conceitos. A produção dessa mediação sofisticada impõe limites à circulação das ideias. Sem que se perceba, os filtros geram cerceamento à liberdade de ideias, permitindo que se sobreponham as que representam os interesses de uma determinada classe, construindo o lugar do

pensamento único, ou “A cidade do pensamento único” (ARANTES, 2000). Inserir a noção de cidade e de território criativos nessa discussão faz sentido na medida em que, como evidenciou Schwarz, revelar a realidade social de países periféricos que tomam para si formas já experimentadas em países centrais provoca alterações nessas formas, tornando-as, em alguns casos, irreconhecíveis, mas, em razão da mudança dada, revela muito mais sobre seu local de origem do que sobre o espaço que ocupa (uma experiência em segundo grau, nas palavras de Schwarz).

2.2 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL E DISTRITOS CRIATIVOS

Na década de 1980, Marshall, ao estudar os distritos industriais na Inglaterra, apresentou as vantagens oriundas da concentração das empresas de um mesmo setor de produção, entre as quais estavam a concentração de mão-de-obra especializada, o desenvolvimento de instituições de ensino, ganhos em infraestrutura, fortalecimento do setor de serviços, compartilhamento de um conhecimento tácito, entre outras (MARSHALL apud LOIOLA; LIMA, 2008). Nesse mesmo artigo, Loiola e Lima afirmam a propensão para, em muitos países, as atividades culturais e suas correlatas se organizarem em aglomerações locais e regionais. Estabelecem a conexão entre o estudo de Marshall e o conjunto de características que favorecem a aglomeração territorial das atividades culturais e sua forma de organização em:

oligopólios com franjas – um tipo de oligopólio no qual junto às grandes empresas estão os estabelecimentos menores, como sendo as “franjas” dos conglomerados, e observam-se as relações de complementariedade entre empresas especializadas, assim como de cooperação e de aliança, as quais são, por sua vez, favorecidas pelas relações de complementariedade (TOLILA, apud LOIOLA; LIMA, 2008, p. 05).

Por meio dessas relações complementares, os autores identificaram a importância das pequenas empresas para a renovação e a criatividade, pois estas assumem riscos que as grandes empresas não estão dispostas a assumir, pavimentando com maior segurança o caminho para novos investimentos, ao mesmo tempo em que estão ligadas a uma rede de distribuição mundial estabelecida pelas grandes corporações.

Na camada discursiva construída em torno da economia criativa, esse tipo de organização econômica constitui-se um novo modelo de desenvolvimento, em que a criatividade – resultado do movimento de sentido feito da noção de cultura – e a

inovação tornam-se insumos prioritários no processo. É essa noção que aproxima os Arranjos Produtivos Locais – APLs –, os *clusters* criativos e os territórios criativos das cidades como concentradores da maioria das intervenções voltadas às atividades criativas e com territórios privilegiados para a formação dessas organizações.

A definição apresentada por Reis, elaborada pela Conferência de *Clusters* Criativos, em 2003, diz que *clusters* criativos são mais do que “um parque de empresas próximo a um *campus* tecnológico. Inclui instituições sem fins lucrativos, instituições culturais, equipamentos culturais, artista, parques científicos e centros de mídia” (REIS, 2011). Para Loiola e Lima, *clusters* são “aglomerações que se amparam nas múltiplas criatividades dos indivíduos – artística, empreendedora e de inovação tecnológica – para criar um novo valor econômico” (DCMS apud LOIOLA; LIMA 2008, p. 7). O conceito trazido por Reis e inspirado em Florida valoriza mais a presença institucional, enquanto a noção trazida por Loiola e Lima valoriza a ação individual, sinalizando para o empreendedorismo individual. Esses autores definem arranjos produtivos como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com o foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos mesmo que incipientes”. (LOIOLA; LIMA, 2008, p. 9). Enquanto o primeiro tem força na potência criativa do indivíduo, o segundo encontra, nos vínculos estabelecidos no território por agentes mais institucionalizados, sua força.

Olhando em retrospectiva para o processo que se desenvolveu no Brasil, desde 2004, o conceito de Arranjos Produtivos Locais – APLs –, construído pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist), tornou-se uma referência. Compreendido já naquele momento como o conjunto de diferentes agentes atuando em um mesmo território, em torno de atividades comuns ou correlatas, com base em vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem, os APLs traduziriam a importância do território para a economia e para o desenvolvimento. (REDESIST apud KAMIMURA; SIMONETTI, 2017, p. 21).

Nessa perspectiva, eram caracterizados pelo território, pela especialização produtiva, aprendizagem, inovação, cooperação e pelos atores locais, assim como eram resultado do processo histórico que representavam, apresentavam formas de atuação e de cooperação únicas, como a apropriação e expressão coletiva de um conhecimento tácito, que não era apropriado individualmente e, sim, coletivamente, para o qual a participação era um valor fundamental, mas que precisava se transformar em algo mais rentável e produtivo. A noção de importação de uma classe

criativa parecia ser inviável nessa perspectiva, pois o vínculo com o território não poderia ser rompido.

No caminho da formação das instituições, a criação da Secretaria de Economia Criativa – SEC –, em 2011, estabeleceu um ponto focal, pois as diretrizes propostas pelo Plano de Ação coadunavam-se, segundo De Marchi (2012), ao modelo “neodesenvolvimentista”, adotado pelo governo federal desde 2002, incluindo a SEC no modelo de desenvolvimento e como uma alternativa para incentivar o investimento em criatividade enquanto um setor produtivo local, ou seja, nos moldes do APL.

A publicação do *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações (2011-2014)* foi outro marco temporal na abordagem sobre o tema, pois apresentou claramente quais eram os pilares que sustentariam a atuação da secretaria e o quanto estavam comprometidos com a agenda “neodesenvolvimentista”. O Plano ressaltava a importância da redefinição do conceito de economia criativa a partir da realidade nacional, explicitando o movimento semântico que substituiu Economia da Cultura por Economia Criativa, assim como de trabalhadores da cultura por trabalhadores criativos, para os quais estavam direcionados os objetivos do Plano, assim como se comprometia a fazer das políticas públicas de cultura um instrumento de promoção do desenvolvimento (MINC, 2011).

Na definição da Missão da SEC registrada no Plano, essa diretriz fica evidente:

A Secretaria da Economia Criativa tem por missão conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micros e pequenos empreendimentos criativos brasileiros. (BRASIL, 2011, p. 39).

Vale ressaltar que, ao mesmo tempo que se agregava uma atribuição dentro de uma conjuntura maior do mesmo governo, também tencionava-se para que houvesse uma diluição de poder que, a princípio, estava a cargo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC. Não há como garantir que esse compartilhamento tenha sido tranquilo.

Um ponto trazido pelo Plano é a subdivisão de territórios criativos em: Rede Brasileira de Cidades Criativas, Bacia Criativa e Polo Criativo. Este último é definido como o “conjunto de empreendimentos criativos, geograficamente próximos e circunscritos a um território de pequena dimensão” e que pode ser relacionado, do ponto de vista de suas semelhanças, com os APLs.

É possível, ainda, estabelecer mais uma semelhança entre esses conceitos e o de Bairros Criativos, que são espaços de convivência, onde há, num determinado recorte de espaço urbano, a realização de atividades de dimensão simbólica por pessoas com identidade cultural específica (LIMA, 2011). Em 2012, o MDIC ressaltou que os conceitos tinham significados parecidos, pois expressavam a atuação de grupos de empresas semelhantes, instaladas num mesmo território, procurando maior eficiência produtiva, segundo o Ministério. O que pode ser considerada a aproximação entre o MDIC e o Minc, ou mesmo uma sobreposição de poder e atribuição.

Quadro 2 – Escopo dos setores criativos – Unesco – 2009



Fonte: Ministério da Cultura do Brasil.

Quadro 3 – Escopo dos Setores Criativos – Ministério da Cultura – 2011



Fonte: Ministério da Cultura do Brasil.

Analisando a implantação de polos criativos, Lima (2012) constatou duas maneiras para a sua criação. A primeira é a que surge a partir da iniciativa da própria sociedade civil. Outra é quando o poder público age para viabilizar a implantação, definindo políticas públicas estimuladoras para a Economia Criativa. Essa é a proposta da metodologia de trabalho para identificar e mensurar os polos criativos brasileiros pelos parâmetros da SEC. Pouco foi realizado, mesmo depois da publicação do documento produzido por Lima em 2011.

Fica claro que o programa não foi capaz de ampliar seus resultados à maioria da população. Ainda que tenha movimentado a economia da cidade e promovido a tão propalada “regeneração urbana”, constituindo a cidade como uma “marca” internacional (FRAGALLE, 2019), não foi democrático nos ganhos.

No Brasil, na primeira década do século XXI, os exemplos começaram a surgir. Possivelmente, a candidatura para sede da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e dos jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016, tenha se dado no bojo das perspectivas que se delineavam.

Entre as intervenções que foram planejadas, está o Projeto Porto Maravilha, aprovado em 2009, uma parceria público-privada para intervenção em uma área de 5 milhões de metros quadrados da zona portuária e com potencial adicional de mais 4 milhões pela venda de solo virtual, com o objetivo de renovação urbana da zona portuária do Rio de Janeiro, região contígua ao centro.

O projeto previa um investimento de, pelo menos, R\$ 8 bilhões de reais, englobava intervenções, obras e serviços, transporte, infraestrutura urbana, habitação

e cultura, com recursos públicos e privados, e inaugurava um modelo inédito de governança, apesar de ser centrado nas Operações Urbanas desenvolvidas em São Paulo. O Projeto do Porto Maravilha foi, naquele momento, a maior parceria público-privada realizada no país.

Criou pela primeira vez no país a delegação ao setor privado da execução do conjunto de serviços urbanos básicos de um território da cidade, tais como saneamento, coleta de lixo, iluminação pública e gestão do tráfego... tendo um contrato pago com recursos oriundos exclusivamente da valorização imobiliária na região, a partir de um Fundo de Investimentos Imobiliários controlado por um banco público nacional (SARUE, 2021, p. 55 e 56).

Uma transação inédita e complexa, que envolvia a gestão de um banco público nacional, a Caixa Econômica Federal, que movimentaria o Fundo com recursos do FGTS e da comercialização de terras da União e de solo virtual emitidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Em cinco anos, foram entregues as principais obras; entre elas, estavam a construção de túneis e a demolição da via elevada sobre a região (Av. Perimetral). Em 2016, outras obras foram entregues parcialmente, como a reurbanização de ruas e calçadas, reconstrução de redes de infraestrutura urbana (água, esgoto e drenagem), novas estações de tratamento de esgoto e ciclovias. Projetos relacionados à habitação ou foram transferidos para a execução das instituições da prefeitura que cuidavam da urbanização de favelas ou excluídos. As áreas de moradia ficaram de fora sem qualquer justificativa, exceto pela construção do teleférico que liga o Morro ao centro da cidade.

Um ganho do projeto foi a instalação do sistema Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que foi construído por uma PPP exclusiva para tal. Ainda que tenha sido criada uma agência de desenvolvimento para gerenciar especificamente o Porto Maravilha, as ações ficaram desconectadas; algumas sob gerência de áreas da prefeitura, outras pela agência.

Pouco foi previsto para mitigar impactos do empreendimento. Havia a previsão de crescimento da população local, no entanto não houve previsão de construção de escolas ou postos de saúde (SARUE, 2021), pontos relevantes para o resultado do projeto e que foram desconsiderados pela proposta inicial.

A PPP previa a aplicação de 3% do seu valor global para investimento em renovação de patrimônio cultural, além da construção de dois museus no perímetro

abarcado. Um deles foi projetado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava e inaugurado com o nome de Museu do Amanhã, o que denota a perspectiva de envolvimento de projetos culturais pela proposta.

Do ponto de vista do processo histórico, a região portuária está ligada à constituição do centro histórico e de sua ocupação como polo comercial e financeiro. No entanto, essa região ficou distante do zoneamento da região central, que privilegiou áreas ao sul, mais distantes do porto e dos bairros portuários, onde havia um hospital público e um cemitério, tudo o que se queria isolar.

Está na região o Morro da Providência, considerado a primeira favela da cidade, que foi formada por quilombolas e soldados egressos da Guerra de Canudos, local de moradia para a população de baixa renda e onde se manifestavam múltiplas identidades e culturas, como a Pedra do Sal, local para cultos afro-brasileiros e que, por volta de 1889, era conhecida como “Pequena África” (FRAGALLE; LOPES, 2012).

Mais recentemente, pesquisas históricas e de arqueologia histórica identificaram, na região, um importante centro de comercialização de pessoas escravizadas, durante o período escravista do Brasil. Redescoberto em 2011, durante as escavações para a construção de infraestrutura do Porto Maravilha, o Cais do Valongo é considerado o maior porto escravista das Américas e foi porta de entrada para mais de 1 milhão de africanos escravizados. Em 2017, o Cais foi reconhecido, pela Unesco, como Patrimônio da Humanidade. A região portuária se organizou como um reduto das manifestações culturais de origem africana. O Projeto Porto Maravilha abrigava, além do Cais do Valongo, um mercado de escravos, uma casa de engorda para escravizados e um cemitério. Mais recentemente, a região da “Pequena África” foi oficialmente identificada como um quilombo urbano, além de sua história intrinsecamente ligada ao samba e ao carnaval.

Apesar da presença de todo esse legado de africanos escravizados na região, a PPP não previu investimento para recuperação ou preservação dessa memória. A herança histórica do local não foi contemplada nem nos 3% previstos inicialmente (SARUE, 2021).

Outros projetos podem ser citados, pois tiveram maior repercussão, como o Porto Digital (2008) e o Ocupa Estelita (2012), em Recife-PE. A UNESCO criou o programa “Rede de Cidades Criativas”, com o objetivo de fortalecer a cooperação internacional. São casos que, aparentemente, indicam a presença da discussão da

inserção da economia criativa no contexto do planejamento das cidades brasileiras. Apesar de defender a cidade como um lócus do desenvolvimento, a estratégia de eleger um setor para representá-la reduz a perspectiva a pontos localizados, fortalecendo o desenvolvimento da cidade-marca, colaborando para a produção da cidade enquanto produto turístico.

2.3 TERRITÓRIOS CULTURAIS E CRIATIVOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

A adoção do urbanismo neoliberal na cidade de São Paulo reservou peculiaridades: o surgimento de uma nova centralidade voltada ao terciário no extremo da expansão sudoeste, com grandes edifícios, hotéis e obras viárias de grande impacto, inclusive visual, como a ponte estaiada Octavio Frias de Oliveira, mais conhecida como ponte Água Espraiada (nome da OU da região), poderia sugerir que São Paulo estaria caminhando no sentido de uma cidade global, no entanto indicadores destinados a medir o *ranking* de tais cidades não classificam São Paulo entre a primeira dezena de cidades referência do capitalismo financeiro.

O *ranking* das principais cidades globais, produzido pela A.T. Kearney e realizado desde 2015, nunca inseriu a cidade de São Paulo entre as 30 melhores colocadas. A única cidade da América Latina que aparece é Buenos Aires, ocupando o 25º lugar, em 2022¹³. São Paulo está em 45º.

Nem mesmo a UNESCO reconhece São Paulo como cidade criativa. No *ranking* apresentado em seu site¹⁴, estão 12 cidades brasileiras cujo eixo de desenvolvimento do território é a economia criativa. São elas: Belém, Paraty, Florianópolis e Belo Horizonte, reconhecidas como cidades da gastronomia; Brasília, Curitiba e Fortaleza, cidades do design; Santos como cidade do audiovisual; João Pessoa, cidade do artesanato e da arte popular; Salvador e Recife, cidades da música, e Campina Grande como cidade das artes midiáticas¹⁵.

Então, o que coloca São Paulo no contexto da discussão sobre territórios criativos? Nas últimas décadas do século XX, a imagem de metrópole cultural pode ser um indício; a tentativa de reposicionar, ao menos do ponto de vista do discurso, áreas urbanas pode ser outro. E, com certeza, a região central está no foco dessa

¹³ O ranking foi apresentado no site da Kearney, pelo Relatório das Cidades Globais. <https://www.kearney.com/global-cities/2022> (consultado em 19-01-2023)

¹⁴ <https://en.unesco.org/creative-cities/creative-cities-map> (acessado em 22/01/2023).

¹⁵ <https://en.unesco.org/creative-cities/creative-cities-map> (acessado em 22/01/2023).

perspectiva. A retomada das Operações Urbanas com novos mecanismos, nos anos 1990, é outro sinal dessa abordagem.

Apesar do resultado mingüado da OUA, a pressão para que fosse realizada uma revisão na legislação urbanística do centro, exercida particularmente pela Associação Viva o Centro – AVC –, ajudou para que, em 1993 (regulamentada em 1997), a OUA fosse transformada em Operação Urbana Centro.

Abrangendo um perímetro muito maior, com 662,9 hectares, que incluía os distritos da Sé, República e Brás (Centro Velho e Novo, parte do Glicério, Brás, Bexiga, Vila Buarque e Santa Ifigênia), encampava uma região onde havia terrenos vazios e áreas residenciais, além das voltadas ao comércio e serviços. As intervenções poderiam ser realizadas a qualquer momento, quando houvesse a captação de recursos.

A princípio, a Operação estabelecia a isenção total da contrapartida monetária pela iniciativa privada, a eliminação do limite máximo de gabarito e da área construída por período de três anos. Entre os objetivos, estavam atrair os investimentos da iniciativa privada para a região; readequar a estrutura fundiária para viabilizar grandes empreendimentos; estimular a requalificação dos espaços públicos; a conservação e restauração do patrimônio histórico, aumentar a oferta de garagens e controlar os usos para evitar os não condizentes com o perfil da ocupação desejada para a região.

Dois mecanismos estruturaram a proposta:

- 1) A transferência de potencial construtivo (que permitia a transferência para outras regiões, desde que fossem feitas doações de áreas livres e verdes para a Prefeitura e a de imóveis tombados ou classificados com algum tipo de preservação)
- 2) A flexibilização da legislação que propiciou a modificação das características no uso e na ocupação do solo e subsolo; de normas do Código de Obras e Edificações; da regularização de construções e reformas; a cessão onerosa de espaços públicos e subterrâneos para criação de passagens e galerias e a não contabilização no cálculo do coeficiente de aproveitamento (CA) das áreas destinadas às atividades culturais, educacionais e coletivas em geral, podendo variar para mais, principalmente para investimentos em hotelaria.

As intervenções realizadas pela OUC não foram muitas e foram sempre obras pontuais.

Vejamos a relação a seguir, com a descrição e o ano de conclusão:

- Revitalização da Praça Patriarca – com obras de pavimento e instalação de pórtico, 2002;
- Corredor Cultural Xavier de Toledo – Praça Dom José Gaspar – Reforma das praças Ramos de Azevedo e Dom José Gaspar e da rua Xavier de Toledo, 2004;
- Praça Roosevelt – Projeto de revitalização da Praça Roosevelt, situada entre as Rua da Consolação e Rua João Guimarães Rosa, com obras de acessibilidade, acesso à garagem, revitalização e pista de skate, 2012;
- Projeto Vale do Anhangabaú – Projeto básico e executivo, 2015;
- Projeto de Reurbanização do Parque Dom Pedro II – Projeto básico e executivo, 2011;
- Praça das Artes – Equipamento cultural situado na esquina da Av. São João e Rua Formosa/ Vale do Anhangabaú, fase 1 (2012) e fase 2 (2019);
- Requalificação dos calçadões – Centro Velho/ Triângulo Histórico (trecho Vale do Anhangabaú, Praça da República, Av. São João e Av. São Luiz), Centro Novo/ Quadrilátero Histórico (trecho entre a Rua Xavier de Toledo, Av. Ipiranga, Av. São João e Av. São Luiz), estudos em andamento;
- Rua do Gasômetro – Obras de pavimentação, sistema de drenagem e enterramento das redes concluídos. Enterramento da rede de trólebus concluído parcialmente em 2015;
- Nova Luz – Desapropriação de dois lotes na Rua dos Gusmões para implantação de EHIS, 2012;
- HIS Sete de Abril – Projeto e obras na Rua Sete de Abril para *retrofit* e edificação nova, com produção de unidades para locação social, licitação da obra em andamento;
- Censo de Cortiços – Contratação de serviço especializado para a produção de Censo de Cortiços, estudos em andamento.

Mesmo com número reduzido de projetos realizados ao longo de 25 anos, observa-se certa concentração no centro histórico. Embora diante dos benefícios

oferecidos, que não eram poucos, não há como afirmar que houve êxito na OPC, do ponto de vista de quantidade de intervenções e do interesse do investimento privado.

Na ausência de um projeto urbanístico, as intervenções se deram de maneira pontual, sem conexão com o conjunto da região, definidas apenas pela presença de capital para investir. Fica para trás o urbanismo moderno e o poder público abre mão da sua capacidade de planejamento integrado. Em 2022, a OUC foi revogada, com a criação da Área de Intervenção Urbana (AIU)¹⁶ do Setor Central – Lei 17.844, sendo o saldo remanescente transferido para a AIU, sem prejuízo das intervenções já aprovadas.

Para o entendimento da região central de São Paulo, a região da Luz é muito importante, composta por parte dos bairros Bom Retiro, Santa Ifigênia e Campos Elíseos, e onde, desde a década de 1970, são realizadas intervenções públicas buscando sua integração ao cenário de restauração, requalificação e renovação.

As primeiras iniciativas foram a demolição de imóveis para a reconstrução do espaço, mas logo se percebeu a inviabilidade dessas ações, tanto pelo valor dos investimentos necessários quanto pela crescente voz da preservação do patrimônio cultural e arquitetônico da região. Nos anos 1980, o projeto Luz Cultural, da prefeitura, assimilou a preservação do patrimônio arquitetônico e tentou realizar projetos de restauração associados a equipamentos culturais, mas nada foi efetivado. Na década de 1990, o governo do estado de São Paulo propôs um conjunto de obras de restauração em edifícios que seriam transformados em equipamentos culturais, introduzindo a região nas políticas públicas que evocavam a cultura como elemento dinamizador do espaço urbano, integrando-a ao contexto do centro e à pretensão de inserir São Paulo no grupo das cidades mundiais.

¹⁶ A Área de Intervenção Urbana é resultado de um Projeto de Intervenção Urbana (PIU), instrumento definido pelo Plano de Desenvolvimento Estratégico da cidade de São Paulo com a finalidade de produzir estudos técnicos necessários para promover o ordenamento e a reestruturação urbana em áreas subutilizadas e com potencial de transformação na cidade. Elaborados pelo poder público, têm por finalidade sistematizar e criar mecanismos urbanísticos que melhor aproveitem a terra e a infraestrutura urbana, aumentando as densidades demográficas e construtivas, além de permitir o desenvolvimento de novas atividades econômicas, criação de empregos, produção de habitação de interesse social e equipamentos públicos para a população.

Fonte: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/piu/>. Consultado em 24/01/2023).

A ideia de constituir o Polo Luz apresentada pela Associação Viva o Centro foi, de certa forma, encampada por quatro projetos de restauração, que podem ser encarados como constitutivos desse momento:

- 1) a Sala São Paulo, dentro da Estação Júlio Prestes, que foi restaurada;
- 2) a restauração e reabertura da Pinacoteca do Estado;
- 3) a restauração do edifício do antigo DEOPS (ou DOPS) – Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo –, onde se instalou o Memorial da Resistência,
- 4) o Museu da Língua Portuguesa, na Estação da Luz, que também foi restaurada.

Em todos esses projetos, pretendia-se que, por meio da “pegada” cultural, fosse promovida a transformação da imagem de seus arredores, trazendo um fluxo diferente de pessoas para a região (o que se deu sem que se tenha provocado a mudança esperada da imagem do entorno).

O Polo Luz evidenciou a participação da iniciativa privada, mesmo que promovida pelos incentivos previstos na Lei Rouanet. Houve a proposta de participação do BID na restauração da Estação da Luz, o que não foi possível por conta do Projeto Integração Centro. Parte do Programa Integrado de Transportes Urbanos (Pitu 2020), que compunha o projeto da Estação da Luz, já recebia recursos do BID, um impedimento diante da legislação brasileira.

O Programa Integrado de Transportes Urbanos começou a ser articulado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos e propunha a interligação dos trens metropolitanos à zona Leste a partir da Estação da Luz, onde se teria a conexão com a linha 4 do metrô, uma iniciativa que, à época, colaborava com a expectativa de que a região seria um polo difusor da transformação urbana. A interligação entre as estações de trem e metrô da Luz foi concluída, com saídas voltadas para a Pinacoteca e o Jardim da Luz, também remodelado.

A restauração da Estação da Luz foi viabilizada, em 1999, por uma parceria entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação Roberto Marinho. Constava da proposta a criação de um centro de valorização da língua portuguesa, o que deu origem ao Museu da Língua Portuguesa, inaugurado em 2006. Em 2022, foi inaugurado um caminho coberto que liga a Estação da Luz à Sala São Paulo. Denominado Boulevard João Carlos Martins, em homenagem ao maestro brasileiro,

propõe facilitar o acesso entre os espaços com maior segurança e conforto aos pedestres.

O Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Programa Monumenta, do BID, entrou em cena na cidade de São Paulo no final da década de 1990. Segundo Beatriz Kara José, o programa surgiu em função da relação entre o presidente do Banco, Enrique Iglesias, com o então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, que pretendiam realizar um projeto piloto, na América Latina, que associasse investimento em cultura à revitalização urbana, considerando que o investimento provocaria naturalmente a recuperação, via mercado, da dinâmica econômica e social das áreas de intervenção. O BID anunciava que os ganhos do programa eram o interesse da iniciativa privada, o que comprovaria a possibilidade de valorização imobiliária da região (KARA JOSÉ, 2016).

Para que as ações de preservação de patrimônio histórico se dessem pelo Monumenta, com a consequente utilização econômica, cultural e social das áreas, era decisivo que o projeto de recuperação do patrimônio comprovasse a possibilidade de gerar renda, seja pela comercialização de ingressos, pela cessão de espaços etc. Os recursos gerados deveriam ser direcionados para um fundo, assim como uma porcentagem do IPTU do bem recuperado, para custear a manutenção das intervenções realizadas no patrimônio público em toda a área do Programa.

Em São Paulo, as ações começaram em 2002, durante a gestão da prefeita Marta Suplicy, prevendo obras em prédios históricos, no Parque da Luz, e financiamento sem juros, pela Caixa Econômica Federal, para proprietários que quisessem restaurar seus imóveis na área do Programa. O resultado foi muito pequeno: apenas o Jardim da Luz recebeu intervenções. Mais uma vez, o modelo não apresentou resultado na mudança da imagem do entorno.

A novidade, na década de 1990, foi a presença da iniciativa privada, além da participação financeira pelo incentivo fiscal, assumindo a gestão de alguns dos projetos, como o da Sala São Paulo, conduzido pela AVC, e o projeto do Museu da Língua Portuguesa, gerido pela Fundação Roberto Marinho, modelo que vem sendo mantido até hoje.

Atualmente, nas estações da Luz (metrô e trem metropolitano), circulam milhares de pessoas diariamente. Nos equipamentos culturais da região, a visitação também é muito volumosa. Em 2022, apenas a Pinacoteca recebeu mais de 500 mil

visitantes, mas, mesmo com toda essa população circulando pelos arredores, a imagem da região não se transformou. A construção de uma passagem que liga a Estação da Luz à Sala São Paulo, apartando as pessoas que se deslocam com o objetivo exclusivo de ir até a Sala, pode ser entendida como um sinal do quanto é conflituosa a relação existente entre quem visita e quem mora ou trabalha no local.

Com a expectativa de atrair o investimento privado para viabilizar obras que poderiam alterar a paisagem e os usos de uma região, dispondo de benefícios como a flexibilização de zoneamento e a transferência de potencial construtivo e de incentivos fiscais, instrumentos urbanísticos como as Operações Urbanas marcaram a mudança progressiva nas políticas públicas municipais voltadas para o espaço urbano. Nesse contexto, a região da Luz foi privilegiada, em políticas públicas, para atrair o interesse privado por meio da implantação de equipamentos culturais. No caminho, entraves se configuraram, pois o retorno econômico em relação às facilidades de outras regiões da cidade não foi suficiente para atrair o investidor privado.

Essa especificidade gerou, segundo Petrella, o processo de transformação em que a “produção e o consumo se deslocaram do cultural para o social” e “habitação de interesse social, equipamentos e serviços coletivos, espaços e infraestruturas públicos passam a figurar como objetos de disputa pelo mercado” (PETRELLA, 2021, p. 02). Para o autor, um novo cenário dá sinais de existência, por meio das PPPs e dos consórcios formados, que operam a renovação urbana em função de rendimentos a partir do potencial construtivo adicional, que, nas regiões da Luz e Central, são muito maiores, além de viabilizarem a centralização da propriedade decorrente de desapropriações e demolições, formando as condições para que a habitação de interesse social e os equipamentos a ela relacionados integrem as relações de mercado.

**CAPÍTULO 3 – O POLO DE ECONOMIA CRIATIVA
SÉ/REPÚBLICA: O PRIMEIRO DISTRITO CRIATIVO
DO BRASIL**

Ainda que, desde o início dos anos 2000, o tema da economia criativa estivesse presente no debate público e em políticas pontuais na cidade de São Paulo, foi em 2014 que houve a mobilização de um grupo ligado ao vereador paulistano Andrea Matarazzo para a sistematização de uma proposta visando a estabelecer as diretrizes para que a economia criativa figurasse enquanto uma oportunidade de desenvolvimento econômico para a cidade.

Ancorada em exemplos internacionais, como os casos de Londres, Buenos Aires e Barcelona, que anunciavam aumento de renda da população por um conjunto de políticas voltadas à economia criativa, e na defesa do empreendedorismo como instrumento capaz de promover a ação libertadora das amarras do combalido capitalismo industrial, a Câmara Municipal de Vereadores apresentou a proposta de criação do Distrito Criativo, inserido no Plano Diretor Estratégico da cidade.

3.1 O PLANO DIRETOR DE 2014: AGENTES, INSTITUIÇÕES, MARCOS REGULATÓRIOS

O Plano é um instrumento de planejamento urbano que deve orientar o crescimento e o desenvolvimento urbano por meio de diretrizes e dispositivos urbanísticos. Sua elaboração conta com a participação da sociedade civil e pode compatibilizar as ações do poder público e da iniciativa privada, de modo a atender às necessidades do conjunto da população e do desenvolvimento urbano (BACK; DI GIULIO; MALHEIROS, 2021). Previsto pela Constituição de 1988, no art. 182, parágrafo 1º, que estabelece a obrigatoriedade do Plano Diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes como um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana no ensejo de que a propriedade urbana cumpra sua função social, e definido pelo Estatuto da Cidade (2001), o Plano estabeleceu uma inovação jurídica no regramento institucional da gestão pública até então.

Quem tem a prerrogativa de orquestrar a elaboração do PDE e, depois de elaborado, enviá-lo à Câmara para análise, avaliação e possíveis alterações é o executivo municipal. Assim se deu na cidade de São Paulo, em 2014, o processo de tramitação do Plano. A tramitação na Câmara deve-se à interação, em boa parte, entre o relator e o presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, comissão responsável pelas tratativas sobre o PDE dentro do legislativo, que, se atuarem juntos, podem viabilizar melhor o andamento das discussões e votações, o que parece ter acontecido nesse caso em São Paulo.

Foram 62 audiências públicas, com a participação de 25 mil cidadãos, e 10 mil contribuições (revista *Apartes*, 2014), entre elas a proposta de criação do Distrito Criativo Sé/República, apresentada pelo vereador Andrea Matarazzo¹⁷. O Plano foi aprovado com 44 votos a favor, 8 contrários e 3 abstenções. Entre os que votaram contra o projeto de lei estava Andrea Matarazzo. Esse voto contrário de Matarazzo sinaliza que, apesar de a proposta do Polo de Economia Criativa – Distrito Criativo Sé/República ter sido inserida no PDE, não houve consenso com relação à íntegra do texto, ou o vereador não abandonou sua posição de oposição ao governo do então prefeito Fernando Haddad. O Plano foi promulgado pelo executivo em julho e publicado em 01 de agosto de 2014, criando o Polo de Economia Criativa – Distrito Criativo Sé/República, o primeiro território reconhecido legalmente sobre o qual se propõe incentivar a atuação dos protagonistas da economia criativa.

Na edição nº 09, de agosto de 2014, a revista *Apartes* apresentou entrevista com Bonduki e Matarazzo. Perguntado sobre quais os principais avanços dessa lei em relação à de 2002, Bonduki ressaltou os instrumentos autoaplicáveis, que não precisam ser regulamentados, como instrumentos inovadores: o pagamento de serviços ambientais, a cota solidariedade e o coeficiente de aproveitamento básico 1. O Coeficiente de Aproveitamento determina o potencial construtivo, ou seja, quantos metros quadrados se pode construir, tendo como base a área do terreno, e variam de acordo com a zona de uso. Pode ser: a) básico, que resulta do potencial construtivo gratuito inerente a lotes e glebas urbanos; b) máximo, que não pode ser ultrapassado; c) mínimo, abaixo do qual o imóvel poderá ser considerado subutilizado) para toda a cidade, o que significa que “todos os empreendimentos que ocuparem mais do que uma vez os terrenos pagarão outorga onerosa, ou seja, vão contribuir financeiramente para a ‘qualificação’ da cidade”.

Bonduki relata como ponto central do PDE o adensamento dos eixos de transporte como instrumento para promover a migração do transporte individual para o coletivo, que deve ser ampliado. Já para Matarazzo, os avanços dizem respeito à distinção das áreas rurais, à permanência de áreas estritamente residenciais como pulmão da cidade e à criação do Distrito Criativo. Ele ainda aponta como retrocesso exatamente o eixo de transporte como base para adensamento da cidade de forma

¹⁷ <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-9-agosto2014/uma-nova-direcao-para-sao-paulo/>

uniformizada e o coeficiente de aproveitamento 4 (explicado anteriormente) para essas áreas, sem considerar a infraestrutura, o que, segundo ele, poderia gerar o risco de colapsá-las.

Nessa entrevista, percebe-se que, apesar da ampla votação de aprovação, não foi um processo consensual de imediato: muitas disputas, tensões e negociações foram realizadas para que a lei fosse aprovada. A composição partidária muito diversificada da câmara foi mais um complicador, dificultando a construção de consensos; as bancadas eram compostas por 11 vereadores do PT, 9 do PSDB, 7 do PSD, 4 do PV, 4 do PTB, 4 do PMDB, 3 do PR, 3 do PSB, 2 PPS, 2 do DEM e 2 do PRB, tendo Bonduki como líder do governo e Matarazzo como líder da oposição.

Importante lembrar, também, a atuação dos movimentos sociais nesse processo, particularmente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST –, que contava com a liderança de Guilherme Boulos, na ocasião.

Na mesma edição da revista *Apartes*, Boulos disse que enxergava com bons olhos os instrumentos autoaplicáveis, a cota de solidariedade, o IPTU progressivo, mas ressaltou que o PDE não enfrentava o problema da segregação urbana, que empurrava os pobres cada vez mais para longe, deixando o centro para os ricos (CÂMARA, 2014). A edição trouxe também o depoimento de Cláudio Bernardes, presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovi-SP), e Valter Caldena, arquiteto e diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que também apresentaram suas impressões.

O primeiro disse ver o Plano como positivo, mas com certa cautela, pois colocava questões novas que deveriam provocar soluções criativas por parte dos empresários do setor, particularmente com relação às tipologias imobiliárias, e que devia haver aumento no valor dos imóveis; um discurso pronto e pouco expressivo, no entanto, reverberando algumas questões como: o que ele quis dizer com soluções criativas por parte dos empresários do setor? O ônus cairia sobre o poder público e indiretamente sobre o possível inquilino ou proprietário? Em que medida os imóveis residenciais seriam impactados? Não é nosso objetivo construir essa discussão, mas há a indicação clara de que o ônus não será assimilado pelos construtores (capital imobiliário).

Para Caldena, o avanço trazido pelo Plano estava na mudança do modelo de crescimento da cidade, com base, agora, no adensamento, e não mais na dispersão

para os lados e no transporte pelos automóveis (não coletivos). Tanto Caldena quanto Bernardes evidenciaram a cidade de uso misto, com comércio e moradia próximos ao transporte coletivo, como uma preocupação. Ambos ressaltaram a questão da segurança e do conservadorismo do paulistano como fatores dificultadores na implementação das políticas. Mais uma vez, o esforço é reduzir a diversidade da metrópole a uma visão que se tem dela, como se todos os paulistanos não precisassem da mudança de paradigma e fossem conservadores na forma de ocupação do espaço urbano.

A diversidade de opiniões sobre as quais é preciso transitar para a aprovação de um projeto de lei é o ponto de partida das políticas públicas no Brasil, assim como em São Paulo. É preciso que haja um negociador exímio, conhecedor dos mecanismos que compõem a negociação e de quais estratégias pode usar – e com quais grupos – para construir o consenso. O vereador Nabil Bonduk, relator do PDE, foi essa personagem, nesse caso. O Plano foi costurado em um ambiente diverso, no qual havia inúmeros interesses em questão, o que remete ao esforço feito para que o diálogo e as negociações permitissem a aprovação do PDE. Ainda que houvesse uma base de oposição, foi possível construir o consenso em torno da proposta.

Ao olhar para o processo de formulação das políticas que levaram ao Plano Diretor Estratégico e ao Polo de Economia Criativa – Distrito Criativo Sé/República – PEC-DC, associado à presença de um herdeiro de sobrenome emblemático na cidade, um político com experiência e capaz de estabelecer conexões e articulações e de convencer seus pares na disputa pela aprovação do PDE não chega a ser surpreendente. Trata-se do vereador Andrea Matarazzo (2013/2016), do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, que aparece como agente fundamental para que o Distrito Criativo fosse incluído na proposta do Plano de Desenvolvimento Estratégico – PDE – de 2014. Sua trajetória na vida pública foi construída pelo exercício em diferentes funções. Desde 1991, passou por ministérios e secretarias, durante os governos dos presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Na cidade de São Paulo, durante as gestões de José Serra (2005-2006) e de Gilberto Kassab (2006-2012), Matarazzo foi subprefeito da Subprefeitura da Sé entre 2005-2009 e secretário, ocupando a Secretaria de Subprefeituras de São Paulo entre 2006-2008. Assumiu a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo entre 2010-2012, durante a gestão do governador Geraldo Alckmin. Em 2012, foi eleito vereador

para o mandato de 2013 a 2017, pelo PSDB, mesmo período em que Fernando Haddad foi prefeito de São Paulo.

A vinculação de Matarazzo às questões da economia da cultura deve-se, além da história familiar relacionada aos movimentos artísticos (E03) das elites, a sua experiência na secretaria de Cultura do estado e no governo da cidade de São Paulo foram importantes. Na Secretaria de Estado da Cultura, aproximou-se dos agentes de cultura da cidade, enquanto, na subprefeitura da Sé, compreendeu que seria preciso uma nova perspectiva para garantir outra proposta para a região central, pois não seria possível a ocupação do centro por homens de negócios, como no passado, mas, sim, por camadas de jovens envolvidos com uma cena cultural, nem a instalação de unidades de faculdades privadas na região, principalmente por conta dos aluguéis mais baratos e da forte presença de transporte público (E03).

Em artigo que escreveu em 2013, disse:

Por que não projetar uma incubadora de talentos e voltar suas capacidades para empreendimentos artísticos e culturais que enfatizem ainda mais nossa vocação para uma “São Paulo de todas as tribos”? Poderiam ser aproveitados prédios abandonados nas praças da Sé ou da República para a instalação de um espaço multidisciplinar de apoio a promotores culturais, arquitetos, decoradores, escritores, fotógrafos, cozinheiros, músicos, ilustradores, escultores, pintores, atores e atrizes, produtores de vídeos, enfim toda a energia criativa de nossa cidade. Nesse local poderia haver uma estrutura de apoio de secretárias, computadores, equipamentos de escritórios e pessoal para capacitação em planejamento de negócios, administração, contabilidade, marketing, legislação, divulgação, noções de mercados segmentados, entre outras áreas. O Sebrae e a Associação Comercial poderiam dar um suporte nas áreas de suas especialidades. Seria uma grande oportunidade para quem trabalha neste setor. A Prefeitura já conta com uma Secretaria Especial de Licenciamentos que poderia desburocratizar a emissão de alvarás para bares, restaurantes, galerias, hotéis, teatros, em suma, a expressão das artes em geral, uma vocação típica de quem vive aqui. (MATARAZZO, 21/02/2013).

Esse artigo, entre outros, traz o tom da atuação do vereador Matarazzo e deixa clara a compreensão que ele tinha sobre a economia criativa e onde estariam os potenciais para investimento.

Matarazzo organizou, em seu gabinete de vereador, um grupo de apoio que contava com assessores contratados e outros tantos que atuavam voluntariamente. Entre os assessores, estava Beto Lago (um dos idealizadores do Mercado Mundo Mix). Entre os voluntários, atuaram ativistas culturais e empresários da noite paulista, designers, publicitários, arquitetos, entre outros, que se comportavam como interlocutores para as proposições elaboradas pelo gabinete. Integravam o grupo:

Baixo Ribeiro (integrante do ColaBoratório, que publicou o *Manifesto da Noite – em busca da cidadania 24h*, em 2014), Bruno Touturra (jornalista), Leandro Matulja (publicitário), Regina Monteiro, Facundo Guerra (empresário da noite paulistana), totalizando mais de vinte pessoas (E05). Esse grupo, em conjunto com a equipe de gabinete, deveria desenhar um Projeto de Lei (PL) que seria proposto ao plenário do legislativo municipal, tendo como pano de fundo a compreensão do próprio Andrea Matarazzo sobre o centro, que já enxergava os *hubs* que “naturalmente” surgiam na região, como a Rua das Noivas, a Galeria do Rock e a Rua Santa Ifigênia (E05), por exemplo, ao mesmo tempo em que a falta de ocupação 24 horas era percebida como uma barreira para que esses modelos prosperassem.

Um conjunto de empresários da noite paulistana estava fortemente representado entre os integrantes do grupo. A aproximação entre esse grupo e o vereador Matarazzo, se deu por conta da participação de Andrea Matarazzo em um evento de comida de rua que aconteceu na região central¹⁸ e na mobilização para se organizar uma associação representativa para sua categoria. Eles colocaram o tema na agenda do gabinete de Matarazzo e, com ele, as reivindicações do grupo, como a necessidade de interromper a lentidão do funcionamento da burocracia municipal e de acabar com a corrupção da fiscalização (com a qual eles reconheciam que pactuavam), além da necessidade de isenção ou redução fiscal para a viabilização de investimentos em prédios antigos do centro. Apesar de, no início, não terem um discurso articulado, foram responsáveis por inserir questões como as citadas (E05).

A percepção do caminho para promover uma transformação na ocupação da região central seguiu pautada pela ideia de que eram os arranjos locais, *hubs ou clusters* que viabilizariam a trajetória que se vislumbrava. Das muitas discussões surgiram algumas propostas. Uma delas foi a tentativa de criar o Prefeito da Noite¹⁹, inspirado pelo caso de Amsterdã, que não se concretizou em São Paulo. A proposta que surtiu resultado se deu logo no início de 2013, quando o vereador apresentou o

¹⁸ Evento gastronômico que era realizado na madrugada paulistana de maneira itinerante. Oferecia pratos e lanches *gourmet* de chefs consagrados e profissionais iniciantes a preços acessíveis. Em 2012 o evento foi transferido para o Mercado Municipal de Pinheiros, por não haver legislação municipal que regulamentasse a comida de rua em São Paulo.

Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/28/chef-cria-feira-de-comida-de-rua-com-colegas-famosos-e-promove-restaurantes.htm>. Acessado em 30-01-2023.

¹⁹ O cargo de prefeito noturno, criado em Amsterdã, em 2012, sem poder deliberativo, veio para gerenciar a vida noturna da cidade, para garantir a moradores locais das regiões mais ativas à noite o sossego que desejam, ao mesmo tempo sem causar prejuízos aos negócios locais. Teria um papel de mediador.

projeto, que foi aprovado, gerando a Lei nº 15.947-2013, que estabelecia as regras para a comercialização de alimentos em vias e áreas públicas, considerando que seria uma alternativa para movimentar a região no período noturno.

Em seguida, foi apresentado o projeto de lei que criava o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais – PRO-MAC (Lei 15.948), aprovado em 2013 e regulamentado em 2019 (Lei 59.119), visando ao incentivo fiscal para atividades culturais no município.

A avaliação, por parte do gabinete, era de que as políticas estabelecidas até então não eram suficientes para transformar o perfil das atividades e da ocupação na região central da cidade. Era preciso mais: o centro precisava ser objeto de uma nova ação dos poderes públicos (E03).

A constatação de que uma política de isenção fiscal não era suficiente para atrair grandes investidores para a região central havia se dado em função do fracasso de inúmeras iniciativas experimentadas²⁰, em particular a tentativa frustrada, na gestão Kassab, para atrair *call centers*. Mesmo diante da forte presença de diferentes modais de transporte público e da vasta infraestrutura pública, incentivos fiscais não foram suficientes (E03). Era preciso pensar em um novo modelo de atração de investimento para os pequenos e médios investidores e a solução para os vereadores foi a economia criativa.

Diante de exemplos e referências como os de Nova Iorque, Londres, Barcelona, Buenos Aires e dos Parques Tecnológicos – de Sorocaba, no interior do estado de São Paulo, e o Porto Digital, em Recife-PE – e do aparato conceitual apresentado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD –, a proposta de criação do Distrito Criativo foi gestada e apresentada para integrar o Plano Estratégico Diretor da cidade de São Paulo em 2014, durante sua tramitação na Câmara Municipal de Vereadores (E03 e E05). A escolha da região central da cidade para ser objeto do primeiro Distrito Criativo – DC – da cidade foi construída durante a discussão na Câmara de Vereadores.

A princípio, a ideia era fazer da Vila Zelina (bairro localizado na Vila Prudente, conhecido por receber lituanos, russos, poloneses, imigrantes do leste europeu depois da Primeira Guerra) um Distrito Criativo (E03). A transferência da proposta da Vila Zelina para o centro da cidade buscava fortalecer a “organicidade” da cidade. Foi uma

²⁰ Como as Operações Urbana Anhangabaú e Centro e projetos na região da Luz.

aposta para promover a integração com os projetos do Parque Minhocão e do Parque Augusta, que há mais tempo estavam em discussão entre o poder público e a sociedade. A proposta foi fortalecida pelo movimento de Comida de Rua, pela diversidade existente na região central, como a existência de inúmeros equipamentos culturais, arquitetura e objetos de arte.

O projeto do Distrito Criativo foi apresentado pelo gabinete de Matarazzo e incluído na discussão em andamento na Câmara de Vereadores do Projeto de Lei 688/13, que trazia a proposta, elaborada pelo executivo, de uma nova versão para a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do município.

As competências e atribuições estabelecidas no Polo de Economia Criativa – Distrito Criativo Sé/República definem o objeto das políticas públicas voltadas para território: o patrimônio cultural – entendido como a herança cultural relativa a celebrações, artesanato, gastronomia, lazer, entretenimento, turismo, sítios de valor histórico, artístico e paisagístico – , assim como a fruição a museus e bibliotecas; as artes; mídia; criações funcionais, como arquitetura, moda, animações digitais, jogos e aplicativos eletrônicos, design de interiores, de objetos e de eletroeletrônicos. Determinam que as ações do poder público devem valorizar e incentivar a diversidade cultural e suas formas de expressão, o potencial criativo e inovador, o desenvolvimento humano, a inclusão social e a sustentabilidade; estimular a criação de outros distritos criativos, o setor empresarial, os coletivos de arte e pequenos produtores culturais, valorizando seus ativos criativos, a instalação e o funcionamento das atividades da economia criativa (PDE, DOSP, 2014).

A orientação do Plano Diretor em relação às questões culturais e de preservação, relacionando-as ao modelo de desenvolvimento que se pretende, pode ser compreendida em diferentes capítulos da lei. Nas diretrizes de desenvolvimento urbano, no Capítulo II – Dos princípios, diretrizes e objetivos, está entre os objetivos estratégicos “proteger o patrimônio histórico, cultural e religioso e valorizar a memória, o sentimento de pertencimento à cidade e a diversidade.” (PDE, DOSP 2014, p. 01).

O Plano propõe a estruturação e ordenação territorial levando em conta o Setor Central, “organizado a partir do território da Operação Urbana Centro e entorno”, compondo um conjunto de ações que permitam fortalecer a região a partir da valorização do patrimônio cultural existente; qualificar a oferta de transportes; promover a coexistência de habitação de interesse social para a população de baixa

e média renda; revisar a Operação Urbana Centro; propor programas de requalificação para a área, ampliando a perspectiva da habitação para populações de alta renda. Prevê, ainda, a criação da Zona Especial de Preservação Cultural – ZEPEC –, para preservação do patrimônio cultural, entendido como os bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico, enquadrando todas as áreas onde há imóveis tombados pelas legislações municipais, estaduais e federais.

A articulação entre cultura e desenvolvimento feita pelo PDE segue no Capítulo 1, que trata do desenvolvimento urbano sustentável. O plano afirma que as diversidades territorial, cultural, étnica, religiosa e de orientação sexual são direitos que potencializam as oportunidades de desenvolvimento econômico; para tanto, o município deveria implementar uma política de ordenamento territorial voltada a essa perspectiva, tendo os Polos de Economia Criativa entre as ações que poderiam promover o desenvolvimento do município no sentido de atender à diversidade.

Nessa perspectiva, as centralidades polares e lineares como território de concentração de serviços e comércio são reconhecidas, assim como seu papel no modelo de desenvolvimento desenhado pelo Plano. O foco no fortalecimento dos polos e eixos de centralidades estabelece o centro histórico de São Paulo como um ambiente de inovação e criatividade, capaz de sustentar e consolidar o movimento proposto, ou seja, são territórios onde se dará o:

fomento e desenvolvimento de atividades econômicas que compõem a economia criativa, entendida como o ciclo de criação, produção e distribuição de bens e serviços tangíveis ou intangíveis que utilizam a criatividade, a habilidade e o talento de indivíduos ou grupos como insumos primários, sendo composta por atividades econômicas baseadas no conhecimento e capazes de produzir riqueza, gerar emprego e distribuir renda. (PDE, DOSP, 2014, p.10).

Ainda no contexto do Plano, foi criado o Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural e de bens culturais, estabelecendo instrumentos pra sua preservação, valorização, integração e articulação entre os bens culturais e o ordenamento territorial do município. Fazem parte do Sistema:

I – bens culturais, materiais e imateriais, protegidos por legislação específica; II – áreas ou territórios de preservação cultural; III – sítios arqueológicos; conjunto de edificações históricas e museus pertencentes ao Poder Público; IV – acervos de obras de arte, de bens da cultura popular e de bens móveis de valor histórico e cultural, pertencentes ao Poder Público; V – acervos de documentos de valor histórico e cultural, pertencentes à Prefeitura; VI – acervo de monumentos e obras de arte urbana, localizadas em espaços

públicos e edificações municipais; VII – conjunto de edificações e espaços públicos municipais de uso cultural. (PDE, DOSP, 2014, p. 15).

Propõe-se que a ação sobre essas áreas seja coordenada de tal modo que se dê a integração e articulação entre os bens culturais e o sistema de ordenação territorial, abraçando todos os instrumentos de planejamento territorial e social do município. Indicam-se como ferramentas de gestão do Sistema os instrumentos:

I – as Zonas Especiais de Preservação Cultural – ZEPEC –, em suas distintas categorias; II – os Territórios de Interesse Cultural e da Paisagem; III – os Planos Regionais das Subprefeituras; IV – os Planos de Bairros; V – os Projetos de Intervenção Urbana; VI – os incentivos fiscais; VII – a regulamentação das áreas envoltórias de bens protegidos; VIII – a Agência de Apoio aos proprietários de bens culturais preservados; IX – o Escritório Técnico de Gestão Compartilhada; X – a listagem de Bens Culturais em Risco; XI – o plano de ação e salvaguarda do bem protegido; XII – o plano integrado para a área envoltória de bens protegidos; XIII – o plano de valorização do acervo de obras de arte urbanas e monumentos da cidade. (PDE, DOSP, 2014, p.16).

Assim dizendo, é proposto um conjunto de estratégias para que o patrimônio cultural seja gerenciado em sintonia com a perspectiva de desenvolvimento proposta pelo PDE.

3.2 TERRITÓRIOS DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM (TIPC) – PAULISTA/LUZ

O processo que originou a inclusão dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem – TICPs – no PDE tem início ainda na primeira fase de sua elaboração na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), quando representantes da Universidade Livre Colaborativa – ULC²¹ –apresentaram a proposta de um instrumento chamado Área Especial de Interesse da Cultura e da Paisagem (AEICP), que pretendia promover o “desenvolvimento local através da cultura e do ambiente, o entendimento dos processos urbanos e ambientais, fruição de seu patrimônio material e imaterial...” a partir do eixo que integrava cultura, educação e ambiente (SANDEVILLE; MANFRÉ, 2014), no entanto tal proposta não foi aceita pelo executivo e não integrou o projeto enviado à Câmara.

²¹ A ULC é um programa realizado desde 2011, em parceria com o Núcleo de Estudos da Paisagem – NEP – e o LABCIDADE (FAU USP), com lideranças sociais, artísticas, professores, lideranças de bairros, para desenvolver novas práticas didático-pedagógicas para o enfrentamento de questões urbanas e sociais. Vide: <https://biosphera21.net.br/>.

Paralelamente, o Movimento Cine Belas Artes (MBA)²² apresentou a proposta de criação do Corredor Cultural, que iria do Centro à Avenida Paulista, passando pela Rua da Consolação, com o intuito de proteger a região das pressões imobiliárias crescentes, por meio da preservação de equipamentos culturais e do fomento da produção cultural da região.

O relator do Plano na câmara, Nabil Bonduki, incluiu, na primeira revisão do projeto, a proposta do Território de Proteção Cultural Paulista/Luz (TPC), que atendia a demanda do MBA, deixando as Áreas Especiais de Interesse da Cultura e da Paisagem para os Planos Regionais. A revisão foi encaminhada para as discussões plenárias e foi quando os dois grupos conheceram as propostas e verificaram que se tratava de um mesmo conceito norteador para ambos os casos, o que permitiu a construção de um processo de diálogo para viabilizar uma alternativa comum, que resultou no formato dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem, aprovado e promulgado em 2014.

Vale dizer que, durante a discussão, houve a participação de muitos movimentos, entre eles integrantes e lideranças da Universidade Livre e Colaborativa, do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Perus, do Movimento Cine Belas Artes e da Iniciativa pelos Territórios Culturais, fortalecendo a dimensão coletiva do processo, assim como sua perspectiva urbana e cultural (SANDEVILLE JR.; MANFRÉ, 2014).

No texto do PDE foram criados dois TICPs: o Jaraguá/Perus, um Complexo Eco/Turístico/Ambiental, criado por lei em 2003, e o TICP Paulista Luz, que abrange o centro histórico de São Paulo, parte da orla ferroviária da região da Luz e a região que será designada como a do Distrito Criativo Sé/República, definindo-os como:

“áreas que concentram espaços, atividades e/ou instituições culturais, elementos urbanos materiais e imateriais e de paisagem significativos para a memória e identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público.” (PDE, DOSP, p. 16).

Outra questão curiosa é que o instrumento foi inserido no “Capítulo IX – Da Política e do Sistema de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico e Urbano” do PDE

²² O Movimento surgiu para reivindicar a reabertura do Cine Belas Artes, localizado na esquina da Rua da Consolação com a Av. Paulista, e considerado um ícone cultural da cidade, fechado em 2011. Articulado pelas redes sociais, o MBA conseguiu fazer com que o cinema fosse reaberto em 2014.

como sendo a alternativa que viabilizaria a sua aprovação, mantendo uma forte ligação entre o instrumento e as questões patrimoniais da cultura, o que não era a perspectiva inicial das AEICP.

O TICP ficou constituído, portanto, como um instrumento do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, com os objetivos de promover:

o desenvolvimento local através da cultura e do ambiente como instâncias e lugares significativos para uso público, o entendimento dos processos urbanos e ambientais, o entendimento da história e valores na produção do espaço urbano, fruição do patrimônio material e imaterial presente na cidade, integração com políticas e programas sociais, incentivar formas autogeridas de geração de renda local, o uso de espaços e equipamentos públicos integrados a esses conjuntos em perspectivas culturais e educativas, o intercâmbio de saberes e experiências entre essas regiões, o acesso e a articulação entre equipamentos e instituições culturais, científicas e educativas, promoção de intercâmbio, experiência e vivências entre os territórios, o respeito do direito à cidade e à gestão democrática (SANDEVILLE JR; MANFRÉ, 2014).

Enfim, mais um instrumento que compõe a complexa rede estabelecida no PDE para gerir o território urbano a partir da leitura que aproxima cultura e desenvolvimento.

Figura 1 – Perímetro do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Paulista/Luz, conforme apresentado pelo PDE 2014.



Fonte: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/arquivos/>. Acessado em 06/12/2021.

3.3 DISTRITO CRIATIVO SÉ/REPÚBLICA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Na perspectiva das políticas públicas, o centro da cidade está inserido como o local para onde devem ser direcionadas ações que promovam sua reabilitação e o fortalecimento dos polos de produção e comerciais existentes para consolidar a área como polo criativo, no qual os patrimônios arquitetônico, artístico, gastronômico, de lazer e de entretenimento sejam elevados à força motriz das relações econômicas e sociais que se estabelecem no território. Diante dos atributos definidos pelo PDE 2014, o primeiro Distrito Criativo normatizado foi o Sé/República, abrangendo um perímetro que engloba partes da região da Sé, República, Luz, Santa Ifigênia, Campos Elíseos, Consolação, Bela vista e Vila Buarque.

No entanto, para que o dispositivo fosse efetivado, seria preciso sua regulamentação por meio de outro projeto de lei ou decreto. Por iniciativa do vereador Andrea Matarazzo, em conjunto com o vereador Nelo Rodolfo (PMDB), foi elaborado o Projeto de Lei (PL) 01-00065/2015, que dispõe sobre o programa de incentivo aos Polos de Economia Criativa (PEC) – Distritos Criativos no município de São Paulo. A expectativa do gabinete do vereador Matarazzo era que Bonduki assinasse o Projeto como coautor, o que não se concretizou. Quando Nabil Bonduki assumiu a Secretaria de Cultura, em 2015, mais uma vez houve a expectativa de que ele regulamentasse o DC, outra frustração. Restava seguir pela Câmara a iniciativa da regulamentação. O PL para regulamentar o DC proposto por Matarazzo foi aprovado em primeira votação plenária, não chegando a ser avaliado em segunda votação plenária, momento em que são apresentadas emendas e as alterações acontecem. O ano eleitoral pode ter sido a causa do projeto ter estacionado, pois dispersa ou dissolve as coalizões construídas no legislativo (E05).

Outra tentativa para fortalecer a proposta foi a Conferência Municipal dos Distritos Criativos, realizada na Câmara Municipal, em 2015. Com a finalidade de discutir a economia criativa como alternativa para gerar emprego e renda e a aprovação do PL para a regulamentação, a Conferência contou com a participação de especialistas e representantes do poder público, incluindo Geoff Mulgan, diretor do Nesta – Fundo Nacional para Ciência, Tecnologia e Artes –, do Reino Unido, chefe de política do gabinete do ex-primeiro-ministro Tony Blair e ex-diretor da Young Foundation. A Conferência foi um momento importante na discussão sobre a

regulamentação do PEC-DC, mas não suficiente (E05). O projeto não mais foi avaliado, portanto nunca houve a regulamentação do DC.

A existência, no centro de São Paulo, de demandas por políticas que valorizassem o território era expressa por uma cena “alternativa” e pela existência de equipamentos culturais importantes, como o Theatro Municipal, a Biblioteca Mário de Andrade, entre muitos outros. Grupos teatrais integraram o movimento por políticas públicas para o centro no começo do século XXI: Os Satyros, os Parlapatões, o Galpão Folias reivindicaram um lugar na região tradicionalmente reconhecida como uma referência cultural da cidade; uma região com prédios desocupados, aluguéis menores, o metro quadrado com valor menor, servida por diferentes modais de transporte coletivo, um cenário inspirador para filmes, comerciais e até mesmo para instalação de bares, *rooftops*, galerias de arte, teatros e para a circulação de gente “descolada”.

Quadro 4 – Valores médios do m² na cidade de São Paulo

Valor médio do m ² na cidade de São Paulo	Valor médio do m ² no centro e São Paulo
R\$ 7.613,00	R\$ 6.356,00

Fonte: https://www.proprietariodireto.com.br/preco-m2/centro-sao_paulo

Houve investimentos públicos e privados. Um deles se deu na Praça Franklin Roosevelt, na Rua da Consolação, onde Os Satyros, grupo de teatro de projeção nacional e internacional, instalou-se e capitaneou, desde o início dos anos 2000, o movimento que levou à recuperação física da praça e de outros prédios particulares, culminando, em 2022, com a reinauguração do Cine Satyros Bijou – Sala Patrícia Pilar, antigo Cine Bijou, uma das salas de cinema de rua mais emblemáticas da cidade nos anos 1970 e 1980, que estava fechada desde 1996. A presença do grupo Os Satyros aglutina e mantém um conjunto de atividades que transformaram a praça e sua ocupação.

A instalação do Centro Cultural Red Bull Station, em 2013, na antiga subestação de energia Riachuelo, localizado na Praça da Bandeira, na esquina com a avenida 23 de maio, movimentou a cena cultural do centro da cidade. O prédio, que é tombado, foi inteiramente restaurado e adaptado para abrigar atividades como Residência Artística, sob a curadoria de Paula Borghi, com uma sala de exposição chamada de Galeria Transitória, estúdio de música com espaço para workshops e

uma cafeteria. Em 2017, o comando da cafeteria do espaço foi assumido pelo Coletivo PURA (Projeto Urbano de Reconexão com o Alimento), que propunha um cardápio adaptado aos produtos da estação do ano, com foco na redução do desperdício. Em 2022, depois de outro investimento para sua recuperação, o espaço reabriu com novo nome: Central²³, pensado para receber eventos como apresentações musicais, festas itinerantes, feiras criativas e exposições.

Outro protagonista desse movimento foi o bloco de carnaval Acadêmicos do Baixo Augusta. Capitaneado por Alê Youssef (que foi secretário de Cultura da cidade entre 2019 e 2020), promoveu e contribuiu para a retomada do carnaval de rua na cidade, particularmente no centro. Youssef participou da criação e dirigiu projetos na Associação Cultural Acadêmicos do Baixo Augusta – que mantém o precursor e maior bloco de Carnaval da cidade, também o Centro Cultural Casa do Baixo Augusta.

Ao lado (geograficamente inclusive) do movimento de carnaval de rua do Baixo Augusta, outro movimento ganhou força, o que pleiteava a instalação do Parque Augusta, que foi concretizado em 2019, depois de anos de décadas de reivindicações (OLIVEIRA, 2019).

A atuação de Youssef deve ser considerada uma peça importante na cena cultural da cidade de São Paulo a partir dos anos 2000. Mestre em filosofia política, especialista em Ação Cultural, passando pelo Ministério da Justiça como assessor especial (1998/1999), na gestão da prefeita Marta Suplicy foi coordenador de juventude (2000/2004), quando participou do “Mapa da Juventude”, instrumento que mapeou os grupos e comportamentos da juventude paulistana e, entre 2019 e 2021, foi secretário de Cultura de São Paulo (com um breve período de afastamento em 2020). Tornou-se uma referência como ativista e produtor cultural por sua atuação nos movimentos de juventude e investimentos na noite paulistana, além da participação no Acadêmicos do Baixo Augusta. Proprietário do Studio SP, casa noturna localizada na Rua Augusta, que funcionou entre 2008 e 2013 e foi reaberta temporariamente em 2021, em parceria com a Heineken, para funcionar até dezembro de 2022 (segundo ele disse, a sazonalidade de espaços na noite paulistana é grande).

Sua atuação como secretário de Cultura foi fortemente marcada pela implementação de ações voltadas à economia criativa. Ele ressignificou a Biblioteca

²³ Artigo publicado em 08/04/22, no site da *Veja São Paulo*. Fonte: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/central-praca-bandeira/>.

Mário de Andrade, incentivando a ocupação do espaço; inaugurou, em 2019, a segunda fase da execução do projeto da Praça das Artes (extensão do Theatro Municipal), obra que teve a primeira fase realizada entre os anos 2006-2012. Foi realizado, na Praça, o evento Verão sem Censura (2020), em resposta ao posicionamento do governo federal de apoiar a censura a determinados espetáculos Brasil adentro. Reestruturou o Museu da Cidade, o Solar da Marquesa e o Beco do Pinto, próximos ao Pátio do Colégio, na Sé (E06). Nesse momento, foram fortalecidos eventos próximos à Praça da República, ao Edifício Copan, à Praça Franklin Roosevelt, ao Parque Augusta, assim como no sentido da rua Major Sertório, em direção à Vila Buarque, onde estão a sede do Instituto dos Arquitetos Brasileiros (IAB) e a Escola da Cidade.

Além dessas ações, a Secretaria de Cultura, na gestão Youssef, marcou forte presença na promoção de eventos voltados ao público jovem, como o São Paulo Capital do Grafitti; promoveu, por meio de editais, as Ocupações Culturais; realizou a construção de pistas de skate espalhadas pela cidade; fortaleceu a Arte Urbana na região central.

Em entrevista concedida à revista **seLect** em 2020, avaliando seu primeiro ano na secretaria, Youssef colocou a cultura na agenda do desenvolvimento e disse: “Qual é o desenvolvimento que a gente busca? Acho que é o desenvolvimento modernista, não o desenvolvimento bandeirante”²⁴. Nessa entrevista, ele defende a ocupação dos espaços públicos pelos movimentos culturais em toda a cidade. Ressalta a necessidade de colocar a cultura no eixo central do desenvolvimento econômico e social de todo o país e diz que esse será o seu papel durante sua permanência na Secretaria de Cultura.

Em sua gestão, São Paulo integrou o *World Cultural Cities Forum*, um movimento formado por 38 cidades do mundo todo para promover o diálogo e a troca de experiências sobre a cultura e a criatividade como fatores de desenvolvimento.

A cidade de São Paulo integrou o *Forum* até 2022²⁵, momento em que finalizamos a pesquisa, no entanto a saída de Youssef da secretaria, após o falecimento do prefeito Bruno Covas (PSDB), interrompeu as ações em curso para o centro da cidade (E06).

²⁴ <https://www.select.art.br/ale-youssef-sao-paulo-precisa-ser-mais-modernista-do-que-bandeirante/>, publicado em 24/01/2020. Último acesso em 28/12/2022.

²⁵ <http://www.worldcitiescultureforum.com/> (Último acesso em 20/12/2022)

A primeira Jornada do Patrimônio, realizada em 2015, foi organizada pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) e pela Coordenadoria de Programação Cultural da Secretaria de Cultura do município, com o objetivo de promover, durante um fim de semana, atividades para aproximar o cidadão do patrimônio histórico da cidade.

Em 2016, o evento foi oficializado e incluído no calendário oficial de eventos do município pela Lei 16.546, na qual estão definidas suas atribuições. Em 2018, houve aporte em recurso financeiro da SPTuris para a Jornada no valor de 800 mil reais (E06), com a condição de que o recurso fosse aplicado integralmente no Triângulo Histórico, um recorte dentro da região do PEC-DC, que compreende as ruas Boa Vista, Líbero Badaró e Benjamin Constant, e que viria a ser oficializado pela Lei nº 17.332, de 24 de março de 2020 (PL 686-2019), como Triângulo SP, formalizando-o como polo singular de atratividade social, cultural e principalmente, turística, ficando a cargo da Secretaria de Turismo a responsabilidade de gerenciá-lo.

A ideia de fazer um recorte no PEC-DC e TICP Paulista/Luz vinha sendo gestada há algum tempo e culminou na aprovação da lei e em um projeto executivo. A legislação estabelece que o território deve atuar como polo de atração social, cultural e turística e, para que isso aconteça, deve haver atuação articulada entre diferentes áreas do Poder Público para garantir a oferta de comércio e de serviços 24 horas todos os dias da semana, bem como o estímulo à demanda pelos serviços e comércio oferecidos; segurança aos frequentadores e trabalhadores; diversidade de atividades e a valorização da atratividade turística da área.

Para garantir que esse processo aconteça, a legislação indica a realização prioritária do incentivo e fomento dos espaços e atividades que estejam relacionados à economia criativa, particularmente gastronomia, lazer, entretenimento, turismo e inclusão social, assim como novos investimentos em “requalificação” da infraestrutura, como passeios públicos, iluminação pública; segurança; assistência social; recuperação de bens de valor históricos, cultural ou paisagístico; fluidez do trânsito; revitalização de áreas abandonadas; requalificação de espaços públicos; elaboração de plano de incentivo a restaurantes; plano para adequação e padronização da sinalização e comunicação visual e, por fim, plano para implementação de espaços de *coworking* público.

Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais relativos a Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU –, Imposto sobre Serviços – ISS –, isenção de

taxas municipais e simplificação de procedimentos relativos à instalação e ao funcionamento de atividades definidas pela lei, como gastronomia, arquitetura e design, artes performáticas, visuais, plásticas, audiovisual, ensino e cultura, entretenimento, turismo etc. O papel financiador atribuído ao poder público para que haja a aplicação da lei está definido.

Nenhum documento que trouxesse uma análise mais pragmática do investimento ou que apontasse os valores de investimento e isenções que seriam feitos pela administração municipal e quanto e quais retornos esse investimento traria foi encontrado, ou seja, não foi localizado um documento que tenha feito o que recomenda a ferramenta de planejamento estratégico e que se diz frequentemente utilizada pela administração pública.

Percebe-se, no texto da lei, um maior cuidado com a terminologia. Conceitos como requalificação e revitalização são usados com maior especificidade e pontualmente, amenizando um problema apontado anteriormente no Capítulo 1. O termo “requalificação” está sendo usado para se referir a coisas e “revitalização” para indicar a área abandonada. Sobre o que seria uma área abandonada no perímetro definido pelo Triângulo SP, em levantamento realizado *in loco*, foram identificados apenas edifícios desocupados e abandonados em parte ou totalmente, o que abre espaço para uma discussão paralela sobre a possibilidade de especulação imobiliária²⁶.

A legislação do Triângulo SP visa à construção de um produto turístico. Na proposta elaborada pela Secretaria de Turismo em 2018, sugere-se a construção de um produto internacional, um “museu a céu aberto”, que deve ser executado aos poucos, para não causar impactos orçamentários ao executivo e para que possa ser assimilado pela população.

Vale aprofundar um pouco mais na proposta apresentada pela Secretaria de Turismo, pois ela oferece informações que podem ser relacionadas com as políticas que vêm se desenvolvendo pelo executivo no perímetro. Foi feito um diagnóstico sobre o território visando à implantação do Triângulo SP. A partir dele, a secretaria identificou:

- Grande oferta de transporte público;

²⁶ Ver a discussão apresentada por Marcelo Tramontano (2003) e José Diego G. Alves (2019).

- Grande oferta de comércio e serviços;
- Grande concentração de ativos do patrimônio histórico, artístico, cultural, arquitetônico e paisagístico;
- Grande fluxo de circulação de pessoas, estimado em 600.000 pessoas por dia; esvaziamento relativo da circulação de pessoas no período noturno e nos fins de semana;
- Problemas de subutilização dos imóveis, com exceção dos andares térreos;
- Problemas de zeladoria urbana (limpeza pública e gestão de resíduos);
- Problemas de abordagem socioassistencial à população de rua;
- Sensação de insegurança (cultura do medo) nos momentos de baixa circulação de pessoas;
- Problemas na rede de iluminação pública;
- Problemas no estado de conservação das calçadas e falta de acessibilidade (PMSP, 2018).

A partir desse diagnóstico, foram realizadas reuniões com diferentes atores institucionais, entre eles órgãos públicos, como as secretarias municipais, e entidades da sociedade civil (PMSP, 2018), resultando na proposta de eixos estratégicos para definir a atuação para a realização do Triângulo SP. São eles:

Eixo 1 – Infraestrutura de Suporte à Permanência, com ações relacionadas à transformação e qualificação da base físico-urbanística do território de intervenção;

Eixo 2 – Estratégias de Ativação dos Espaços Públicos, com ações de melhoria da atratividade, segurança e inclusão social do perímetro;

Eixo 3 – Desenvolvimento Econômico e Institucional, com ações que estimulam a ampliação da oferta de comércio e serviços da região;

Eixo 4 – Projetos Especiais, que devem funcionar como âncoras de atração para promover os objetivos do Triângulo SP. (PMSP, 2018, p. 13).

Esses eixos formariam o guarda-chuva sob o qual as ações para o território deveriam ser relacionadas. Para cada eixo, foram definidas as linhas de atuação. No Eixo 1, estão definidas a requalificação de passeios e a infraestrutura associada (o Triângulo SP está no centro peatonal (onde há apenas vias para pedestres –

calçadas); a requalificação da infraestrutura de iluminação pública; a implantação de mobiliário urbano permanente e a sinalização turística.

Para o Eixo 2, a proposta prevê a implantação de mobiliário urbano temporário – Projeto Centro Vivo, definindo pontos de atuação para eventos no Largo São Bento, na Praça Antônio Prado, no Largo do Café, na Praça Manuel Bandeira, no Largo da Misericórdia, na Praça Patriarca e no Largo São Francisco; Programação cultural e valorização do Patrimônio; combate à cultura do medo e insegurança urbana (nesse item, estão descritas ações de segurança pública por meio de aquisição de novas tecnologias como drones, captação de imagens, aquisição de veículos próprios para trânsito na região etc.); Plano de Abordagem Socioassistencial, focando especialmente na população em situação de rua (a proposta é de atendimento humanizado para a busca de alternativas para trabalho e renda para as pessoas atendidas); zeladoria urbana e regulação do uso do solo, para definir atuação para infraestrutura.

Sobre o Eixo 3, que discorre sobre a institucionalização e o desenvolvimento econômico do projeto do Triângulo, fica evidente a vinculação da proposta com o turismo sendo a ferramenta que impulsiona a economia do território. Nele estão definidos: Criação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem – TICP – Triângulo SP, trazendo em anexo uma proposta de Projeto de Lei, conforme definido pelo PDE; Plano de Comunicação e Educação, para tratar da produção da imagem e publicização do produto, assim como de educação patrimonial, de meio ambiente etc.; Estratégia de promoção do produto turístico, compreendendo formatação de roteiros turísticos, implantação de centro de informação turística, passeios guiados, campanhas de promoção do produto etc.; Estratégia de incentivo à recuperação e qualificação do patrimônio, que prevê o redesenho dos fluxos de análise técnica de atuação no DPH, mecanismos para recuperação de fachadas, incentivo para uso de imóveis etc.; Estratégia de monitoramento e avaliação, criação de sistema de monitoramento e avaliação com indicadores turísticos – Observatório do Turismo; Estratégia de fomento à economia criativa, que deve se somar às ações de qualificação da infraestrutura e ativação da cultura e patrimônio, assim como à ocupação de imóveis subutilizados existentes no perímetro para ampliar e diversificar os usos do território (PMSP, 2018).

A implementação do Polo de Economia Criativa é parte da proposta e indica a regulamentação do PEC, prevendo ações, eventos, formação de rede de empreendedores no perímetro e a criação de incubadora de tecnologia e economia criativa.

No Eixo 4, está prevista a realização de Festival de Natal e Natal Iluminado no centro, com diversos eventos simultâneos; concessão e reabertura do terraço do Edifício Martinelli para visitação (envolvia espaços de propriedade da São Paulo Urbanismo – o terraço recebeu para visitação, entre os anos de 2010 e 2016, cerca de 260 mil pessoas – e reforma e concessão da Galeria Prestes Maia, uma ligação subterrânea entre a Praça Patriarca e o Vale do Anhangabaú (PMSP, 2018). O projeto segue detalhando as responsabilidades do executivo municipal em cada ação, sem, contudo, expor um cronograma.

A proposta do Triângulo SP, assim como a do Distrito Criativo Sé/República, não traz nenhuma menção às questões de moradia, desconsiderando a existência de demandas e da quantidade de prédios desocupados na região, ignorando a presença marcante das ocupações por moradia em toda a região central.

A percepção é a de que o território é isento dos principais problemas de ocupação que estão no cotidiano do espaço urbano, como a presença de uma população em situação de rua que se divide em dois grupos fluidos e complexos: um composto por famílias inteiras e outro por dependentes químicos. Esse quadro foi radicalmente acentuado pela pandemia de covid-19, levando milhares de pessoas à condição de rua pela falta de renda que permitisse o pagamento de aluguel e alimentação, questões que retomaremos a seguir.

Figura 2 – Perímetro do Polo de Economia Criativa (PEC) – Distrito Criativo Sé/República, conforme definido pelo PDE 2014.



Fonte: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/arquivos/> (Acessado em 06/12/2021)

3.4 O DISTRITO CRIATIVO PELA LENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Após cinco anos da aprovação do PDE, foi publicado um relatório avaliando o caminho percorrido pelas políticas públicas municipais preconizadas entre 2014 e 2019²⁷. As indicações sobre o centro no documento avaliam que o Distrito Criativo e o TICP Paulista/Luz não foram regulamentados, o que poderia ser realizado pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico e não aconteceu. No entanto, é possível identificar algumas ações no território que demonstram certa movimentação. Segundo o Relatório, houve a implantação de uma Casa de Cultura na região da Sé, conforme estava proposto no PDE; entre as ações do Sistema de Proteção ao Patrimônio Cultural relatadas, está o tombamento de 812 prédios no período de 2014 a 2019, na região do Distrito Criativo.

Identifica-se o crescimento no uso do instrumento Transferência do Direito de Construir –TDC²⁸– para viabilizar o restauro ou a manutenção dos imóveis tombados.

²⁷ <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/Balan%C3%A7o-de-5-anos-do-PDE-20190911-REV.pdf>

²⁸ Instrumento que permite transferir o potencial construtivo não utilizado no lote ou gleba para outros lotes ou glebas, para fins de viabilizar, entre outros, a preservação de bem de interesse histórico, paisagístico, ambiental, social ou cultural (PDE – 5 anos de Lei nº 16.050/2014, 2019).

Ainda que não seja feito de modo direto pelos mapas de fluxo do TDC trazidos pelo Relatório, é possível concluir a importância do instrumento na área do Distrito Criativo. Outra ação, o Registro do Patrimônio Imaterial, está em andamento em parceria com o governo do estado. O Escritório Técnico de Gestão Compartilhada para organizar as ações relativas ao patrimônio cultural dentro das três esferas de governo (municipal, estadual e federal) foi estabelecido, está disponibilizado na plataforma GeoSampa à camada de bens tombados e Áreas Envolvíveis e indica a possibilidade de elaboração do Projeto de Lei que garantirá desconto/isenção de cobrança de IPTU para imóveis tombados.

Consta do relatório a implementação dos Projetos de Intervenção Urbana – PIU –, iniciada em 2017 e que seguiu em andamento até 2020, com a Consulta Pública inicial encerrada. O PIU consiste em sistematizar estudos técnicos urbanísticos, econômicos, sociais e ambientais para apresentar um programa de intervenções com o objetivo de promover o desenvolvimento de uma região. Outros PIUs, limítrofes, vizinhos ou mesmo pertencentes ao DC, estão em andamento: PIU Minhocão, Pacaembu, Terminal Princesa Isabel e Rio Branco (PDE, Relatório de 5 anos da Lei 16.050/2014, 2019). O texto final do PIU – Setor Central foi aprovado pela Câmara de Vereadores em segundo e definitivo turno em agosto de 2022, por meio do PL 712/2020, enviado pelo executivo, criou a Área de Intervenção Urbana do Setor Central e estabeleceu parâmetros de uso e ocupação do solo específicos para o território, o que impôs a necessidade de quórum qualificado de 2/3 (dois terços) na votação, ou 37 votos favoráveis. O PL foi aprovado com 44 vereadores favoráveis e 7 contrários. A expressão dessa quantidade de votos favoráveis revela a efetividade da coalizão de diferentes partidos construída pelos representantes do executivo na casa.

Há, como se pode observar, certo saneamento das atribuições que dizem respeito às políticas públicas direcionadas à economia criativa e ao perímetro da região central. Com as mudanças e reformas administrativas realizadas pelas diferentes gestões desde o PDE de 2014, essa perspectiva se mantém. Diversas secretarias assumiram diferentes ações para incentivar o empreendedorismo e a inovação. A Secretaria de Desenvolvimento, que se juntou à do Emprego e depois à do Turismo, formando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (a atividade de Turismo foi desmembrada novamente em 2022), que tem

como braço de atuação a AdeSampa – Agência de Desenvolvimento de São Paulo – (criada em 2013); a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, com as Operações Urbanas e os Projetos de Intervenção Urbana (PIU); a Secretaria de Cultura, com os editais de fomento às atividades culturais; a Secretaria de Inovação e Tecnologia, criada mais recentemente, em 2018, e a Secretaria de Turismo, responsável pela implementação do Triângulo SP, formam a coalizão de forças do executivo para a realização das ações de promoção do desenvolvimento urbano a partir das atividades criativas.

As ações da AdeSampa estão organizadas e em andamento e, ainda que não sejam voltadas especificamente para o centro da cidade, congregam projetos que se organizaram em razão da pauta da criatividade e da inovação, entre eles projetos de microcrédito, implantação de espaços de trabalho compartilhados e colaborativos para empreendedores – particularmente do sexo feminino, editais para coletivos de audiovisual periféricos e o programa de Arranjos Produtivos Locais (APL). Este último realizou, em 2019, um mapeamento de diferentes regiões da cidade de São Paulo, entre elas a região central, incluindo o território do Distrito Criativo, para identificar o perfil socioeconômico, potenciais econômicos e possíveis instituições voltadas para a geração de emprego e renda dentro do espectro de APLs. No relatório, foi identificado que, na maior parte dos indicadores considerados pelo estudo, a região Central está acima da média, apresentando o menor percentual de extrema pobreza entre seus residentes. Os dados são:

Quadro 5 – Indicadores para a região central

Média salarial	R\$3.552,00
Concentradora de empregos formais e não há desemprego	Média de 1,58 <i>empregos per capita</i>
Extrema pobreza	2,08%
Ensino Superior	29,54%
Ensino Médio	47,80%
Concentração de atividades	41,90% (Baixa diversificação)

Fonte: Elaboração própria.

Foram identificadas 22 instituições, que se dividem entre apoio, execução e múltiplos atores, desmembradas em dois grupos: um voltado para públicos vulneráveis (como egressos do sistema prisional, pessoas em situação de rua e mulheres pobres, sendo as áreas de atuação: têxtil, reciclagem e artesanato) e outro

composto por instituições que atuam na periferia, mas se instalaram no Centro para melhorar sua visibilidade, rede de contatos e tornar mais fácil o acesso de moradores de diferentes regiões da cidade aos serviços prestados.

São aceleradoras, incubadoras e financiadoras para alavancar negócios sociais e ambientais. Em ambos os casos, sobressai a atuação no setor têxtil, possivelmente em razão da proximidade com o bairro de Bom Retiro, local tradicionalmente voltado para confecção, como observamos no mapeamento.

Os entrevistados durante este trabalho relataram como principais problemas para a região a questão da moradia (cortiços e ocupações), o crescimento da população de rua, o descarte irregular de resíduos, o consumo e tráfico de drogas e a violência. Como potencialidades, foram relatadas a formação de redes, conexões e parcerias, o turismo e a economia criativa.

Vejamos os Quadros 6 e 7, a seguir.

Quadro 6 – Relação das atividades identificadas na região central e mapeadas pela AdeSampa.

Áreas	Quantidades
Aceleradoras incubadoras	9
Agricultura (Horta)	1
Artesanato	2
Assessoria	2
Capacitação	6
Microcrédito	1
Modas/Confecção	5
Reciclagem/ <i>upcycling</i>	2
RH/Colocação profissional	2

Fonte: <https://adesampa.com.br/pdl/i.html?11?01?0?00>. (Acessado em 10/12/ 2021).

Quadro 7 – Relação das instituições mapeadas pela AdeSampa no Centro de Paulo, sendo 14 de apoio e 8 de execução

APAF – Associação Paulista de Apoio à Família
Associação Aliança Empreendedora
Besouro Agência de Fomento Social
Centro Gaspar Garcia
CIEDS
Comunidade Brasil Programas e Projetos Socioambientais
Coopere
Costura Solidária SP
Din4mo S/A
Empreendedor Apoiado
Estamparia social
FGVcenn
Fundação Francisca Franco
Gventures
Instituto Adus
Instituto Ecotece
Instituto Kairós
ISES
ITS - Instituto de Tecnologia Social
NoFront Empoderamento Financeiro
Pano Social
Wayra Brasil

Fonte: <https://adesampa.com.br/pdl/i.html?11?01?0?00>. Último acesso em 10/12/ 2021.

A AdeSampa, cujo relatório com os dados sobre todas as regiões está disponibilizado em seu site²⁹, identificou as instituições acima como possíveis objetos de ações para o programa de desenvolvimento local, estabelecendo, em seguida, dois outros projetos: o de Fomento à Cadeia Têxtil dos Uniformes Escolares e o Portal do Centro, uma plataforma de acesso rápido, contendo informações sobre o que comprar, diversão, negócios, alimentação e atrações históricas e culturais da região.

Outro documento produzido pela administração municipal de São Paulo foi o Relatório 2019-2020, do Programa de Metas 2017-2020. Nele estão avaliadas todas as metas estabelecidas para o período. Entre elas, no Eixo Cuidar da Cidade, estão as intervenções direcionadas para a organização, ampliação, recuperação e

²⁹ <https://adesampa.com.br/programa-de-desenvolvimento-local/>. Último acesso em 02/01/ 2023).

manutenção dos equipamentos e espaços urbanos no sentido de garantir o direito de seu pleno uso ao cidadão morador e ao turista.

Entre todos os objetivos do programa, destacamos o objetivo estratégico nº 6: “Implantar Estrutura Turística no Triângulo Histórico”, que está submetido à Secretaria de Turismo. O documento relata que foram entregues mobiliários urbanos, feita troca de iluminação (troca de lâmpadas convencionais por LED), instalação de câmeras e novos serviços, com o aumento do contingente de profissionais de fiscalização e limpeza e de abordagem social (voltado a moradores em situação de rua e 24 horas de vigilância), concluindo 100% do que estava previsto no objetivo estratégico. O documento ainda traz que as intervenções realizadas integram as ações para requalificação do Centro de São Paulo, entre elas a revitalização do Vale do Anhangabaú, requalificação do Largo do Arouche, abertura do Observatório Martinelli, o Parque Augusta e o Parque Minhocão (Meta 7.1 do Programa de Metas).

Com relação ao Vale do Anhangabaú, foi assinado o contrato de concessão de uso, em julho de 2021, entre a Prefeitura de São Paulo e a concessionária Viva o Vale, para gerir uma área de 70 mil m² aproximadamente, no valor de R\$ 49 milhões. O contrato estabelece que a concessionária é responsável pela gestão, manutenção, preservação e ativação sociocultural da área a título oneroso³⁰, compreendendo: baixo do Viaduto de Chá, Viaduto Santa Ifigênia, Vale do Anhangabaú, Praça Ramos de Azevedo (onde está o Theatro Municipal), trecho da Av. São João, Praça do Correio, escadaria da rua Dr. Miguel Couto, parte da Av. São João, entre a Av. Ipiranga e a Rua São Bento, além das galerias Formosa e Prestes Maia e dos 11 quiosques na área central do Vale³¹. O relatório cita a promulgação da Lei do Triângulo SP, de 24 de março de 2020, como um dos resultados do Programa, além da parceria entre a Secretaria de Turismo e o Sebrae para a qualificação dos empresários estabelecidos no perímetro e o Programa Enfrentar, pensado para a recuperação pós-pandemia (PMSP, s/d).

O Eixo 3, Inovar na Gestão, cita o trabalho realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho em conjunto com a AdeSampa, na atuação para alcançar 100% do Objetivo Estratégico 29 – Estimular o Empreendedorismo, o Trabalho e a Geração de Renda. Cita o Programa Teia – espaços públicos de uso

³⁰ Publicado no Diário Oficial do Município, no dia 07/08/2021.

³¹ https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/desestatizacao_projetos/vale_do_anhangabau/index.php?p=316053

compartilhado para trabalho, as frentes de capacitação para empreendedores, expansão do atendimento de balcão da AdeSampa para todas as Subprefeituras e o Programa Mãos e Mentes Paulistanas, para artesãos e empreendedores em manualidades, além do atendimento em microcrédito, por meio do Banco do Povo –, fundamental durante a pandemia (PMSP, s/d).

Se esses programas têm surtido resultado em escala considerável para mudar a cena urbana da região não é possível afirmar categoricamente; no entanto, é preciso associar o que foi descrito anteriormente como ações do poder público ao que é identificado como predominante no território central, do ponto de vista das diretrizes indicadas pelas políticas públicas.

O que observamos, do ponto de vista da previsão legal de instrumentos de gestão, é que, mesmo que o PEC-DC não tenha sido regulamentado, a administração pública não abriu mão da intervenção sobre o território central, pelo menos do ponto de vista da legislação e do planejamento.

A resposta no território, ainda que seja sutil, tem sido construída com a presença de inúmeros movimentos culturais e artísticos, ao lado de pessoas em vulnerabilidade extrema, como as que estão em situação de rua, e equipamentos culturais públicos e privados instalados em edifícios de arquitetura imponente, restaurados e impondo sua presença entre os contrastes da região central. Ao mesmo tempo, estabelecimentos comerciais instalados em microrregiões dentro do perímetro, levam para o território um consumidor que transita apressadamente pelas ruas, tentando não olhar para os lados.

3.5 PARA ALÉM DA AÇÃO DO EXECUTIVO PAULISTANO

A incidência das políticas para a região central pelos poderes públicos municipal e estadual é frequente. A região está na mira dos políticos há, pelo menos, quatro décadas, sem conseguir, pelo menos até agora, imprimir a mudança do perfil de popularização que assumiu desde as últimas décadas do século XX. A organização do espaço urbano na região apresenta a existência de pequenos comércios, instalados no térreo de prédios desocupados, edifícios restaurados, ocupados por instituições públicas municipal ou estadual, espaços culturais públicos e privados e cidadãos que se deslocam pelos calçadões, praças e terminais de transporte coletivo. Existem, no entanto, no mesmo território, características que se sobrepõem e

reforçam a ideia de lugar que precisa ser “recuperado”, como a forte presença dos movimentos de ocupação por moradia, pessoas em situação de rua, prédios desocupados e abandonados e a população de refugiados, que, a partir dos anos 2000, tem crescido na cidade. A diversidade que caracteriza e se sobressai ao olhar do observador do território não encontra reciprocidade em nenhum outro espaço urbano de São Paulo e atribui à região central camadas que complexificam o seu entendimento.

Nos anos 2000, novas práticas oriundas do desenvolvimento tecnológico, do modelo de organização do trabalho e do aumento do desemprego promoveram novas formas de organização das pessoas para garantir a sobrevivência. Entre elas, estão o empreendedorismo e os espaços colaborativos, que se estabeleceram como mantras da sociedade contemporânea e modelaram a ocupação dos espaços urbanos.

Na região central da cidade de São Paulo, alguns distritos aderiram a essas formas. Vila Buarque, setores da República e da Consolação, todos na região sudoeste do Distrito Criativo Sé/República, apresentam algum sintoma desse momento. Salas de *coworking*, como o Teia Centro, espaço gerenciado pelo poder público, e outros tantos privados, como Ecoe Coworking, Mango Tree, Coworking EVA, Pythonboo, Soma Escritórios Virtuais etc., passaram a integrar o território do DC mais recentemente. Ao mesmo tempo, o Sesc e o Sebrae instalaram unidades na Rua 24 de Maio, o que contribuiu para as iniciativas que visavam a alterar a paisagem urbana da região.

Fotografia 1 – Theatro Municipal de São Paulo, 2022



Fonte: Luiz Miyasaka.

A Agência Centro do Sebrae, que estava situada no bairro da Aclimação, em 2018, foi transferida para a Rua 24 de Maio, próximo ao Sesc 24 de Maio, ao Teatro Municipal, à Galeria do Rock, à Galeria Olido e ao Vale do Anhangabaú, o que poderia ter significado uma presença atuante para incentivar o pequeno negócio na região, no entanto os serviços prestados pela Agência Centro não foram remodelados de imediato para atender empreendedores da região, mas a simples presença física da Agência no território é significativa. Tudo indica que a transferência da Agência tenha se dado pela facilidade de acesso em razão do transporte público na região. Os atendimentos continuaram genéricos, sem que houvesse a formação de grupos diretamente ligados aos setores da economia criativa, e, ainda que tivesse sido disponibilizado atendimento de apoio e incentivo ao empreendedor criativo e negócios criativos, não houve demanda de imediato.

Há um projeto em formatação com o objetivo de ressignificar a atuação da agência no sentido de promover um plano de ação específico para a economia criativa no território central da cidade (E8), sem ter efetivado nenhuma até 2020.

Fotografia 2 – Agência Centro do Sebrae na Rua 24 de Maio, ao lado do Theatro Municipal. Transferida para a região em 2018, propõe apoio aos empreendedores da região para estruturarem e formalizarem seus negócios.



Fonte: Luiz Miyasaka.

A unidade 24 de Maio do Sesc, na Rua 24 de Maio, na esquina com a Dom José de Barros, inaugurada em 2017, conta com área construída de, aproximadamente, 28 mil metros quadrados e oferece espaço cultural, esportivo e de convivência. Projetada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, em parceria com o escritório MMBB Arquitetos – expoentes da produção arquitetônica da cidade –, a unidade propõe-se a receber cerca de cinco mil pessoas por dia em seu teatro (245 lugares), nas áreas de convivência, cafeteria, restaurante, biblioteca, exposições e artes em geral, atividades esportivas, corporais, clínica odontológica e na piscina de 500 m², localizada no topo do edifício, com vista panorâmica da cidade.

Fotografia 3 – Sesc 24 de Maio. Ao fundo estão o Theatro Municipal e a agência do Sebrae, localizados na Rua 24 de Maio, na esquina com a Rua Dom José de Barros. Os equipamentos do Sesc SP são considerados fundamentais para atender a população jovem que busca atividades artísticas e de esportes.



Fonte: Luiz Miyasaka

Dois outros espaços integram a mesma região: a Galeria do Rock e a Galeria Olido, ambas localizadas na Avenida São João, entre a Rua 24 de Maio e o Largo Paissandu.

A Galeria do Rock foi inaugurada em 1963, com o nome de *Shopping Center Grandes Galerias*, e tornou-se um ponto de encontro de diferentes grupos de jovens já na década de 1970, quando muitas lojas de discos nela se instalaram. Com o passar do tempo, a galeria concretizou-se como um espaço de roqueiros, com lojas voltadas a skatistas, ao hip hop, estúdios de *piercing* e tatuagem, lojas de roupas, acessórios, CDs e salões de beleza, assumindo a alcunha de Galeria do Rock.

A Galeria Olido ocupa o espaço que foi do Cine Olido, sala de cinema inaugurada em 1950, sendo o primeiro cinema galeria em um edifício imponente de mármore, e funcionou até o final do século XX, quando as salas de cinema dos *shoppings* tomaram o lugar na preferência do público. Em 2004, o espaço foi

reformado e a Sala Olido, com 293 lugares, foi adaptada para espetáculos teatrais e concertos musicais eruditos e de dança.

Fotografia 4 – Entrada principal da Galeria Olido, ao lado da Galeria do Rock, na avenida São João, em conjunto com outros equipamentos culturais nas proximidades, compõem a cena cultural alternativa da região.



Fonte: Luiz Miyasaka

Depois de outro processo de reforma, em setembro de 2014, o espaço passou a ser chamado de Centro Cultural Olido, compondo seu conjunto o Cine Olido; o Centro de Dança Umberto da Silva; a Sala Paissandu, exclusivamente para apresentações de dança; salas de ensaio: salas Café, Azul e Vermelha; Sala Olido, para apresentações musicais; Vitrine da Dança, que abriga aulas de danças de salão e os mais variados shows musicais e é tida como um dos pilares conceituais do Centro Cultural Olido, cuja proposta é servir de interação com o Centro de São Paulo; Ponto de Leitura Moacyr Scliar, com acervo especializado em artes; Centro de Fotografia – Espaço Expositivo; o Café dos Artistas, na sobreloja, espaço ocupado pelo Centro de Memória do Circo, e uma Central de Informação Turística³².

³² https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/galeria_olido/espacos/

Fotografia 5 – Galeria Olido com as atividades retomadas após a flexibilização das restrições impostas pela pandemia.



Fonte: Luiz Miyasaka.

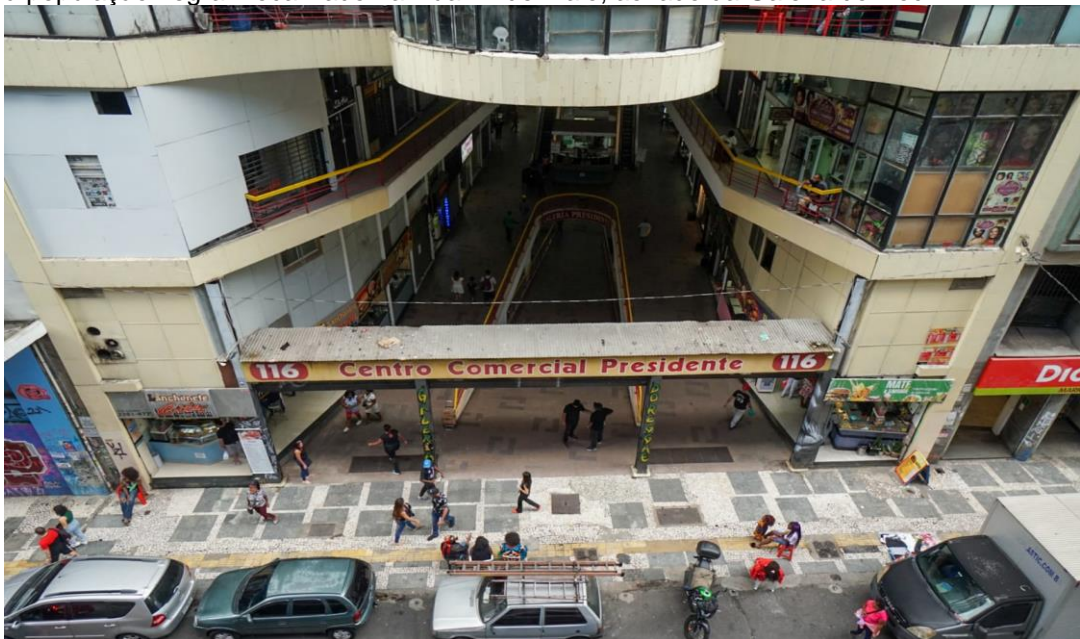
A ideia de que o território do DC não é homogêneo, nem estável, carrega enormes contradições, tensões e conflitos e que é possível estabelecer microterritórios dentro do perímetro para identificar as diferenças entre eles é uma estratégia que pode viabilizar a melhor compreensão do que está acontecendo a partir do cotidiano das forças que nele se estabeleceram.

Um recorte partindo da Sé em direção à Santa Ifigênia apresenta inúmeros comércios de eletrônicos, hotéis, moradores remanescentes, imigrantes e refugiados armênios, angolanos, nigerianos, latino-americanos. Levantamento realizado pela Caritas Arquidiocesana de São Paulo – CASP e pela Agência da ONU para Refugiados – ACNUR/UNHCR (2020), referente ao perfil dos refugiados no estado de São Paulo, traz dados georreferenciados sobre a presença de refugiados no território de todo o estado e na capital. A pesquisa mostra que a presença dessa população está em todo o território municipal, com predomínio na região central (assim como a tendência de ocupação no sentido Leste). Na Sé estão 281 dos refugiados atendidos no ano de 2020; na República, 261 pessoas; na Cidade Dutra, 251; em Sapopemba, 174 e no Brás, 167 pessoas (CARITAS; ACNUR, 2020).

Importante notar que esses são dados de refugiados formais, reconhecidos como tal. Com certeza existe um movimento significativo de refugiados ilegais.

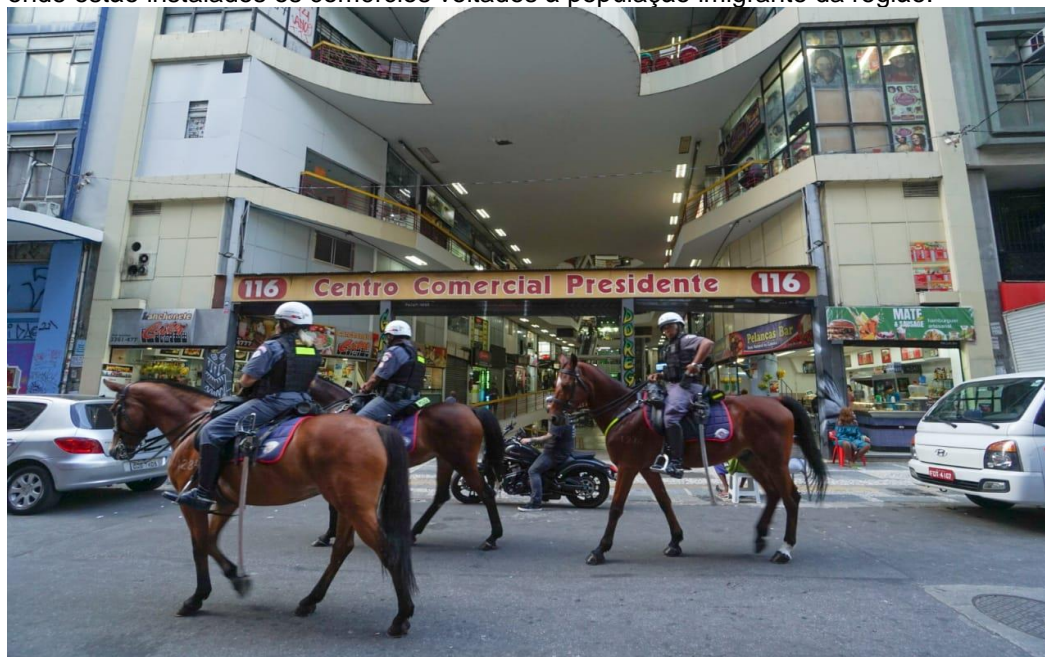
Em visita ao edifício Centro Comercial Presidente, na Rua 24 de Maio, observamos que presença de pessoas com pele negra se sobressai e o local está repleto de salões de beleza voltados para atender essa população. Logo na entrada, fomos parados e orientados pelo “segurança” a não fotografar internamente, pois havia a presença de imigrantes ilegais que poderiam não aceitar que as imagens fossem feitas.

Fotografia 6 – Centro Comercial Presidente, voltado a imigrantes refugiados e ilegais e à população negra. Localizado na Rua 24 de Maio, ao lado da Galeria do Rock.



Fonte: Luiz Miyasaka.

Fotografia 7 – A presença da Cavalaria Montada da Polícia Militar do estado de São Paulo é comum nas ruas da República. Nesse momento, transitavam em frente ao centro comercial onde estão instalados os comércios voltados à população imigrante da região.



Fonte: Luiz Miyasaka.

Fotografia 8 – Crianças sentadas com a mãe, que não quis ser fotografada, em frente ao Sesc 24 de Maio e ao lado do centro comercial onde está instalado o comércio voltado à população imigrante.



Fonte: Luiz Miyasaka.

No mapeamento consta que a maioria da população atendida pela Caritas, em 2020, foi de venezuelanos (2.492 pessoas), seguidos pelos sírios (378 pessoas), congolese (355 pessoas), colombianos (300 pessoas) e angolanos (220 pessoas),

entre homens, mulheres e crianças. São dados referentes a apenas um ano, se considerarmos que, anualmente, esse número se repete ou cresce.

Há muitas pessoas estrangeiras na região central, ao que parece, assim como na região leste, menos hostil para essa população, ainda que vigiada, como vemos na Fotografia 7, em que há o patrulhamento do policiamento de cavalaria em um dia normal.

Fotografia 9 – Vistas do exterior do edifício do Centro Comercial Presidente. Salões de beleza para a população negra.



Fonte: Luiz Miyasaka.

A região de Santa Ifigênia, ao sul, está ligada à República e ao Triângulo Histórico pelo Viaduto Santa Ifigênia; ao norte, o bairro se amalgama com o bairro da Luz, onde estão a Pinacoteca, o museu de artes mais antigo da cidade, fundado em 1905, e o Jardim da Luz, referências para o movimento artístico paulistano. O jardim se tornou Parque da Luz e integra os roteiros históricos do centro da cidade, assim como o Memorial da Resistência, instalado no edifício que abrigou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops-SP –, entre os anos 1940 e 1983, uma instituição de difusão da memória da repressão e da resistência política no Brasil republicano. Essas duas instituições pertencem ao estado de São Paulo e são geridas pela Associação Pinacoteca de Arte e Cultura – APAC.

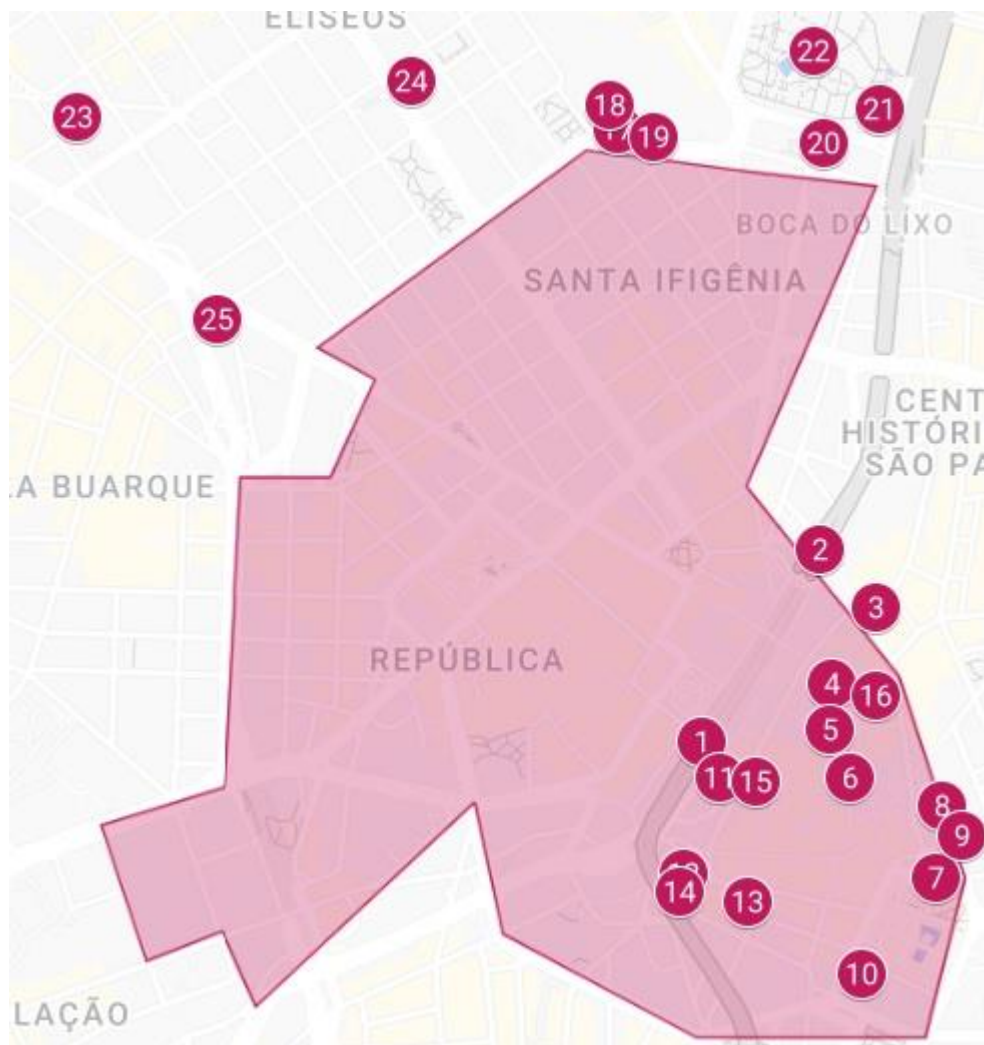
Na região está também a Sala São Paulo, instalada na Estação Júlio Prestes (antiga estação ferroviária da Cia. Sorocabana), que abriga o auditório, a sede da Orquestra Sinfônica de São Paulo e a Secretaria de Cultura do Estado. Próximo, mas já no bairro Campos Elíseos, outro limite do Distrito Criativo, está o Teatro Porto Seguro, na Alameda Barão de Piracicaba, com 496 lugares, um equipamento privado e gerenciado pela Seguradora Porto Seguro, que é proprietária de outro imóvel no bairro, o Casarão Porto Seguro, na rua Guaianases, que é a sede da empresa.

No mesmo bairro, foi inaugurado, em setembro de 2022, na Av. Rio Branco, o novo edifício do Hospital da Mulher, uma instituição de saúde pública, referência do estado de São Paulo. A obra foi realizada por uma PPP com financiamento de R\$ 245 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento e R\$ 120 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES –, sob o modelo de concessão realizado por chamamento público. Na apresentação do projeto, a afirmação de que um importante desafio enfrentado pela proposta foi a inserção do empreendimento numa área central da cidade de São Paulo em fase de recuperação urbanística³³ significa que, do ponto de vista do poder público do estado, a região ainda é considerada alvo.

Ainda no bairro Campos Elíseos, em 2022, no Palácio Campos Elíseos, antiga sede do governo do estado, foi inaugurado o Museu da Favela, criado pelo governo de estado em 2021. O local conta com área de 8.208 m² e abriga também o Centro de Referência em Inovação e Educação Empreendedora do Sebrae.

³³ Fonte: https://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/cidadao/homepage/ppp/ppp-republicacao-do-edital/caderno_tecnico_hospital_da_mulher.pdf

Figura 3 – Perímetro do Distrito Criativo com equipamentos culturais públicos e privados nas proximidades da Catedral da Sé e na região da Luz.



- | | |
|---|---|
| 1. Viaduto do Chá | 13. Faculdade de Direito -Universidade de São Paulo |
| 2. Viaduto Santa Ifigênia | 14. EDUCAFRO |
| 3. Mosteiro de São Bento | 15. Galeria Prestes Maia |
| 4. Condomínio do Edifício Martinelli | 16. Farol Santander |
| 5. Museu Memorial Bovespa | 17. Fundação Osesp |
| 6. Centro Cultural Banco do Brasil - São Paulo | 18. Sala São Paulo |
| 7. Caixa Cultural | 19. Memorial da Resistência de São Paulo |
| 8. Pateo do Colégio | 20. Museu da Língua Portuguesa |
| 9. Museu da Cidade de São Paulo / Solar da Marquesa de Santos | 21. Pinacoteca de São Paulo |
| 10. Catedral Metropolitana de São Paulo | 22. Parque Jardim da Luz |
| 11. Prefeitura Municipal de São Paulo | 23. Aparelha Luzia |
| 12. Centro Cultural Ouvidor 63 | 24. Hospital Pérola Byington |
| | 25. Galpão do Folias – Espaço Reinaldo Maia |

Fonte: Elaboração própria.

Na Rua dos Gusmões, 43, está o Teatro de Contêiner Mungunzá, instalado em terreno público municipal dentro do perímetro do DC, na região da Luz. O grupo fez

do local a sede da Companhia Mungunzá e propõe que o espaço seja sociocultural, atuando para as pessoas que habitam no entorno. Em meados de 2016, a companhia conseguiu autorização da prefeitura para ocupar, por dois meses, o terreno com o projeto “Arquitetando a Cidade”. Foi a oportunidade para se instalarem no terreno com contêineres adaptados e inaugurarem o espaço, em 2017. Com a pandemia, a companhia articulou-se para ampliar a atuação na comunidade. Em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, vereadores e outros ativistas foram responsáveis pela distribuição gratuita de marmitas, cestas básicas, *kits* de higiene, álcool em gel e água para a população local. Em 2021, foram instalados, no mesmo local, o Coletivo Tem Sentimento, um ateliê de costura, e o Projeto Birico, que reúne mais de 30 artistas de diferentes linguagens e origem social, com ateliê e escola gráfica.

O Aparelha Luzia, idealizado para ser um quilombo urbano, um lugar de produção artística e política da comunidade negra, a partir da atuação de Érica Malunguinho, a primeira deputada transgênero eleita no estado de São Paulo, começou a atuar como centro cultural, em 2016, em um galpão da Rua Apa (região vizinha ao DC), onde continua ativo.

O Matilha Cultural, que tem mais de 10 anos de atuação, fica na Rua Rego Freitas, na República, e é um espaço cultural e criativo que oferece espaço para exposições, sessões de filmes e reúne profissionais de diversas áreas.

Mais ao sul, já em Santa Cecília, na Rua Ana Cintra, está o Galpão do Folias, espaço cultural sede do grupo de teatro Folias. Caso raro, como eles mesmo informam no site, de uma igreja que virou teatro³⁴, está atuante desde o ano 2000, oferecendo espaços para as mais diversas linguagens artísticas para apresentações, ensaios, *performances*, encontros de formação e reflexão do fazer artístico. Como instrumento de aproximação da comunidade, foi desenvolvido o Projeto Morador, que oferece a moradores do bairro acesso aos programas do Galpão, como teatro, filmes, oficinas, debates e descontos de até 75% na bilheteria do teatro.

³⁴ <https://www.galpaodofolias.com/>

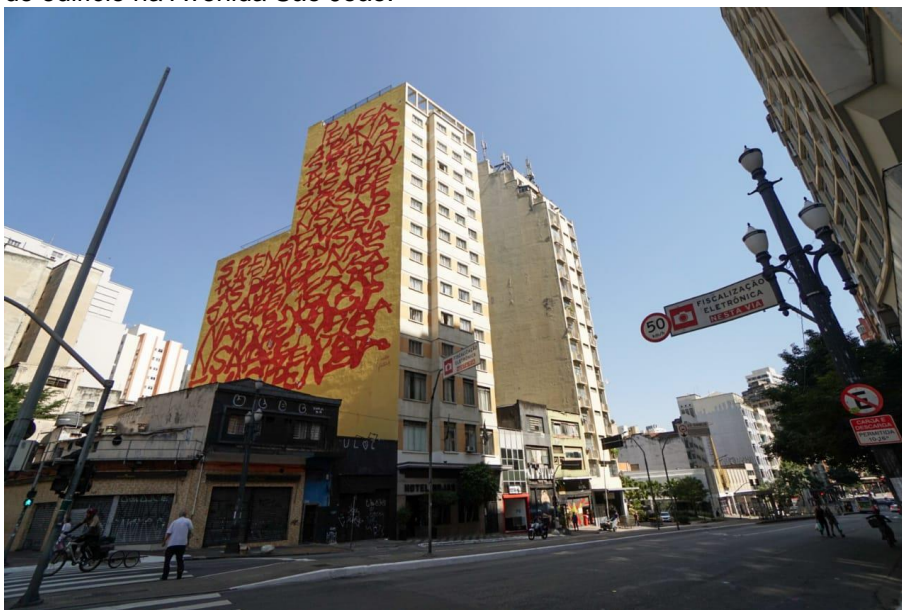
Fotografia 10 – Galpão do Folias – Sede do grupo de teatro Folias. O espaço, anteriormente, era ocupado por uma igreja. Na região desde os anos 2000, mantém-se ativo mesmo após a pandemia de covid-19.



Fonte: Luiz Miyasaka.

Avançando na direção sudoeste, no sentido do bairro Consolação, outros exemplos podem ser citados além de Os Satyros, que atuaram na intervenção da Praça Roosevelt, local que também foi o foco do movimento de skatistas, num primeiro momento, e, em seguida, de arte urbana.

Fotografia 11 – Arte de rua, grafite de poesia de Arnaldo Antunes na lateral de edifício na Avenida São João.



Fonte: Luiz Miyasaka.

Fotografia 12 – Rua Direita esquina com José Bonifácio, local dos mais emblemáticos do centro de São Paulo no século XX.



Fonte: Luiz Miyasaka.

Em 2017, a plataforma digital *A Vida no Centro* foi organizada, pelos jornalistas Clayton Melo e Denize Bacoccina, com a proposta de ser um portal de informações e dicas sobre o Centro de São Paulo, que, apesar de já ter uma cena cultural e gastronômica em expansão, era pouco divulgado na mídia. “Várias atrações e estabelecimentos culturais e gastronômicos saíram na imprensa pela primeira vez no portal e redes sociais *A Vida no Centro*.” (A VIDA NO CENTRO, 2021). Com o alcance que conquistaram, assumiram novas atribuições. Uma delas foi a curadoria de festivais, como o Festival Path de cultura e inovação, além de organizarem o próprio festival “*A Vida no Centro*”, que aconteceu em 2019, levando as pessoas a conhecer o Centro Histórico, com shows e atividades infantis na Praça Antônio Prado e passeios guiados na região. Em 2020, por conta da pandemia, o festival aconteceu remotamente. A atuação do coletivo continuou se dando por diferentes plataformas, site, redes sociais, podcasts publicados no YouTube e no Spotify. Com a amenização da pandemia, as visitas guiadas foram retomadas pelo centro histórico de São Paulo³⁵.

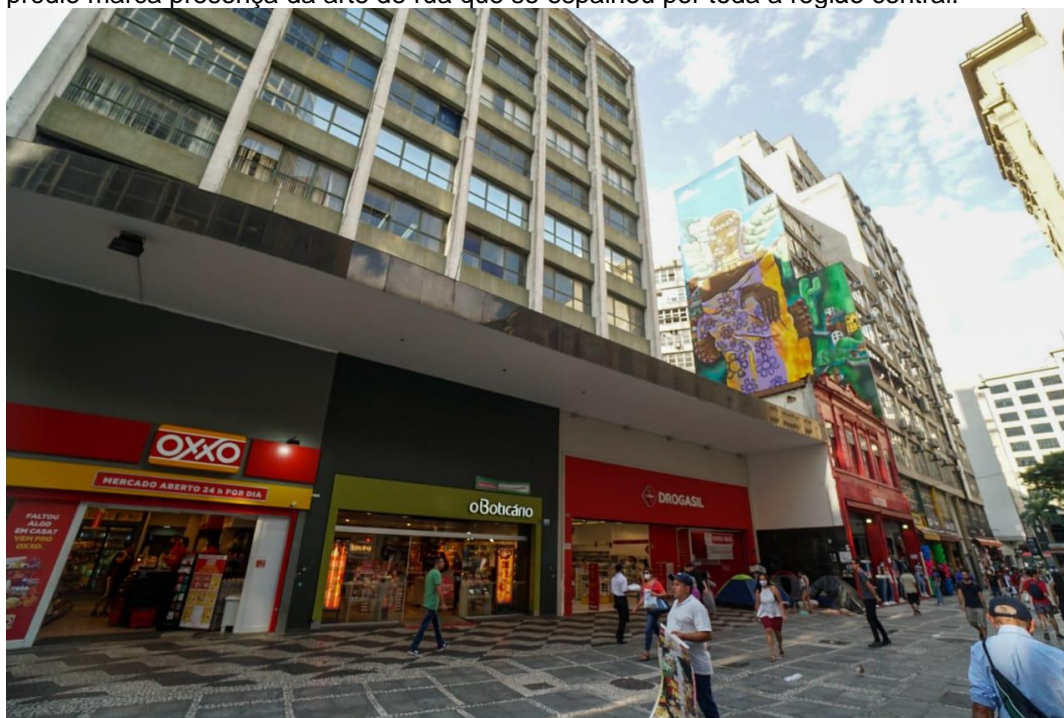
³⁵ <https://avidanocentro.com.br/>

Fotografia 13 – Página inicial da plataforma digital *A Vida no Centro*, que veicula informação sobre as atividades realizadas no centro.



Fonte: <https://avidanocentro.com.br/>

Fotografia 14 – Paisagem da Rua Direita, visivelmente pouco ocupada por transeuntes e com comércios representados por franquias de marcas conhecidas no Brasil. O grafite na lateral do prédio marca presença da arte de rua que se espalhou por toda a região central.



Fonte: Luiz Miyasaka.

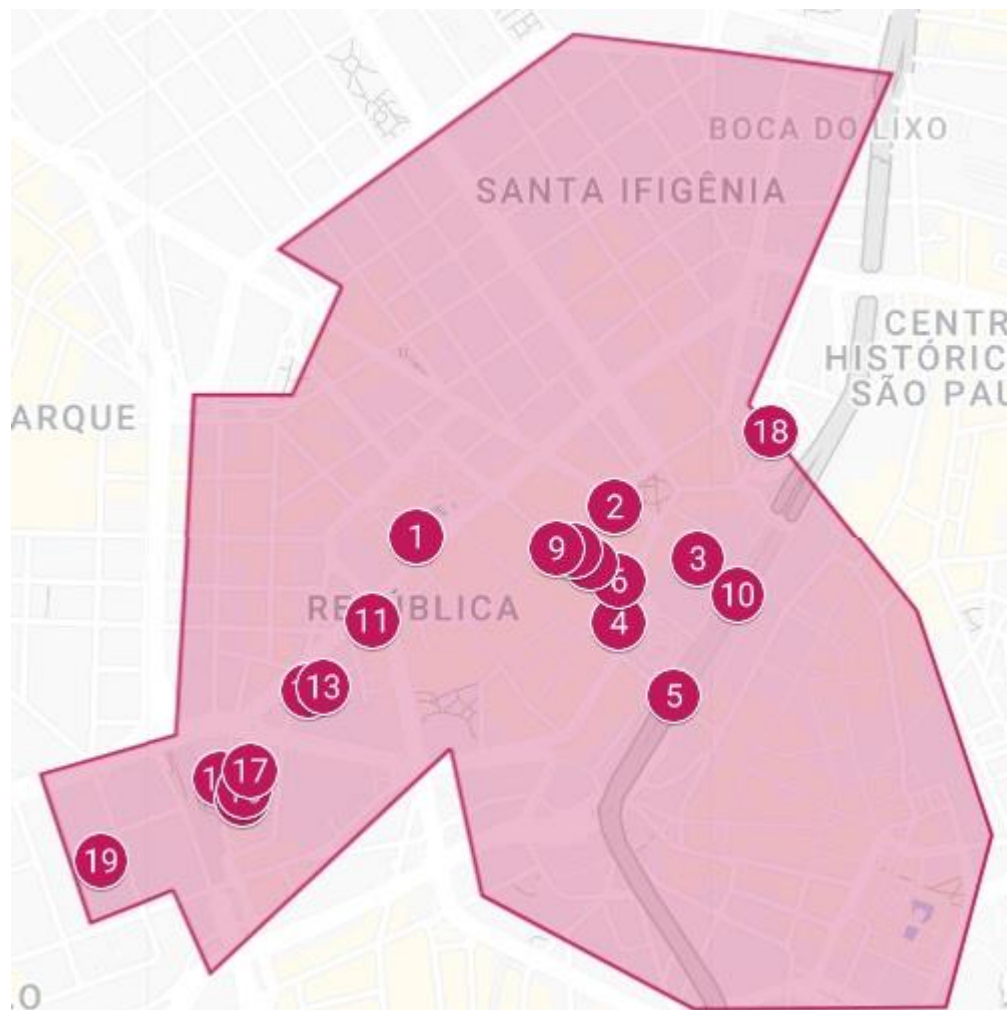
A ocupação cultural Ouvidor 63, situada dentro do perímetro do DC, é um movimento distinto dos demais, pois consiste em um grupo de artistas ativistas autônomos que ocuparam um edifício na Rua do Ouvidor, nº 63, em 2014, de propriedade do estado de São Paulo, para nele residirem, desenvolverem suas manifestações e se apresentarem, alcançando reconhecimento de espaço cultural e difusor de arte, reunindo duas frentes de atuação: a de moradia e a de espaço de

cultura, funcionando como uma incubadora cultural. Além das “residências artísticas”, a Ouvidor 63 tem espaços para apresentações, exposições etc. Ocupam o espaço artistas de toda a América do Sul³⁶.

Esses exemplos são alguns dos casos de movimentos e coletivos que atuam no perímetro do DC e que resistiram à pandemia e retomaram suas atividades quando foi possível. Outros estão, aos poucos, recuperando sua atuação e presença. Existem outros tantos equipamentos culturais públicos e privados no território, como o Farol Santander, Centro Cultural Banco do Brasil – CCBB –, o Caixa Cultural, o Museu da Cidade, o Solar da Marquesa etc., compondo a paisagem e articulando a expressão de determinada caracterização do DC.

³⁶ Durante a pesquisa de campo, visitamos a Ocupação 63. Tivemos acesso ao andar térreo, onde há uma recepção e espaço de apresentação, e conversamos com um morador, que nos confirmou as informações relatadas.

Figura 4 – Perímetro do Distrito Criativo com equipamentos culturais na região da República e Consolação.



- | | |
|--|---|
| 1. Praça da República | 10. Sampa Sky no Edifício Mirante do Vale |
| 2. Galeria Olido | 11. Vale do Anhangabaú |
| 3. Praça das Artes | 12. Terraço Itália |
| 4. Theatro Municipal de São Paulo | 13. Edifício Copan |
| 5. Ponto 8 | 14. Ponto 18 |
| 6. Sebrae - Agência Centro | 15. Praça Franklin Roosevelt |
| 7. Galeria do Rock | 16. Espaço Parlapatões |
| 8. Centro Comercial Presidente - Galeria do Reggae | 17. Cine Biju |
| 9. SESC 24 de maio | 18. Os Satyros |
| | 19. Parque Augusta |

Fonte: Elaboração própria.

Fotografia 15 – A Ocupação 63 é um movimento único no território por reunir artistas da América Latina em um edifício. No dia em que estivemos na Ocupação, chegamos com a polícia, que trazia uma intimação. Curioso que, nos dois prédios onde está a população imigrante, constatamos a presença da polícia.



Fonte: Luiz Miyasaka.

Fotografia 16 – Vista da fachada do edifício da Ocupação 63, 2022.



Fonte: Luiz Miyasaka.

No perímetro do DC, uma dezena de ocupações de moradia se inserem nas relações sobre o espaço urbano. Além de trazerem a demanda por moradia na região central, essas ocupações efetivaram, dentro dos edifícios ocupados, espaços culturais identificados com suas demandas próprias e do movimento. As ocupações são resultado de uma ação engajada e de um movimento politizado, ligados a diferentes siglas do Movimento Sem Teto (MST), e estão, desde a década de 1990, estabelecendo-se e estruturando-se no centro de São Paulo.

Citamos aqui duas ocupações bastante reconhecidas: a Ocupação Mauá e a 9 de Julho, que mantêm, internamente, espaços destinados à manifestação cultural para seus moradores e visitantes. A Ocupação Mauá já serviu de cenário para clipes do Emicida e dos Racionais MC's. A Ocupação 9 de Julho oferece, aos domingos, um almoço feito por um chef de cozinha já conhecido na cidade e usa, no cardápio, alimentos produzidos por associações do Movimento Sem Terra no entorno de São Paulo, sempre acompanhado de apresentações e *performances*, atraindo um número grande de pessoas para almoçar, conhecer o espaço e gerar renda para o movimento.

Fotografias 17 – Edifícios ocupados por movimentos de moradia na Avenida Ipiranga.



Fonte: Luiz Miyasaka.

Fotografias 18 – Ocupações por moradia na Avenida São João.



Fonte: Luiz Miyasaka.

A prefeitura estimou, em 2019, que havia 51 imóveis com ocupações por moradia no centro, com mais de 3.500 famílias (mais de 10 mil pessoas) morando nos edifícios, dos quais 35 eram propriedades privadas e 16 públicas (autarquias, empresas públicas – INSS, USP e Cohab/SP). Sobre o tempo de existência das ocupações, 43% têm de 1 a 5 anos, 37% entre 5 e 10 anos, 13% menos de 1 ano e 7% mais de 10 anos³⁷.

Alguns desastres aconteceram com edifícios ocupados, resultando em morte, perdas e destruição, no entanto o déficit habitacional, que deixa milhares de pessoas vulneráveis, a quantidade de prédios desocupados na região central e a insuficiência – quando não inexistência – de políticas habitacionais empurram para cima a quantidade de ocupações na região.

Recentemente, o prefeito Ricardo Antunes anunciou uma PPP para transformar a região do Largo Paissandu e a Ocupação Rio Branco. A proposta, que foi contestada pela defensoria pública, que pediu sua suspensão, prevê a concessão do Largo, por 25 anos, para a iniciativa privada, para realizar a transformação de imóveis no entorno, e da ocupação por moradia Rio Branco, que seria transformada em apartamento para aluguel – cerca de 400 pessoas seriam retiradas do edifício³⁸. Com a contestação, a velocidade de tramitação da proposta deve diminuir, mas não deixa de sinalizar o perfil das políticas da atual administração para a região central.

No limite sudoeste da região central, há territórios que passaram, durante as últimas décadas, por movimentos que envolveram setores da sociedade que, pela localização e proximidade, formaram uma extensão interligada: a Vila Buarque, o Baixo Augusta, a Praça Roosevelt e a região onde está o Edifício Copan.

Em estudo de Alcântara (2019) sobre a “hipsterização” da Vila Buarque – bairro localizado entre a Praça da República e o bairro Santa Cecília e limítrofe ao perímetro do Distrito Criativo –, expressa pela alteração no perfil da população e do comércio da região –, uma população jovem, oriunda das camadas de renda mais altas e disposta a assumir um novo modelo de vida e de consumo chega à região e imprime um perfil que pactua com alguns dos preceitos da economia criativa, sem generalizá-lo.

³⁷ Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/APRESENTACAO_MARCIA_TERLIZZI_O_cupacoes_2.pdf. Acessado em 08/02/2023.

³⁸ Fonte: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/ppp-preve-despejar-ocupacoes-no-centro-de-sp-para-criar-predios-de-aluguel/>. Acessado em 08/02/2023.

Segundo Alcântara, surgiram na região (antes da pandemia) novos investimentos imobiliários para esse público jovem e com dinheiro, assim como bares, restaurantes, espaços culturais “descolados”, compatíveis com a demanda de uma população que está disposta à convivência em diversidade e voltada ao consumo fora da cultura de massa. Lançando mão da etnografia, Alcântara construiu o perfil dos *hipsters* da região e da interface entre eles e o contexto do bairro.

Tendo como ponto de partida os novos comércios abertos nos últimos anos, concebeu uma descrição tipológica a partir do estereótipo – homens jovens com barbas espessas e cabelos longos presos em coques, tatuagens, que optam por cafés *gourmets*, cervejas artesanais e coquetéis especiais, um consumo fora do padrão –, que identifica um padrão de hábitos e consumo que indica, segundo o autor, características importantes. Uma delas é a tendência de se evitarem modos de consumo (quanto a formas de se vestir, lugares frequentados ou produtos consumidos) considerados de massa, o que produz uma imagem que não permite que ele seja confundido ou identificado com outro perfil. A outra é resultado do acesso a tendências estéticas que se dão em capitais mundo afora, que, graças ao acesso à Internet e a viagens internacionais, podem ser trazidas para o cotidiano local, delineando um perfil *hipster* com formação acadêmica e atuação profissional voltadas às atividades em que a criatividade e as referências internacionais são requisitos, como artes, arquitetura, design, moda, tecnologia e inovação, jornalismo e publicidade, construindo o papel de “mediadores cosmopolitas” entre o local e o global, mas sempre em metrópoles (ALCÂNTARA, 2019, p.161-162).

Essa perspectiva introduz a noção de espaço na análise e evidencia como as grandes cidades são concentradoras de oportunidades de trabalho para as atividades identificadas com o perfil *hipster* e pela maior oferta e diversidade de acesso a cultura, lazer e sociabilidade, o que privilegia alguns bairros, em particular na região central, como a Vila Buarque. Há, contudo, algumas especificidades no caso em questão. Uma delas diz respeito aos novos comércios abertos voltados à cena *hipster*: eles pertencem a pequenos investidores, geralmente *hipsters*, que apostam em novos projetos pessoais, forjando um cenário em que todos têm o mesmo perfil: *hipster*.

Alcântara mostra que há uma discussão, inclusive entre os moradores do bairro, que este é o cenário inicial de processos de gentrificação, ou seja, é a preparação do terreno para o que vem depois. Os *hipsters* seriam desbravadores em

bairros onde a elite não transita, abrindo espaço para a valorização imobiliária e para a expulsão das populações que não podem pagar pelo aumento do custo de vida, resultado da presença de uma população de maior poder aquisitivo.

Alcântara afirma que não há uma consonância absoluta da Vila Buarque com esse processo de gentrificação, pois o perfil dos moradores do bairro era formado majoritariamente por setores da classe média e alta, como estudantes, intelectuais e arquitetos, atribuindo ao movimento de “hipsterização”, no bairro, uma renovação geracional dentro da mesma origem social, não condicionada à expulsão de moradores de classes populares.

Perguntamo-nos, então: para onde foram as áreas de prostituição que havia no bairro? E a parcela de moradores dos prédios antigos e sem manutenção ao redor do Elevado Costa e Silva, na Rua Amaral Gurgel? Ainda estão no mesmo local?

Assim como no restante da região central, a Vila Buarque é uma região com características diversas, onde coexistem muitas diferenças em pequenas distâncias. Quanto mais se aproxima do bairro de Higienópolis, mais fica elitizada e, quando se aproxima da região da República, populariza-se.

Estender a leitura para a região do Baixo Augusta, também limítrofe com o Distrito Criativo, descortina a efervescência de casas noturnas e de lançamentos imobiliários com unidades pequenas, voltados para atender à população jovem, que se interessa pela região incentivada pela inauguração do Parque Augusta, uma das raras áreas verdes e de lazer coletivo na região central. A alteração no perfil das primeiras quadras da Rua Augusta, tradicionalmente ocupadas por comércios, e no entorno do Parque vem gradualmente se mostrando. Agregada ao movimento de abandono das elites depois dos anos 1950, foi uma região caracterizada, até o final do século XX, como lugar de bares, baladas e prostituição, perfil que começou a mudar nos anos 2000 e que se acentuou com as intervenções na Praça Roosevelt, desde os anos 2010, e a inauguração do Parque Augusta, em 2021.

Neste século, ficou conhecida como espaço de casas noturnas badaladas, polo de diversão noturna de diferentes grupos sociais jovens, lugar de diversidade e de ocupação das ruas, palco do nascimento do Bloco Carnavalesco Acadêmicos do Baixo Augusta, no qual Alê Youssef teve participação importante como produtor cultural, e dos movimentos pela diversidade, como o Beijaço, em frente ao *Shopping* Frei Caneca, uma reação da comunidade LGBTQIA+ à tentativa de proibição de contatos homoafetivos em público.

Em paralelo ao que aconteceu na Vila Buarque, há, na região do Baixo Augusta, um movimento de alteração da paisagem urbana, incluindo a população jovem de várias vertentes e manifestações artísticas e abrindo a possibilidade de verticalização da região. Nos últimos anos, inclusive, o investimento imobiliário para habitação cresceu na região.

Andando um pouco mais em direção ao centro, há a Praça Roosevelt, sobre a qual discorreremos anteriormente, que compõe o cenário limítrofe do DC, no mesmo sentido do Baixo Augusta. Em evidência por conta da atuação do grupo Os Satyros, é referência para o teatro e acaba de inaugurar um cinema. A Associação dos Moradores da Praça Roosevelt foi organizada para construir uma ponte entre os moradores e os demais públicos que frequentam o espaço, uma estratégia para mediar conflitos que acontecem entre os públicos que “concorrem” pelo espaço.

Seguindo em direção à Praça da República, há o Edifício Copan, outro marco na configuração do espaço urbano da região central. Projetado por Niemeyer com colaboração de Carlos Alberto Cerqueira Lemos, na década de 1950, o edifício sofreu, como toda a região, os percalços deixados pela movimentação da elite durante o século XX. Pensado para ser um marco nas comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, o início da construção do edifício passou por adversidades, até que, em 1952, a Companhia Nacional da Indústria da Construção – CNI – iniciou a realização do projeto, tendo sido inaugurado em 1966. Reconhecido pela volumetria da estrutura em concreto armado e por sua forma sinuosa e impactante, está localizado no número 200 da Avenida Ipiranga, dentro do perímetro do DC. Desde então, vem se tornando um ícone da cidade moderna que se apresentava naquele momento.

O Copan tem 1.160 apartamentos distribuídos em 6 blocos, com aproximadamente cinco mil moradores, acomodados em apartamentos kitchenettes, com 1, 2 ou 3 dormitórios. No térreo fica a área comercial, com 72 lojas. O edifício não passou impune pelos anos que se seguiram a sua inauguração e chegou a ser considerado um cortiço vertical³⁹. Com as dimensões que têm, é possível imaginar o tamanho do problema em administrar o edifício, no entanto contou, dentre seus milhares de moradores, com artistas, escritores, entre outros, mais ligados à cena

³⁹ “O Copan na FAU USP”. Disponível em:

<http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/infonline030505a.htm>. Acessado em 10/01/2023.

cultural alternativa. Atualmente, no térreo, bares como o Dona Onça, Fel, a padaria Café Floresta e outros serviços para atender aos moradores das torres que retomaram suas atividades com a flexibilização das restrições oriundas da pandemia de covid-19. Nos anos anteriores, no prédio, a presença de personalidades em evidência como moradoras estava crescendo, o que foi interrompido pela pandemia e não foi retomado.

Outra personagem que marca a existência no perímetro do DC é a população em situação de rua. O censo contratado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da capital para mapear a situação, em 2021, pôde detectar o aumento da população: em 2019, havia 24.344 pessoas; em 2021, eram 31.884, uma população maior do que muitos municípios do estado e que impacta o cotidiano das regiões centrais da cidade.

O perfil identificado pelo censo apontou que 96,44% das pessoas são brasileiras e 3,56%, estrangeiras. Entre os brasileiros, 39,2% são naturais da capital, 19,86% são do interior do estado e 40,94% são naturais de outros estados, sendo 8,47% da Bahia, 5,44% de Minas Gerais e 5,28% de Pernambuco. Entre os principais motivos que levaram à situação de rua, estão os conflitos familiares (34,7%), a dependência de álcool e outras drogas (29,5%) e a perda de trabalho/renda (28,4%). A maioria dessas pessoas trabalha: 33,9% vivem de bicos, 16,7% trabalham por conta própria, 3,9% são empregados sem registo em carteira, 2,2% têm registo em carteira e 42,8% não trabalham.

Na região da subprefeitura da Sé, vivem 12.851 pessoas, ou seja, 40,31% da população geral nessa condição. 71,2% da população na região da Sé vive nas ruas, 11,3% em praças, 9,4% embaixo de viadutos e 62,4% utilizam algum recurso, como barraca de *camping*, papelão etc. para se abrigar.

O percentual de crescimento da população em situação de rua, de 2019 para 2021, foi de 16,32 na Sé (PMSP, 2021)⁴⁰.

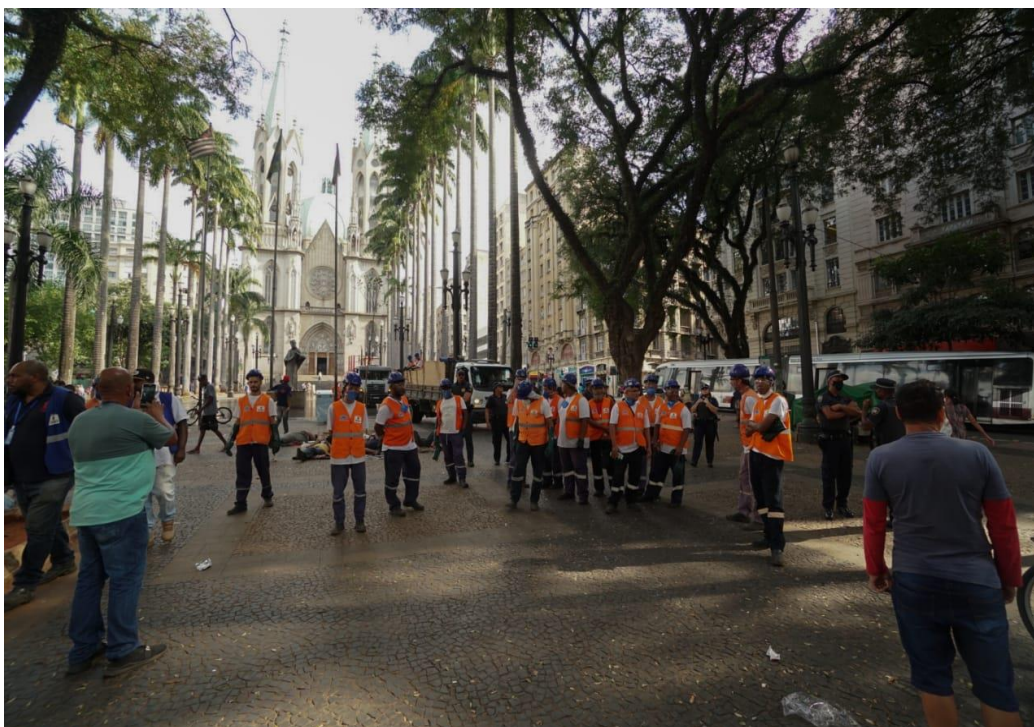
Um simples olhar pelas ruas da região nota que esse número cresceu, ainda mais por conta das consequências da pandemia, que impactou negativamente os indicadores econômicos e sociais como um todo, cenário que se agravou em função da lentidão da prefeitura de São Paulo, que, até agora, não apresentou uma proposta

⁴⁰ Disponível em

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZWE4MTE5MGIzZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjc3MDAwMDM0NGI5liwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThtInJlE1NGM5MGUwNyJ9.>

que tenha alcance para resolver ou minimizar o problema. No entanto, a ação policial ostensiva e de zeladoria tem sido frequente e carregada de violência, conforme pudemos constatar em depoimentos informais durante a pesquisa.

Fotografia 19 – Ação de Zeladoria na Praça da Sé. À frente, os fiscais, escoltados pela polícia militar, recolhem em um caminhão os pertences das pessoas em situação de rua. Em seguida, vem o caminhão pipa, jogando água para lavar o calçamento da praça e expulsar quem tenha ficado.



Fonte: Luiz Miyasaka.

Na narrativa construída neste capítulo em relação ao território que contém o perímetro do Distrito Criativo, pretendemos ter apresentado parte da diversidade de personagens que constroem as relações sociais desse espaço urbano. Entre políticas públicas transformadas em lei e sua implementação, há certa distância, o que gera dissonâncias entre o proposto e o realizado. Mesmo com a criação do Triângulo SP, o movimento Baixo Augusta, o crescimento do Carnaval de Blocos, a intensificação de tombamentos de prédios na região da Sé (Relatório PDE, 2019) e a política de editais da secretaria municipal de Cultura, não é possível afirmar que os resultados pretendidos foram alcançados plenamente, no que diz respeito a transformar o território central em um Distrito Criativo.

Contudo, a persistência de diferentes governos em encontrar soluções para os problemas que há décadas existem promove resultados pontuais, que não alcançam

todo o território e, aparentemente, perdem-se no conjunto de conflitos não resolvidos, como os de segurança e moradia. O aprofundamento das contradições trazidas pela pandemia, que aumentou a quantidade de pessoas em situação de rua e de desempregados, mexeu com a paisagem do centro, que, historicamente, é o lugar que concentra as pessoas sem moradia.

Fotografia 20 – Praça Patriarca, por onde há um acesso à Galeria Prestes Maia. A cobertura tem servido para abrigar as barracas da população em situação de rua. O local está ao lado da sede do executivo municipal.



Fonte: Luiz Miyasaka.

O comércio da região, marcado por pequenos negócios, foi um dos setores que mais sofreram com as restrições, pois muitos fecharam, contribuindo para o crescimento do desemprego na capital.

Nossa observação é a de que, nos anos de 2021 e 2022, as atividades na região central foram gradualmente sendo retomadas: na Vila Buarque e na República mais rapidamente e, nas proximidades da Praça da Sé, mais lentamente, sem, contudo, voltar ao que era antes da pandemia, mas sinalizando para as especificidades do processo na região onde estão a Praça Roosevelt, o Baixo Augusta, a Vila Buarque e a República, nos arredores do Edifício Copan. A pandemia provocou uma interrupção no processo em andamento, mas outras barreiras atuaram na região central para que ela não fosse cenário das políticas voltadas à cidade criativa.

O processo de crescimento da cidade no século passado, no sentido centro-sudoeste, com a abertura de novas frentes para a valorização do capital, foi a barreira construída naquele momento e que perdura ainda hoje, dado expresso pela falta de interesse de investimentos das elites em PPPs na região.

A falta de efetividade das políticas públicas é outro fator. A persistência de projetos realizados pelos governos municipal e estadual desde os anos 1970 pôde encontrar justificativa na necessidade de aproximação entre os políticos e alguns setores da iniciativa privada, bem como pela necessidade das populações que verdadeiramente precisam de programas e serviços públicos, um jogo político e lucrativo. No processo de mudanças nas duas décadas deste século, não é possível afirmar que a região seja a mesma; algumas mudanças sutis aconteceram, sem que conseguissem ser predominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do processo de criação do Polo de Economia Criativa – Distrito Criativo Sé/República a partir de uma perspectiva histórica e qualitativa levou à compreensão de como foram estruturadas e estão estabelecidas, no centro da cidade de São Paulo, as atividades ditas criativas.

A narrativa sobre o território central, em que adjetivos como violento, degradado e impróprio forjaram a “desqualificação” do espaço por meio de uma construção ideológica, foi a mesma sobre a qual se ancoraram as bases para que o discurso da economia criativa fosse apresentado como uma alternativa para resolver os problemas do território, ou, ainda, problemas e soluções que foram construídos e sustentados pelo consenso da máquina de crescimento (PETRELLA, 2017). Autores como Petrella e Kara-José corroboram com a ideia desenvolvida por esta pesquisa, em que as disputas estabelecidas para o controle ou aparente descontrole sobre o território central vai além do discurso propagado pela mídia, pelas elites econômicas e políticas como sendo único e que moldam a compreensão do senso comum. Para promover a compreensão sobre o espaço urbano em questão, é necessário ampliar o olhar para o processo histórico que o precedeu, mas não como uma perspectiva determinista, e sim para identificar quem são os agentes promotores das ações e suas consequências.

A perspectiva de que o recorte geográfico focado pela pesquisa se trata de um território diverso e complexo guiou o estudo para a origem de São Paulo como “Capital da cultura”, impondo a necessidade de olhar para o século XX como berço da modernidade no Brasil. Na primeira metade do século XX, a partir de autores como Arruda e Marins, delinear-se as características fundantes do processo de formação da elite moderna e de seus rebatimentos na política da cidade de São Paulo, no sentido de se construírem alguns consensos para garantir a governabilidade; consensos esses que vão, ao longo do tempo, se remodelando, incorporando novas partes e objetivos. Na década de 1990, por exemplo, há a rearticulação do consenso construído até então pelas elites econômicas e políticas na cidade, que estabelece um dos marcadores levados em conta pela pesquisa e que pode ser visto pelas políticas públicas para a região central. Nesse sentido, com o apoio dos autores citados, para a compreensão do objeto desta pesquisa, é fundamental a noção de processo, pois é através do olhar abrangente para um período mais longo que se torna

possível identificar permanências e transformações na realidade paulistana do centro da cidade.

Foi na década de 1990 que o foco das políticas públicas para o centro, visando à recuperação do patrimônio arquitetônico histórico, estabelecido tanto pela prefeitura quanto pelo governo do Estado e expresso pelas obras iniciadas no núcleo histórico e na região da Luz, marcou o início de um período de investimento em recuperação de ícones da arquitetura eclética na região.

Aos poderes públicos associam-se setores da iniciativa privada representados pela Associação Viva o Centro, que, especialmente naquele momento – anos 1990 – , pretendia manter a ocupação do centro por alguns setores da elite, como a sede dos bancos, por exemplo. Foi nesse contexto que as Operações Urbanas foram propostas, com um elemento novo em seu perfil: o de permitir a participação do capital privado, oferecendo outro modelo para atuar em conjunto com o poder público.

A esse rol de características que se relacionam à cidade de São Paulo soma-se a expansão urbana para a região sudoeste, onde se instalaram outros setores das elites, com edifícios modernos e alinhados ao desenvolvimento tecnológico de ponta, um possível embrião da cidade criativa ou inteligente, fatores que viabilizaram a estruturação do capital imobiliário nacional.

Desde então, o foco das políticas públicas para a área central não saiu da pauta da gestão pública municipal e estadual; no entanto, sem produzir o resultado anunciado: trazer a elite de volta ao centro e reverter a ocupação popular, extirpando a (suposta) violência que a presença popular estabeleceria no território.

Associar a vocação cultural construída pelas elites para a região central por meio de políticas públicas ao perfil de ocupação da margem sul do rio Pinheiros, limite da expansão sudoeste, pode ter sido a composição “perfeita” para garantir a retaguarda que os paulistanos precisavam para acreditar que habitavam uma cidade global, na década de 1990, escamoteando a existência de um enorme contingente de população desempregada, em situação de rua, com baixa remuneração para os setores de menor escolaridade, enfim, o foco, na região sul, foi o cenário ideal para tornar hegemônica uma visão reducionista da realidade.

A inspiração trazida pela globalização, que anunciava as cidades protagonizando o mercado internacional de capitais, aportou em terras paulistanas. A escassez de recursos financeiros para investimentos públicos foi utilizada como justificativa para esse novo papel para as cidades.

Soma-se às demandas introduzidas pela globalização o reconhecimento, por instituições internacionais como a UNESCO, da necessidade de políticas públicas que respaldassem investimento em “recuperação urbana” por meio da “requalificação” do patrimônio arquitetônico e de parcerias público-privadas que demonstrassem a pujança de determinados territórios, se valorizadas atividades culturais e/ou criativas, o que criaria o ambiente apropriado para investimentos de capital internacional.

No entanto, o que aconteceu em São Paulo não foi a injeção de capital internacional, mas a configuração de uma nova elite nacional imobiliária, que se capitalizou com e para esses investimentos, estabelecendo o tom que diferencia o processo em São Paulo do de outras capitais pelo mundo. Essa foi uma constatação feita por Petrella, que fundamenta a perspectiva de aproximação dessa elite nacional dos investimentos em PPPs, em lideranças políticas locais e do financiamento de suas campanhas eleitorais. O indício de que a máquina do crescimento atuou no sentido de transformar os investimentos no centro da cidade em instrumento efetivo para a corrida eleitoral é importante e pode ser uma justificativa para atribuir à região central, desde a década de 1970, o volume de intervenções público-privadas, sem promover as transformações anunciadas que a região recebeu.

Durante o século XXI, as ideias sobre economia criativa e cidade criativa foram propagadas pelo governo federal, e projetos para viabilizar a introdução da criatividade no escopo dos produtos valorizados seguiram em frente.

Desde o começo dos governos petistas na esfera federal, houve atuação do Ministério da Cultura no sentido de promover a economia criativa. Do ponto de vista da estrutura administrativa, o governo federal agiu lentamente: apenas em 2011 criou a Secretaria de Economia Criativa, no Ministério da Cultura, enquanto os governos estadual e municipal de São Paulo deram continuidade aos investimentos via OU, que se viabilizaram pelas Parcerias Público-Privadas para intervenções urbanas.

Ações de recuperação de patrimônio histórico arquitetônico e a instalação de equipamentos públicos e culturais, bem como a presença de uma população ligada às artes e manifestações culturais alternativas ao *mainstream*, compartilharam das razões que atribuem a certas regiões do centro a manutenção de espaço fértil para a economia criativa. O cenário que foi construído pela pesquisa buscou mostrar como se relacionam a economia e as cidades criativas e como elas contribuem para períodos de estabilidade das relações capitalistas ao evocarem, ainda que com

tonalidades diferentes, que variam de acordo com o espaço e o tempo, as manifestações culturais como elemento catalisador do arranjo das forças que permitem trazê-las para um campo em que a ideologia atue com maior efetividade.

Não obstante o discurso hegemônico que exalta as potencialidades investidas, como a valorização da mão de obra local, geração de renda, o indivíduo como ponto focal das relações urbanas etc., vários são os autores que ressaltam seu lado negativo, como a geração de espaços urbanos exclusivos e excludentes, processos de gentrificação, a mercadificação dos espaços e serviços públicos (EZPONDA; GARCÍA; DURÁN, 2013), efeitos que podem ser verificados em algumas das principais capitais do Brasil, inclusive em São Paulo.

Portanto, estabelecer uma leitura quanto à realidade contemporânea, inserindo-a numa perspectiva histórica, permite determinar conexões para reconstruir uma forma complexa e diversa de sociedade. Forma que, para a sociedade capitalista, deve ser moldada ideologicamente para ser compreendida enquanto única. Partindo da proposta de criação do Distrito Criativo, que não chegou a ser implementado, foi possível construir uma abordagem que relaciona o contexto urbano paulistano ao global, considerando as especificidades existentes e que atribuem sentido próprio à realidade local.

REFERÊNCIAS

A VIDA NO CENTRO. Disponível em: <https://avidanocentro.com.br/>. Acesso em fev. 2021.

ABRANTES, P. O modelo Barcelona: um exame crítico. **Finisterra**, v. 45, n. 90, 2010. <https://doi.org/10.18055/Finis1348>.

ADESAMPA. **Atores mapeados**. Disponível em: <https://adesampa.com.br/pdl/i.html?11?01?0?00>. (Acessado em 10/12/ 2021).

ADDUCI, C. C.; NOAVIS, L. F. A economia criativa no estado de São Paulo (2012-2016): definição e análise. **Ensaio & Conjuntura – Economia**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2019.

ALCÂNTARA, M. F. "**Hipsterização**" no centro de São Paulo: consumo, trabalho e produção da cidade. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.8.2019.tde-09122019-180746.

ALVES, C. Pitta diz que população exigiu mudanças. **Folha de São Paulo**, 13 de dezembro de 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff13129821.htm>. Acessado em 15/11/2022.

ALVES, J. D. G. Função social da propriedade ou especulação imobiliária? A aplicação dos instrumentos de ordenamento territorial no município de São Paulo entre 2014 e 2019. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 40, p. 13-25. Campinas: Unicamp, 2019.

AQUINO, C. R. F. A construção do Centro com arena política dos movimentos por moradia. **Ponto Urbe** – Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 6, 2010.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha** e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ARRUDA, M. A. N. **Metrópole e cultura**. São Paulo no meio do século XX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Propostas e compromissos**, 1996. Disponível em <https://silo.tips/download/associacao-viva-o-centro>. Acesso em fev. 2022.

BACK, A. G.; DI GIULIO, G.; MALHEIROS, T. F. Plano Diretor Estratégico de São Paulo e os desafios para a transformação urbana sustentável. *In: Sustentabilidade em debate* – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, DF, v.12, n.3, p. 233-252, 2021.

BISPO, A. A.; PEIXOTO, F. A. São Paulo. O edifício Martinelli e a euforia vertical. *In*: GORELIK, A.; PEIXOTO, F. A. (org.). **Cidades sul-americanas como arenas culturais**. Tradução de Francisco José M. Couto. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

BOITO JR., A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **Fórum Econômico da FGV**, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acesso em fev. 2022.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações**. 2011 – 2014. Brasília, 2011, p. 09.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Texto-Base da Conferência Nacional de Cultura**. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Cultura_II/texto_base_2_conferencia_cultura.pdf. Último acesso em: 11/01/2023.

BOITO JR., A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acesso em: dez. 2022.

CÂMARA Municipal de São Paulo. Revista **Apartes**, n. 09, 2014.

CAMARGO, J. M.; NERI, M.; REIS, M. C. **Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações**. Texto para discussão n. 743. Rio de Janeiro: Ipea – Instituto de Pesquisas Aplicadas, 2000.

CARITAS; ACNUR. Mapa de georreferenciamento de pessoas em situação de refúgio atendidas pela Caritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP). São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/07/MAPA-DE-GEORREFERENCIAMENTO-DE-PESSOAS-EM-SITUACAO-DE-REFUGIO-ATENDIDAS-PELA-CARITAS-ARQUIDIOCESANA-DE-SAO-PAULO_2020.pdf. Acesso em fev. 2022.

CRUZ, F. M. R. **Cultura e cidade**. Abordagem multidisciplinar da cultura urbana. Natal: EDUFRRN, 2017.

DE MARCHI, L. Construindo o conceito de economia criativa no Brasil. Política cultural no contexto neodesenvolvimentista brasileiro. **XXXV Congresso Brasileiro da Comunicação** – Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), Fortaleza, CE, 2012.

DE MARCHI, L. Análise do Plano da Secretaria da Economia Criativa e as transformações na relação entre Estado e cultura no Brasil. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 37, n. 1, 2014. DOI: 10.1590/rbcc.v37i1.1888. Disponível em:

<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/1888>. Acesso em: 24 fev. 2022.

EZPONDA, A. G.; GARCÍA, A. L.; DURÁN, S. G. Cultura y creatividad en la nueva economía urbana: evidencias, discursos y críticas. **Revista de Dirección y Administración de Empresas**, n. 20, p. 33-55, 2013.

FERREIRA, J. S. W. Mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço terciário em São Paulo. **PosFAUUSP**, [S. l.], n. 16, p. 26-48, 2004. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i16p26-48. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43384>. Acesso em: 24 fev. 2022.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa**: e seu papel na transformação do trabalho, lazer, comunidade e cotidiano. Tradução de Ana Luiza Lopes. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.

FRAGALLE, N. P. **London calling**: o papel da cultura e da criatividade na gestão de uma cidade-marca. 2019. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Instituto da Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019, doi: 10.11606\D.102.2019.tde-07062019-095050

FRAGALLE, N. P.; LOPES, R. S. **Da indústria à cidade criativa**: o Porto Maravilha. IV Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil, Rio de Janeiro, 2012.

FRUTOSO, B; KATO, R. C. Ocupações no centro de São Paulo: desejos de fixação no território. *In: Anais XVIII ENANPUR*, 2019.

GUILHERME, L. L. **Gestão do Desenvolvimento Territorial Cidades Criativas**. Salvador: UFBA, 2020.

HARVEY, D. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. *In: A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IBGE. **Censos demográficos**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Último acesso em nov. 2022.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 2000.

KARA JOSÉ, Beatriz. **A popularização do centro de São Paulo**: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

KAMIMURA, Q. P.; SIMONETTI, E. R. S. As políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. *In: OLIVEIRA, C. W. A. et al. (org.) Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

LARIZZA, A. La Rinascita della Fabbrica: Nell'era della Manifattura Digitalizzata, Le Aziende Possono Tornare a Creare Valore a una Condizione: L'uomo dovrà Competere al Fianco delle Machine *In: La Fabbrica Digitale: Come Funziona L'Industria 4.0 e che cosa Possiamo Fare*. Milano: Nòva Edu – lezione di Futuro – 07, Il suo 24 ore, 2016.

LASI, H. L.; KEMPER, H.-G.; FETTKE, P.; FELD, T.; HOFFMAN, M. Industry 4.0. **Business & Information Systems Engineering**, v.6, n. 4, p. 239-242, 2014.

LEE, J.; KAO, H.-A.; YANG, S. Service innovation and smart analytics for Industry 4.0 and big data environment. **Procedia CIRP**, v. 16, p. 3-8, 2014.

LIMA, S. M. S. **Polos Criativos**. Um estudo sobre os pequenos territórios criativos brasileiros. Brasília: MINC, 2011/2012.

LOIOLA, E.; LIMA, C. L.; C. Aglomerações Produtivas e Segmento Cultural: algumas considerações. *In: IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador, BA, 2008.

LOPES, R. S. Uma nova agenda para a cultura: o discurso da economia criativa no governo Rousseff. *In: Políticas culturais no governo Dilma [S.l.: S.N.]*, 2015.

MARINS, P. C. G. São Paulo – A avenida Paulista da *belle époque*: elites em disputa. *In: GORELIK, A.; PEIXOTO, F. A.(org.). Cidades sul-americanas como arenas culturais*. Tradução de Francisco José M. Couto. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

MATARAZZO, A. Economia Criativa. *In: Diário de São Paulo*, 2013.

NAKANO, K.; MALTA, C. C.; ROLNIK, R. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. *In: Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267363241>. Último acesso em 09/04/2021.

OLIVEIRA, M. L. S. **Parque Augusta na luta pelo comum urbano**: uma cartografia de redes e ruas. 2019. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.100.2019.tde-10052019-072108.

ORTEGA, A.; SILVA, F. Uma visão crítica do desenvolvimento territorial e dos novos espaços de governança. *In: RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*, ano XIII, n. 23, p. 32-52, Salvador, BA, 2011.

PETRELLA, G. M. **A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo**: região da Luz no século XXI. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

PETRELLA, G. M. Níveis e dimensões da renovação urbana da região da luz: da experiência da espoliação à luta de classes socioespacial. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, [S. l.], v. 19, p. 1-20, 2021. DOI:

10.11606/1984-4506.risco.2021.173750. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/173750>. Acesso em: 24 fev. 2022.

PLANURB. Plano Diretor Estratégico. **5 anos da Lei nº 16.050/2014**. São Paulo: Diário Oficial de São Paulo, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Palácio das indústrias** – memória e cidadania. O restauro para a nova prefeitura de São Paulo. São Paulo: SMC/DPH/EMURB/Método, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Triângulo SP**. Projeto básico de formatação de produto turístico e intervenção urbana no perímetro composto pelas ruas Líbero Badaró, Benjamin Constant e Boa Vista no centro da cidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório 2019-2020** – Programa de Metas 2017-2020. Secretaria de Governo: Coordenadoria de Gestão do Programa de Metas. São Paulo, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório PDE**, 2019.

PROPRIETÁRIO DIRETO. Disponível em: https://www.proprietariodireto.com.br/preco-m2/centro-sao_paulo. Acessado em 25/02/2023.

REIS, A. C. F. **Cidades Criativas**: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo. 2011. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.16.2012.tde-08042013-091615.

REIS, J. Economia impura: o mundo das instituições e da governação. *In: Ensaios de economia impura*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 15-48.

RAM. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, v. 206, p. 202, 2015.

RICUPERO, B. **Da formação à forma**. Ainda as "ideias fora do lugar". São Paulo: Lua Nova, 2008.

ROCHA, R. Avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neo-institucional: avanços e validade. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, 2004. Disponível em www.ebape.fgv.br/cadernosebape. Acesso em: nov. 2022.

SANDEVILLE Jr., E.; MANFRÉ, E. **Cultura e Paisagem, uma perspectiva no tecido urbano**. Disponível em <https://observasp.wordpress.com/2014/11/25/cultura-e-paisagem-uma-nova-perspectiva-no-tecido-urbano/>. Acesso em: nov. 2022.

SANTOS, J. C. F. **O álibi cultural**: novas formas para valorização e reprodução do espaço na metrópole contemporânea. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

SÃO PAULO. **Plano Diretor Estratégico**. São Paulo: Diário Oficial de São Paulo, 2014.

SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. *In: Ao vencedor as batatas*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SARAGOÇA, J. Z. **Provisão habitacional nas operações urbanas**: um estudo de caso da operação urbana Água Espreada. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

SARUE, B. **Grandes projetos urbanos no centro e na periferia do capitalismo global**: comparando políticas, instituições e acesso à terra no Porto Maravilha e no projeto olímpico de Londres. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021.

SHAFIQA, S. I.; SANINA, C.; SZCZERBICKIB, E.; TOROC, C. Virtual Engineering Object/virtual Engineering Process: A specialized form of Cyber Physical System for Industrie 4.0. **Procedia Computer Science**, v. 60, n. 1, p. 1146-1155, 2015.

SOMMER, L. Industrial revolution - industry 4.0: Are German manufacturing SMEs the First Victims of this revolution? **Journal of Industrial Engineering and Management**, v. 8, n.5, p. 1512-1532, 2015.

SOUSA, J. Entrevista à BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62102433>. Acesso em: nov. 2022.

SUMI, C. *et al.* Porosidades dos novos mecanismos de regulação: a territorialização do Habite-se em Ribeirão Preto. *In: Revista Indisciplinar*, EA – UFMG, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, 2020.

TRAMONTANO, M. Alice no país da especulação imobiliária. Habitação e modos de vida na cidade de São Paulo. **Cidades – Comunidades e Territórios**, n. 6, p. 99-112, 2003.

TRENTESAUX, D.; BORANGIU, T.; THOMAS, A. Emerging ICT concepts for smart, safe and sustainable industrial systems. **Computers in Industry**, v. 6, n. 4, p. 1-10, 2016.

WANG, S.; WAN, J.; ZHANG, D.; LI, D.; ZHANG, C. Towards smart factory for Industry 4.0: A self-organized multi-agent system with big data based feedback and coordination. **Computer Networks**, v. 101, p. 158-168, 2015.

Anexo 1 – Lista de entrevistados(as)

Entrevistado/a	Instituição	Cidade	Caracterização	Data da entrevista
E01	Prefeitura Municipal de São Paulo	São Paulo	Gestor(a) de alto nível	21/09/2021
E02	Sebrae	São Paulo	Assessor(a)	30/11/2021
E03	Câmara dos Vereadores de São Paulo	São Paulo	Vereador(a)	17/01/2022 e 03/02/2022
E04	Câmara dos Vereadores de São Paulo	São Paulo	Assessor(a)	08/02/2022
E05	Câmara dos Vereadores de São Paulo	São Paulo	Assessor(a)	18/02/2022
E06	Secretaria da Cultura	São Paulo	Gestor(a) de alto nível	16/05/2022
E07	Secretaria da Cultura	São Paulo	Gestor(a) de alto nível	15/06/2022
E08	Sebrae	São Paulo	Assessor(a)	30/11/2021

Anexo 2 – Trecho da lei LEI Nº 16.050 DE 31 DE JULHO DE 2014, onde discorre sobre a criação do Polo de Economia Criativa – Distrito Criativo Sé/República.

Art. 173. Para cumprimento do disposto nesta lei, o Executivo poderá celebrar, com força de título executivo extrajudicial, nos termos da lei federal, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Cultural com pessoas físicas e jurídicas responsáveis pela reparação integral de danos ou descaracterizações causadas a bens, imóveis, áreas ou espaços protegidos em função de seu valor histórico e cultural.

§ 1º O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Cultural tem por objetivo precípuo a recuperação de bens, imóveis, áreas ou espaços protegidos pelo seu valor histórico e cultural que tenham sofrido abandono ou intervenções, mediante a fixação de obrigações que deverão ser rigorosamente cumpridas pelo infrator, visando à reparação integral dos danos causados.

§ 2º Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Decreto nº 54.805/2014, os imóveis enquadrados como ZEPEC pela Lei nº 13.885, de 2004, e que, ao tempo da edição da presente lei se encontram demolidos, poderão ser objeto de TACC, a ser elaborado conjuntamente pelo proprietário do imóvel e pelo Executivo Municipal, visando à reparação dos danos causados ao patrimônio histórico e cultural.

TÍTULO III

DA POLÍTICA E DOS SISTEMAS URBANOS E AMBIENTAIS

Art. 174. As políticas públicas setoriais, em especial as urbanas e ambientais, integram a Política de Desenvolvimento Urbano do Município e definem as ações que devem ser implementadas pelo Executivo para cumprir os objetivos estratégicos deste Plano Diretor Estratégico.

Parágrafo único. As políticas e os sistemas urbanos e ambientais tratados nesta lei são as que se relacionam direta ou indiretamente com questões de ordenamento territorial, a saber:

- I – Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável;
- II – Política e Sistema de Mobilidade;
- III – Política e Sistema Ambiental;
- IV – Política e Sistema de Saneamento Ambiental;
- V – Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres;
- VI – Desenvolvimento Social e Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais;
- VII – Política de Habitação Social;
- VIII – Política de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico e Urbano;
- IX – Sistema de Infraestrutura.

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Art. 175. São objetivos da Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável reforçar o papel do Município como centro industrial, comercial, de serviços, de conhecimento, de criação e inovação, promover atividades econômicas sustentáveis na zona rural e estimular atividades econômicas que permitam equilibrar a relação emprego/moradia em todas as regiões da cidade na perspectiva de reduzir as desigualdades socioterritoriais e reduzir a quantidade de viagens e o tempo médio de deslocamento no Município.

Parágrafo único. Para alcançar o objetivo descrito no “caput” deste artigo, o Município deverá articular-se com os demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo e instâncias do governo estadual e federal.

Art. 176. São objetivos específicos da Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável:

- I – induzir uma distribuição mais equitativa do emprego, desconcentrando as atividades econômicas;
- II – investir em infraestrutura para minimizar as deseconomias de aglomeração presentes no Município e criar novas áreas aptas para atrair investimentos em atividades econômicas;
- III – proteger as áreas industriais em funcionamento e estimular sua expansão em moldes compatíveis com as novas condições territoriais do Município;
- IV – incentivar o comércio e os serviços locais, especialmente os instalados em fachadas ativas, junto às ruas;
- V – potencializar a capacidade criativa, o conhecimento científico e tecnológico e a inovação existentes no Município para gerar atividades econômicas de alto valor agregado e ambientalmente sustentáveis;
- VI – promover o desenvolvimento sustentável da zona rural com o apoio à agricultura familiar, em especial a orgânica, e ao turismo sustentável, em especial de base comunitária;
- VII – promover a infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável, incluindo obras, empreendimentos e serviços de utilidade pública, na zona urbana e rural;
- VIII – reforçar a posição da cidade como polo de eventos, ampliando a infraestrutura e os espaços destinados a exposições e congressos;
- IX – criar as condições para o desenvolvimento do turismo apropriado às características do Município, gerando sinergias entre eventos, negócios, cultura, gastronomia, compras e agroecoturismo para aumentar a permanência do visitante no Município;
- X – facilitar a instalação de empresas no Município, por meio de incentivos tributários e urbanísticos, facilitando os procedimentos administrativos, em especial nos setores prioritários definidos nesta lei;
- XI – valorizar a diversidade territorial, cultural, étnica, religiosa e de orientação sexual como um direito que potencializa as oportunidades de desenvolvimento econômico do Município.

Parágrafo único. Para alcançar os objetivos de desenvolvimento econômico sustentável, o Município deve implementar as seguintes estratégias relacionadas com o ordenamento territorial:

I – Polos estratégicos de desenvolvimento econômico;

II – Centralidades lineares e polares;

III – Polos de economia criativa;

IV – Parques tecnológicos;

V – Polos de desenvolvimento rural sustentável;

VI – Zona Predominantemente Industrial – ZPI.

Seção I

Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico

Art. 177. Os polos estratégicos de desenvolvimento econômico são setores demarcados na Macroárea de Estruturação Metropolitana e situados em regiões de baixo nível de emprego e grande concentração populacional, que apresentam potencial para a implantação de atividades econômicas, requerendo estímulos e ações planejadas do Poder Público.

§ 1º Ficam estabelecidos os seguintes polos estratégicos de desenvolvimento econômico:

I – Polo Leste, correspondente aos subsetores Arco Leste e Arco Jacu-Pêssego;

II – Polo Sul, correspondente aos subsetores Cupecê e Arco Jurubatuba;

III – Polo Noroeste, correspondente ao subsetor Raimundo Pereira de Magalhães/Anhanguera;

IV – Polo Norte, correspondente ao subsetor Sezefredo Fagundes até a Marginal Tietê;

V – Polo Fernão Dias, correspondente ao subsetor Fernão Dias.

§ 2º Os polos estratégicos de desenvolvimento econômico deverão, sempre que houver interesse dos municípios limítrofes, ser desenvolvidos de forma articulada regionalmente, especialmente com a Região Metropolitana de São Paulo.

Art. 178. Para planejar a implantação dos polos de desenvolvimento econômico e estimular a atração de empresas, o Município deve formular planos específicos para cada polo, que devem conter, no mínimo:

I – a delimitação de cada polo;

II – a vocação econômica do polo, considerando-se sua localização e características socioeconômicas e de formação da população moradora na região;

III – as atividades econômicas que devem ser estimuladas;

IV – as intervenções necessárias, em especial de logística, mobilidade e infraestrutura, para viabilizar a implantação das atividades econômicas prioritárias;

V – as estratégias para financiar as intervenções a serem realizadas, incluindo parcerias público-privadas possíveis de ser utilizadas para implementar o polo;

VI – prazos de implementação e recursos necessários.

Parágrafo único. O plano deverá definir atividades que, preferencialmente, tenham grande potencial de geração de empregos, de nível compatível com o perfil socioeconômico e com a formação da população moradora na região.

Art. 179. Para estimular a implantação de empresas, o plano previsto no artigo anterior deve estabelecer as atividades prioritárias que poderão se beneficiar do Programa de Incentivos Fiscais, a ser instituído por lei específica, incluindo os seguintes benefícios:

I – isenção ou desconto do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU;

II – desconto de até 60% do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS para os setores a serem incentivados;

III – isenção ou desconto de Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos – ITBI-IV para aquisição de imóveis para instalação das empresas na região;

IV – isenção ou desconto de ISS da construção civil para construção ou reforma de imóvel.

Parágrafo único. Os empreendimentos não residenciais implantados nos setores previstos nos arts. 362 e 363, delimitados no Mapa 2A, ficam dispensados do pagamento da outorga onerosa.

Seção II

Centralidades Polares e Lineares

Art. 180. Os polos e eixos de centralidades são porções do território do Município que concentram atividades terciárias, em especial comércio e serviços, que devem ser qualificadas e fortalecidas.

Parágrafo único. Os polos e eixos de centralidades são compostos pelas seguintes áreas:

I – centro histórico;

II – eixos e polos de centralidade do terciário avançado;

III – centros de bairros e polos e eixos de comércio e serviços em áreas consolidadas;

IV – grandes equipamentos urbanos que polarizam atividades econômicas, como, entre outros, terminais, centros empresariais, aeroportos;

V – áreas integrantes dos eixos de estruturação da transformação urbana ao longo do sistema estrutural do transporte coletivo;

VI – centralidades a serem consolidadas.

Art. 181. O fortalecimento de polos e eixos de centralidades dar-se-á através das seguintes ações:

I – fortalecimento e reabilitação do centro histórico, incluindo:

- a) fortalecimento e valorização dos polos comerciais especializados, como 25 de Março, Santa Ifigênia, Bom Retiro, Gasômetro e Zona Cerealista;
- b) consolidação da área como polo criativo, cultural, gastronômico, de lazer, divertimento e entretenimento por meio da criação do Polo de Economia Criativa e dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem, previstos nos arts. 182 e 314;
- c) reabilitação dos espaços públicos, garantindo-se a segurança, preservação e recuperação urbanística;
- d) criação de centros comerciais populares em áreas de grande circulação, como terminais de transporte coletivo e estações de metrô e trem;
- e) estímulo ao uso comercial e cultural no nível do passeio público dos edifícios, em detrimento de sua ocupação por estacionamentos;
- f) estímulo ao uso noturno da área;

II – valorização, estímulo e criação de condições especiais de desenvolvimento econômico para o fortalecimento e a ampliação de áreas tradicionais de comércio como o Polo de Comércio e Desenvolvimento de Moda do Brás, Pari e Canindé;

III – estímulo à promoção de edifícios de uso misto e à utilização do térreo dos edifícios para usos não residenciais, através de incentivos de outorga onerosa ou outros benefícios, em especial nos eixos de transformação urbana;

IV – estímulo à criação de novas centralidades e a dinamização das existentes pela implantação contígua de equipamentos públicos como elementos catalisadores do comércio e serviços privados, em especial nas Áreas de Estruturação Local;

V – qualificação urbanística das ruas comerciais, a ser promovida preferencialmente em parcerias com a iniciativa privada, incluindo:

- a) reforma, adequação e, quando possível, alargamento das calçadas;
- b) acessibilidade;
- c) enterramento da fiação aérea;
- d) melhoria da iluminação pública;
- e) implantação de mobiliário urbano, em especial, banheiros públicos;

f) sinalização visual;

VI – regulamentação pelo Executivo da utilização dos espaços públicos pelo comércio ambulante e atividades econômicas complementares, garantindo sua instalação em locais de grande movimento de pessoas, desde que não obstrua a circulação de pedestres e a fruição dos espaços públicos;

VII – de programas habitacionais, de assistência social e de saúde para a população moradora em áreas de risco, ocupações irregulares e situação de rua;

VIII – consolidação, fortalecimento e crescimento dos polos de saúde, educação e pesquisa, por meio da criação de disciplina especial de uso e ocupação do solo que permita a regularização, a reforma e a construção de unidades complementares no entorno dos polos existentes, de forma a organizar essas centralidades e sua integração com a cidade;

IX – inclusão de espaços produtivos destinados aos programas de inclusão produtiva em EZEIS e EHIS.

Seção III

Dos Polos de Economia Criativa

Art. 182. Os Polos de Economia Criativa – PEC são territórios destinados ao fomento e desenvolvimento de atividades econômicas que compõem a economia criativa, entendida como o ciclo de criação, produção e distribuição de bens e serviços tangíveis ou intangíveis que utilizam a criatividade, a habilidade e o talento de indivíduos ou grupos como insumos primários, sendo composta por atividades econômicas baseadas no conhecimento e capazes de produzir riqueza, gerar emprego e distribuir renda.

§ 1º Fica criado o primeiro Polo de Economia Criativa Distrito Criativo Sé/República, cujo perímetro está descrito no Quadro 11.

§ 2º Os Planos Regionais poderão propor outros Polos de Economia Criativa, a serem aprovados por lei.

§ 3º A implantação e o funcionamento dos Polos de Economia Criativa deverão ocorrer, sempre que possível, em consonância com as ações previstas nos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem.

Art. 183. São compatíveis com os Polos de Economia Criativa as atividades relacionadas às seguintes áreas:

I – Patrimônio Cultural: atividades que se desenvolvem a partir dos elementos da herança cultural, envolvendo as celebrações e os modos de criar, viver e fazer, tais como o artesanato, a gastronomia, o lazer, o entretenimento, o turismo a sítios com valor histórico, artístico e paisagístico, e a fruição a museus e bibliotecas;

II – Artes: atividades baseadas nas artes e elementos simbólicos das culturas, podendo ser tanto visual quanto performático, tais como música, teatro, circo, dança, e artes plásticas, visuais e fotográficas;

III – Mídia: atividades que produzem um conteúdo com a finalidade de se comunicar com grandes públicos, como o mercado editorial, a publicidade, os meios de comunicação impresso e produções audiovisuais cinematográficas, televisivas e radiofônicas;

IV – Criações Funcionais: atividades que possuem uma finalidade funcional, como a arquitetura, a moda, as animações digitais, jogos e aplicativos eletrônicos e o design de interiores, de objetos, e de eletroeletrônicos.

Art. 184. Os Polos de Economia Criativa têm como objetivos:

I – valorizar e fomentar a diversidade cultural e suas formas de expressão material e imaterial, bem como o potencial criativo e inovador, as habilidades e talentos individuais e coletivos, o desenvolvimento humano, a inclusão social e a sustentabilidade;

II – estimular a formação e o desenvolvimento de outros distritos criativos, articulados entre si fisicamente ou virtualmente;

III – estimular o setor empresarial a valorizar seus ativos criativos e inovadores com a finalidade de promover a competitividade de produtos, bens e serviços cujos insumos primários sejam o talento e a criatividade individual e coletiva;

IV – apoiar os coletivos de arte e pequenos produtores culturais através da valorização de seus ativos criativos e inovadores, promovendo o acesso aos seus produtos culturais, à compreensão e fruição da paisagem, o uso do espaço público e a circulação de produtos decorrentes da economia criativa;

V – simplificar os procedimentos para instalação e funcionamento das atividades econômicas que compõem a economia criativa.

Art. 185. Para estimular as atividades econômicas criativas referidas no art. 183, aplicam-se aos estabelecimentos que se implantarem nos Polos de Economia Criativa os seguintes incentivos:

I – concessão de benefícios fiscais para estabelecimentos contribuintes de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

II – isenção de IPTU;

III – isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento;

IV – simplificação dos procedimentos para instalação e funcionamento e obtenção das autorizações e alvarás necessários.

§ 1º A implementação dos incentivos referentes aos incisos I, II, III e IV deverá ser regulamentada por lei específica.

§ 2º Além dos incentivos previstos neste artigo, aplicam-se aos Polos de Economia Criativa os seguintes instrumentos:

I – assistência técnica para orientação sobre elaboração de projetos, propriedade intelectual, acesso a linhas de financiamento, desenvolvimento de produtos, apoio jurídico, acesso a incentivos à inovação e à pesquisa científica;

II – disponibilização de plataforma de comunicação digital para integração virtual dos polos de economia criativa;

III – celebração de convênios e instrumentos de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

IV – estabelecimento de ruas com funcionamento 24 horas de comércio, serviços e empresas para atividades referidas no art. 183, na forma de lei específica.

Seção IV

Dos Parques Tecnológicos

Art. 186. Parques Tecnológicos são oportunidades para o desenvolvimento urbano baseado em usos voltados para a produção de conhecimento e de complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que visam fomentar economias baseadas no conhecimento por meio da integração da pesquisa científica e tecnológica, negócios/empresas e organizações governamentais em um determinado território, e do suporte às inter-relações entre estes grupos.

§ 1º Os Parques Tecnológicos podem abrigar centros para pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, inovação e incubação, treinamento, prospecção, como também infraestrutura para feiras, exposições e desenvolvimento mercadológico.

§ 2º Ficam estabelecidos os seguintes parques tecnológicos:

I – Parque Tecnológico Jaguaré;

II – Parque Tecnológico Leste.

§ 3º O Município poderá criar outros parques tecnológicos.

Art. 187. A implantação de Parques Tecnológicos tem como objetivos:

I – organizar um ambiente corporativo aberto à cooperação internacional e propícios para a promoção de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizada por meio de empresas de alta tecnologia;

II – concentrar em áreas estratégicas empresas e instituições nacionais e internacionais voltadas às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

III – criar novas oportunidades de negócios, agregando valor às empresas maduras;